

1983-3717
ISSN



POLÍTICAS CULTURAIS *em Revista*



v. 18, 2025, edição especial

1983-3717
ISSN



POLÍTICAS CULTURAIS *em Revista*

Pol. Cul. Rev.,	Salvador	v. 18	p. 1-206	edição especial	2025
-----------------	----------	-------	----------	-----------------	------



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitor: *Paulo César Miguez de Oliveira*

Vice-Reitor: *Penildon Silva Filho*

Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos

Direção: *Luis Augusto Vasconcelos*

Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade

Coordenação: *Paulo de Freitas Castro Fonseca*

Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura

Coordenação: *Sophia Cardoso Rocha*

Vice-Coordenadora: *Gleise Oliveira*

Editores-chefes

Alexandre Barbalho, Universidade Estadual do Ceará

Leonardo Costa, Universidade Federal da Bahia

Renata Rocha, Universidade Federal da Bahia

Editores do dossiê Cultura e mudanças climáticas: políticas para regenerar o mundo

Alexandre Barbalho, Universidade Estadual do Ceará

Cecilia Dinardi, Goldsmiths, University of London

Gustavo Pereira Vidigal, C de Cultura

Conselho Editorial

1. *Alain Herscovici*, Universidade Federal do Espírito Santo
2. *Ana Carolina Escosteguy*, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
3. *Ana Rosas Mantecón*, Universidade Autónoma Metropolitana do México
4. *Armand Mattelart*, Universidade Paris VIII
5. *Carlos Lopes*, United Nations Institute for Training and Research
6. *Carlos Yáñez Canal*, Universidad Nacional de Colombia
7. *César Bolaño*, Universidade Federal de Sergipe
8. *Daniel Mato*, Universidad Central de Venezuela
9. *Durval Albuquerque*, Universidade Federal do Rio Grande de Norte
10. *Emir Sader*, Universidade do Estado do Rio de Janeiro
11. *Fabio de Castro*, Universidade Federal do Pará
12. *George Yúdice*, University of Miami
13. *Guilherme Sunkel*, Victoria University, Austrália
14. *Guillermo MariacaIturri*, Universidad Mayor de San Andrés
15. *Gustavo Lins Ribeiro*, Universidade de Brasília
16. *José Machado Pais*, Universidade de Lisboa
17. *Lúcia Lippi*, Fundação Getúlio Vargas
18. *Manuel Garretón*, Universidad de Chile

19. *Marcelo Ridenti, Universidade Estadual de Campinas*
20. *Maria de Lourdes Lima Santos, Universidade de Lisboa*
21. *Muniz Sodré, Universidade Federal do Rio de Janeiro*
22. *Octavio Getino, in memorian*
23. *Renato Ortiz, Universidade Estadual de Campinas*
24. *Richard Haines, Nelson Mandela University*
25. *Rubens Bayardo, Universidade San Martin - Universidad de Buenos Aires*
26. *Xan Bouzadas, in memorian*

Conselho de Redação

1. *Alexandre Barbalho, Universidade Estadual do Ceará*
2. *Antonio Albino Canelas Rubim, Universidade Federal da Bahia*
3. *Anita Simis, Universidade Estadual Paulista*
4. *Cláudia Leitão, Universidade Estadual do Ceará*
5. *Cristina Lins, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*
6. *Humberto Cunha, Universidade de Fortaleza*
7. *Isaura Botelho, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento*
8. *José Márcio Barros, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; Universidade do Estado de Minas Gerais*
9. *Leonardo Costa, Universidade Federal da Bahia*
10. *Lia Calabre, Fundação Casa de Rui Barbosa*
11. *Maria Helena Cunha, DUO Informação e Cultura*
12. *Paulo Miguez, Universidade Federal da Bahia*

Normalização e Revisão: Equipe Edufba

Diagramação: Zeta Studio



E D U F B A

Normalização, Revisão e Diagramação:

Equipe EDUFBA

Edufba

Rua Barão de Jeremoabo, s/n, Campus de Ondina,

40170-115, Salvador-BA, Brasil

Tel/fax: (71) 3283-6164

www.edufba.ufba.br | edufba@ufba.br

Sumário

Dossiê 7

CULTURA E MUDANÇAS CLIMÁTICAS: POLÍTICAS PARA REGENERAR O MUNDO 8

Alexandre Barbalho, Cecilia Dinardi, Gustavo Pereira Vidigal

NEGACIONISMO CLIMÁTICO E OS INTERESSES DO CAPITAL: REFLEXÕES SOBRE O PROJETO OBSCURANTISTA E A ATUAÇÃO DOS INTELECTUAIS 19

Valdir Damázio Júnior, Hanen Sarkis Kanaan, Juliana Niesborski

SABERES TRADICIONAIS E JUSTIÇA CLIMÁTICA: A PRESENÇA INDÍGENA NA GOVERNANÇA GLOBAL E NAS NARRATIVAS SOBRE A CRISE CLIMÁTICA 41

Cilene Victor, Louis Edoa

SILENCIAMENTO E RESISTÊNCIA: A LUTA DOS POVOS INDÍGENAS CONTRA O APAGAMENTO EPISTÊMICO 63

Silas de Paula

CULTURA E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA: COLAPSO DA IMAGINAÇÃO? 85

Gislene Moreira

VIRADA CULTURAL AMAZÔNIA DE PÉ: CONTRIBUIÇÕES PARA A INTEGRAÇÃO ENTRE CULTURA, JUSTIÇA CLIMÁTICA E POLÍTICAS PÚBLICAS 108

Catarina Nefertari dos Anjos Brandão, Helena de Almeida Ramos, Pedro G. Ferreira

A HORA E A VEZ DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS: BEM-VIVER, JUSTIÇA CLIMÁTICA E O NOVO PLANO NACIONAL DE CULTURA 130

Thaynah Gutierrez, Pedro Vianna Godinho Peria

CULTURA E CLIMA: MAIS UMA AGENDA PARA AS POLÍTICAS CULTURAIS? 151

Mariella Pitombo Vieira

POLÍTICAS CULTURAIS E RESILIÊNCIA CLIMÁTICA: O LICURI COMO PATRIMÔNIO BIOCULTURAL DA BAHIA 173

Lourivânia Soares Santos, Sophia Cardoso Rocha

**CINEMA PARA TODOS: CULTURA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO
FERRAMENTAS DE TRANSFORMAÇÃO DIANTE DA CRISE CLIMÁTICA 196**

Helber Guedes, Paula Novack

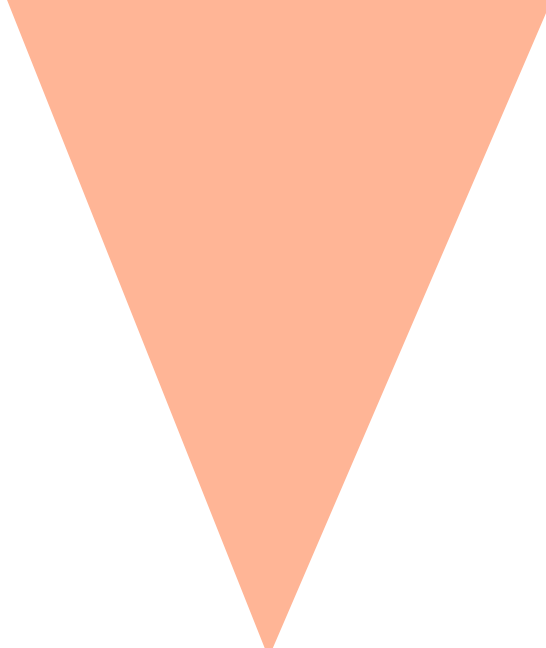
CRÍTICAS E RESENHAS 217

**CULTURA E AÇÃO CLIMÁTICA: UMA RESENHA CRÍTICA DA SÍNTESE DE
EVIDÊNCIAS “CULTURA E CLIMA” (2024) 218**

Pedro Gomes, Laura Boeira



Dossier



CULTURA E MUDANÇAS CLIMÁTICAS

políticas para regenerar o mundo

*Alexandre Barbalho (UECE),
Cecilia Dinardi (Goldsmiths, University of London) e
Gustavo Pereira Vidigal (C de Cultura)*

Organizadores

Um dos caminhos para seguir na superação dos inúmeros desafios contemporâneos colocados por décadas desenvolvimentistas, baseadas na exploração das pessoas, das culturas e da natureza é superar o pensamento binário e, portanto, a distinção natureza/cultura. Como situa Bruno Latour, com essa distinção, o que se busca, pelo menos na tradição hegemônica ocidental ou ocidentalizada, é exprimir que “o humano é, acima de tudo, ou que ele é também, um ser cultural que deve escapar ou, de qualquer modo, se distinguir da natureza” (LATOUR, 2020, p. 33). Seria preciso, portanto, seguindo ainda o autor, introduzir uma oposição entre de um lado o binômio Natureza/Cultura e, de outro, um termo que os incluiria como um caso particular, que ele propõe chamar de “fazer mundo”, que se define “como o que abre, de um lado, para a multiplicidade dos existentes e, de outro, para a multiplicidade dos modos que eles têm de existir” (LATOUR, 2020, p. 66), evitando assim ficar apenas na diversidade de culturas. A partir de perspectivas que reconhecem uma nova era caracterizada ora pelos efeitos da ação humana, o Antropoceno (LEWIS; MASLIN, 2015), ora pela forma capitalista

de organização da natureza, o Capitaloceno (MOORE, 217), evidencia-se que a humanidade tem historicamente gerado um planeta mais inóspito a seus próprios membros e aos demais seres.

Isso coloca a pergunta sobre o lugar, por exemplo, das expressões culturais subalternizadas brasileiras como as indígenas e as quilombolas e como elas “fazem mundo”; como elas se aquilombam e colocam sob rasura um conceito como o de desenvolvimento; como elas levam à frente, por meio de suas práticas e elaborações teóricas, a crítica à biocolonialidade (BELTRPAN-BARRERA, 2022); enfim, como implementam políticas culturais que instauram desentendimentos com àquelas promovidas pelo Estado (BARBALHO, 2020). Nos provoca a pensar, em alternativa à noção de desenvolvimento sustentável, sobre a biointeração enquanto forma de comunhão entre os diversos elementos da natureza nos processos coletivos de produção das condições materiais e simbólicas da vida comunitária (SANTOS, 2015).

Concluimos então com o que defende o pensador indígena brasileiro Ailton Krenak: “É possível um desenvolvimento humano dentro da floresta com outras tecnologias, com outros horizontes de vida

social, de muitas alternativas de dentro da floresta” (KRENAK, 2022, p. 13). Ou seja, é preciso situar a cultura no centro da ação climática.

Em novembro de 2025, o Brasil sediará na cidade de Belém, capital do Pará, a 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a COP30, e a cultura precisa ocupar um lugar relevante nos seus debates e resoluções. Nos dias 4 e 5 de novembro de 2024, o Ministério da Cultura do Brasil realizou o *Seminário Internacional sobre Cultura e Mudança do Clima*, constituindo um marco relevante para a compreensão desse lugar a ser ocupado. Desse modo, o presente dossiê reúne nove textos que abordam um ou mais dos temas seguintes que contribuem para a construção desse espaço social de concertação:

1. O impacto das mudanças climáticas na proteção das expressões culturais e na garantia do exercício dos direitos culturais, especialmente no âmbito do patrimônio cultural (material e imaterial) e natural;
2. A dimensão cultural no atual estágio da crise climática e sua centralidade para a promoção da ação climática, abordando questões

relacionadas a distintas cosmovisões, modelos de desenvolvimento, hábitos de consumo e estilos de vida;

3. A contribuição dos setores culturais e criativos para a mudança do clima e as estratégias para redução desse impacto, considerando segmentos tais como o da moda, de eventos, incluindo os de música, e de museus;
4. A incidência de agendas e agentes culturais em foros nacionais e internacionais relevantes para a governança climática, considerando plataformas como COP, BRICS e G20;
5. O papel das políticas culturais no desenvolvimento de soluções de mitigação, adaptação e resiliência climática, especialmente no âmbito dos sistemas de conhecimento de povos e comunidades tradicionais;
6. A intersecção entre direitos humanos, cultura e meio ambiente, abordando questões relacionadas a justiça climática, racismo ambiental, migração climática e bem viver;
7. O papel das artes e dos meios de comunicação na mobilização social para conscientização de riscos e adoção de estratégias e soluções relacionadas às mudanças climáticas;

8. Experiências de educação ambiental por meio da arte e da cultura, incluindo abordagens e pedagogias alternativas, práticas de ativismo socioambiental e iniciativas em instituições educacionais e culturais; e
9. Fluxos e mecanismos nacionais e internacionais de financiamento de iniciativas culturais incidentes na agenda ambiental, incluindo questões como a desarticulação entre políticas de financiamento climático e cultural e a prática de *greenwashing* por empresas.

Em *Negacionismo climático e os interesses do capital: reflexões sobre o projeto obscurantista e a atuação dos intelectuais*, Valdir Damázio Júnior, Hanen Sarkis Kanaan e Juliana Niesborski analisam como as mudanças climáticas antropogênicas estão diretamente relacionadas com as contradições presentes no modo de produção capitalista, destacando o papel da ideologia neoliberal e dos intelectuais orgânicos ao capital na ocultação dessa problemática. Louis Marie Ndomo Edoa e Cilene Victor, no artigo *Saberes tradicionais e justiça climática: a presença indígena na governança global e nas narrativas sobre a crise climática*, discutem a inserção dos saberes

tradicionais de povos indígenas nos fóruns internacionais de governança climática, destacando a importância da pluralidade cultural para respostas mais justas e efetivas ao problema, bem como o papel da comunicação na promoção da inclusão de visões historicamente marginalizadas.

Em seu artigo *Silenciamento e resistência: a luta dos povos indígenas contra o apagamento epistêmico*, Silas de Paula investiga o apagamento das formas de conhecimento dos povos indígenas diante da crise climática, evidenciando como seus saberes tradicionais têm sido sistematicamente marginalizados nas políticas públicas ambientais e como, a partir de uma perspectiva decolonial e da análise de produções audiovisuais e práticas midiáticas contemporâneas, comunicadores e comunicadoras indígenas constroem contranarrativas de resistência e reexistência. Gislene Moreira, em *Cultura e transição energética: colapso da imaginação?*, discute os sentidos e imaginários da transição energética no cenário das mudanças climáticas a partir do olhar da Cultura, apontando a urgência de incluir as perspectivas dos povos tradicionais como inspiração para criação de uma cultura energética do bem viver, situando-a para além dos limites da visão hegemônica.

Virada Cultural Amazônia de pé: contribuições para a integração entre cultura, justiça climática e políticas públicas, de Pedro Gabriel Ferreira Faria, reflete sobre a cultura como infraestrutura social na formulação de políticas públicas frente à crise climática, com base na experiência do movimento Amazônia de Pé, da Virada Cultural, que une arte e política em ações territoriais, e do Observatório das Florestas Públicas, que articula ciência cidadã e incidência institucional. Por sua vez, *A hora e a vez das mudanças climáticas: bem-viver, justiça climática e o novo plano nacional de cultura*, de Thaynah Gutierrez e Pedro Vianna Godinho Peria, traz as trajetórias de inserção da pauta das mudanças climáticas no âmbito das políticas federais de cultura, analisando o processo de inserção dos conceitos de bem-viver e de justiça climática no bojo da 4ª Conferência Nacional de Cultura e na formulação da Lei do Novo Plano Nacional de Cultura. Mariella Pitombo Vieira, em *Cultura e clima: mais uma agenda para as políticas culturais?*, se pergunta: o estado de emergência será um traço estruturante para o campo da cultura no Antropoceno? Que políticas e medidas estão sendo tomadas para a prevenção e mitigação dos impactos das mudanças climáticas

no campo da produção artístico-cultural? Qual o papel da cultura no enfrentamento à crise climática? E apresenta especulações sobre estas interrogações, contextualizando como as organizações internacionais, o campo da cultura e o poder público estão se preparando para o enfrentamento desta agenda.

Já Sophia Rocha e Lourivânia Soares Santos, em *Políticas culturais e resiliência climática: o licuri como patrimônio biocultural da Bahia*, refletem sobre o reconhecimento e a salvaguarda das práticas culturais e dos saberes ancestrais na perspectiva de suas contribuições para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Para tanto, analisam ações desenvolvidas no bioma caatinga a partir da aplicação da Lei do Patrimônio Biocultural do Licuri e do Umbu. Por fim, *Cinema para todos: cultura e educação ambiental como ferramentas de transformação diante da crise climática*, de Helber Guedes e Paula Novack, apresenta o projeto Cinema para Todos, uma iniciativa de extensão universitária voltada à democratização do acesso ao cinema e à promoção da educação crítica em escolas públicas de Presidente Prudente (SP).

Acompanha ainda o dossiê, a resenha escrita por Pedro Gomes e Laura Boeira sobre o relatório

“Cultura e Clima” produzido pelo C de Cultura e pela Outra Onda Conteúdo, em parceria técnica com o Instituto Veredas, e publicado em 2024.

Apesar da reconhecida relevância de abordagens integradas para o fortalecimento da resposta global à ameaça da mudança do clima, ainda é significativamente reduzida a compreensão sobre o papel que a cultura tem a desempenhar para gerar a transformação sistêmica necessária ao enfrentamento dessa preocupação comum da humanidade. Se foros e acordos internacionais começam a versar sobre os impactos negativos das mudanças climáticas para a preservação do patrimônio cultural, o exercício dos direitos culturais e a proteção da diversidade cultural, ainda é incipiente o desenvolvimento de estratégias baseadas na cultura para a efetiva ação climática. Nesse contexto, precisamos avançar na compreensão de como saberes, práticas e políticas culturais podem colaborar para a comunicação de riscos, adoção de estratégias e desenvolvimento de soluções relacionadas à crise climática. Neste momento tão necessitado de políticas públicas para a questão ambiental, o dossiê que segue busca contribuir ao

evidenciar a indissociabilidade entre a agenda climática e a da cultura. Que assim seja!

Boa leitura!

REFERÊNCIAS

BARBALHO, A. *Política cultural y desacuerdo*. Buenos Aires: RGC Ediciones, 2020.

BELTRÁN-BARREIRA, Y. J. *La biocolonialidad*. Derivas del pensamiento decolonial latino-americano y caribeño. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2022.

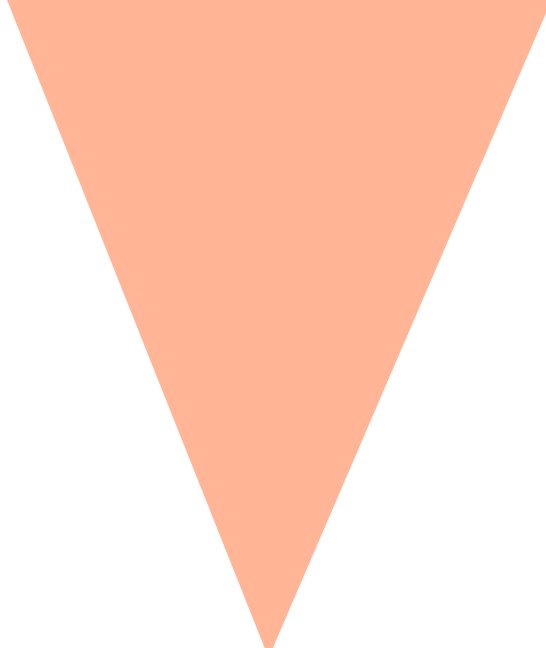
LEWIS, S.; MASLIN, M. Defining the Anthropocene. *Nature*, [S. l.], v. 519, p. 171-180, 2015. <https://doi.org/10.1038/nature14258>

KRENAK, A. *Futuro Ancestral*. São Paulo: Cia das Letras, 2022.

LATOUR, B. *Diante de Gaia*. Oito conferências sobre a natureza no antropoceno. Rio de Janeiro: Ubu, 2020.

MOORE, J. W. The Capitalocene, Part I: on the nature and origins of our ecological crisis. *The Journal of Peasant Studies*, [S. l.], v. 44, n. 3, p. 594-630, 2017. <https://doi.org/10.1080/03066150.2016.1235036>

SANTOS, A. B. *Colonização, quilombos*. Modos e significações. Brasília: INCTI/UnB, 2015.



NEGACIONISMO CLIMÁTICO E OS INTERESSES DO CAPITAL

*reflexões sobre o projeto
obscurantista e a atuação
dos intelectuais*

Valdir Damázio Júnior¹

Hanen Sarkis Kanaan²

Juliana Niesborski³

-
- 1 Doutorando em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná (UTP). Mestre em Educação Científica e Tecnológica pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor do departamento de Matemática da Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC). E-mail: valdir.damazio@udesc.br
 - 2 Doutora em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná (UTP). Professora da rede pública estadual de educação de Santa Catarina no curso de magistério e ensino médio. E-mail: hanensc@gmail.com
 - 3 Doutoranda em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná (UTP). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Rede Nacional para o Ensino das Ciências Ambientais pela Universidade Federal do Paraná Setor Litoral (UFPR). Professora da Prefeitura Municipal de Matinhos (PR). E-mail: juliana.niesborski@gmail.com

RESUMO:

O presente trabalho analisa como as mudanças climáticas antropogênicas estão diretamente relacionadas às contradições presentes no modo de produção capitalista, destacando o papel da ideologia neoliberal e dos intelectuais orgânicos ao capital na ocultação dessa problemática. Argumenta-se que um projeto obscurantista, sustentado por pseudociências e falta de rigor ético e científico, busca minar a credibilidade do conhecimento científico contribuindo para a inércia social frente à crise ambiental. Com base nos escritos e estratégias de atuação de Gramsci, discute-se a função dos intelectuais na disputa pela hegemonia. Conclui-se que o enfrentamento ao obscurantismo exige uma crítica estrutural ao capitalismo e a formação de intelectuais orgânicos às classes subalternas capazes de iniciar um processo de transformação intelectual e moral da sociedade.

Palavras-chave: Crise climática; Obscurantismo; Neoliberalismo; Intelectuais orgânicos.

ABSTRACT:

This paper analyzes how anthropogenic climate change is directly related to the contradictions present in the capitalist mode of production, highlighting the role of neoliberal ideology and organic intellectuals aligned with capital in concealing this problem. It is argued that an obscurantist project, supported by pseudosciences and a lack of ethical and scientific rigor, seeks to undermine the credibility of scientific knowledge, contributing to social inertia in the face of the environmental crisis. Based on Gramsci's writings and strategies of action, the role of intellectuals in the dispute for hegemony is discussed. It is concluded that confronting obscurantism requires a structural critique of capitalism and the formation of organic intellectuals from the subaltern classes, capable of initiating a process of intellectual and moral transformation of society.

Keywords: Climate crisis; Obscurantism; Neoliberalism; Organic intellectuals.

INTRODUÇÃO

Nesse trabalho destacamos que as mudanças climáticas antropogênicas não são apenas fruto de problemas de gestão ou descaso, mas estão diretamente relacionadas às contradições do modo de produção capitalista e aos interesses de classe. Dado as diretrizes de crescimento exponencial e de acumulação infinita de capital, capitalismo e degradação ambiental constituem dois polos de uma contradição insuperável internamente ao modo de produção capitalista.

Diante disso, buscamos analisar algumas condições necessárias para que essa contradição seja ocultada enquanto raiz do problema, levando a letargia e inércia da população frente a tão relevante temática. Consideramos que, na disputa pela hegemonia, a ideologia neoliberal necessita se valer de um projeto obscurantista que visa minar a credibilidade dos conhecimentos sistematicamente produzidos, essenciais para a atuação política no que diz respeito aos atuais desafios de nosso momento histórico.

Um dos fatores indispensáveis para que o projeto em questão obscurantista tenha se desenvolvido nas últimas décadas é a constante atuação de intelectuais ligados aos interesses do capital. De acordo com Gramsci (2001), a atuação dos intelectuais é um elemento

fundamental na captação do consenso das classes subalternas e na disputa pela hegemonia.

Ainda que para Gramsci (2001), poderíamos dizer que “todos os homens são intelectuais”, uma vez que não é possível separar claramente atividade física e atividade intelectual, “[...] nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais” (GRAMSCI, 2001, p. 18).

No que diz respeito ao nosso tema em questão, a ocultação das contradições do capitalismo que levam ao aprofundamento dos problemas ambientais por meio de um projeto obscurantista, a atuação dos intelectuais nesse processo também exerce um papel fundamental. Nesse caso, os intelectuais que contribuem continuamente para o fortalecimento do obscurantismo vão desde jornalistas, influenciadores digitais, políticos, cientistas, professores etc.

O que chama a atenção nesse ponto específico é que dada a natureza da questão climática, a atuação de intelectuais atrelados aos interesses do capital só é possível mediante a falsificação e deturpação de conhecimentos científicos consolidados. Não raro, esse projeto obscurantista flerta com o negacionismo científico, com pseudo-ciências, com a perseguição a intelectuais comprometidos com o rigor científico e preceitos éticos, com perseguição às universidades e demais instituições produtoras de conhecimento e dados etc.

Diante das características peculiares da atuação desses intelectuais e das dinâmicas contemporâneas de difusão de concepções obscurantistas, as contribuições de Gramsci sobre o papel dos intelectuais na desestabilização da classe trabalhadora tornam-se especialmente relevantes. Sua análise e denúncia do papel exercido por intelectuais na manipulação teórica como mecanismo para induzir letargia e ofuscar os antagonismos de classe oferecem um instrumental valioso para compreensão e combate ao projeto obscurantista em curso.

É o caso, por exemplo, das análises de Gramsci referentes aos intelectuais lorianistas⁴, que se caracterizavam principalmente pela

4 O termo lorianismo foi criado por Gramsci tendo como referência o pensador italiano

“[...] falta de organicidade, ausência de espírito crítico sistemático, negligência no desenvolvimento da atividade científica, ausência de centralização cultural, frouxidão e indulgência ética no campo da atividade científico-cultural, etc.” (GRAMSCI, 2001, p. 257). Ou seja, um grupo de “[...] intelectuais que não são rigorosos em suas pesquisas e em seus argumentos, nem quanto ao método e nem quanto à ética” (SCHLESENER, 2024, p. 131).

Diante da atual necessidade de enfrentamento ao obscurantismo e aos intelectuais que contribuem para a hegemonia do capitalismo e de todo o desequilíbrio e destruição ambiental indissociável a esse modo de produção, acreditamos que as proposições feitas por Gramsci para combater os intelectuais lorianistas podem contribuir para pensarmos em formas de enfrentar o obscurantismo atual. Sua perspectiva, que passa em grande medida pela função social dos intelectuais, auxilia na reflexão sobre a formação de dirigentes e intelectuais organicamente ligados à construção de uma sociedade mais justa, igualitária e ambientalmente sustentável.

A EMERGÊNCIA CLIMÁTICA E A CONTRADIÇÃO CAPITAL-NATUREZA

Os atuais problemas que envolvem a crise climática e seus desdobramentos políticos, econômicos, culturais e educacionais em suas múltiplas dimensões não podem ser vistos apenas como efeitos colaterais e solucionáveis dentro da ordem estabelecida. Não se trata apenas de um processo que se desencadeia com o aumento das emissões de gases do efeito estufa que se iniciam com o processo de industrialização. Tal análise determinística desconsidera as dimensões econômicas, políticas e ideológicas envolvidas.

Esse processo se intensifica ao longo do século XX e resiste em ter sua ordem alterada no século XXI, apesar do vasto

Achille Loria (1857 - 1943). Gramsci foi bastante crítico da influência de Loria sobre os operários e sobre o partido socialista italiano, denunciando constantemente a falta de rigor metodológico e ético de Loria.

conhecimento científico das causas dos problemas e da urgente necessidade de tomadas de decisões que revertam as causas materiais (aparentes) do problema.

O sistema capitalista, completamente baseado, desde a Revolução Industrial, em combustíveis fósseis, é o responsável pela crise ecológica atual, e, em particular, pela mudança climática. Sua lógica irracional de expansão e acumulação infinitas, desperdício de recursos, consumo ostentatório, obsolescência programada, produtivismo obcecado com a busca do lucro a qualquer preço, está levando o planeta à beira do abismo (LÖWY, 2021, p. 478).

Assim, no modo de produção capitalista, a relação do capital com a natureza representa dois polos de uma contradição que impossibilita qualquer solução sustentável no que diz respeito à questão climática. Isto porque “[...] esse sistema impõe o crescimento exponencial, incita a destruição ambiental e destrói o tecido social enquanto aumenta a concentração de poder e riqueza” (HARVEY, 2022, p. 74).

Dada a própria lógica do capital de maximização de lucros e de crescimento exponencial do capital, associado ao fato de que vivemos em um ambiente com uma quantidade finita de recursos, a reprodução das condições existentes torna-se uma tarefa impossível.

Ou seja,

operando em descompasso com a natureza, promove a destruição dos recursos naturais e evidencia um desequilíbrio entre a crescente necessidade de produção de mercadorias e a incapacidade do planeta de prover recursos naturais no mesmo ritmo para atender a essa demanda. (ARAÚJO; SILVA, 2021, p. 156).

Assim, qualquer ação séria que colocasse o equilíbrio ambiental e o bem-estar das pessoas como prioridade seria uma real ameaça à reprodução do modo de produção capitalista. Por outro lado, enquanto as diretrizes de crescimento exponencial, maximização

de lucros e a manutenção do poder e privilégios de uma minoria em detrimento do planeta e demais seres humanos permanecerem como hegemônicas, a degradação ambiental e humana seguirá seu curso como sacrifícios necessários à lógica do capital.

A contradição entre capital e preservação ambiental nos coloca diante de uma importante questão: trata-se de uma contradição que, embora relevante, não compromete estruturalmente a dinâmica capitalista, permitindo sua continuidade; ou os problemas provocados pelas mudanças climáticas podem chegar ao ponto de inviabilizar a própria lógica de reprodução capitalista?

Mesmo que exista a possibilidade (e os prognósticos científicos não são nada animadores) de que os problemas ambientais levem a uma desestruturação produtiva e social do que conhecemos, não podemos contar com o bom senso das elites (e do conjunto de intelectuais que representam os seus interesses) para que abram mão de seus privilégios.

O atual estágio dos conhecimentos produzidos sobre a crise climática já seriam mais do que suficientes para engendrar ações efetivas em um mundo em que a racionalidade e o bem comum fossem as diretrizes principais. Porém, por mais contraditório que possa parecer, racionalidade, bom senso e preceitos éticos não são os únicos elementos que influenciam a atuação de intelectuais em uma sociedade marcada pela divisão de classes e em constante disputa pela hegemonia.

Em um modelo de produção onde o crescimento infinito e a maximização de lucros são as diretrizes principais, mesmo ações ditas ecológicas e “preocupadas” com a preservação ambiental, oriundas de concepções teóricas e de intelectuais bem intencionados, mas não detentores do devido rigor científico, ético e metodológico, são postas a serviço da maximização de lucros no curto prazo e na manutenção dos interesses de classe. Isso porque “[...] todos os projetos ecológicos e ambientais são projetos socioeconômicos (e vice-versa). Sendo assim, tudo depende do propósito dos projetos socioeconômicos e

ecológicos: bem-estar das pessoas ou taxa de lucro?” (HARVEY, 2022, p. 323). Portanto, qualquer movimento ecológico que pretenda ir “[...] além de uma política meramente cosmética ou de melhoria, deve ser anticapitalista” (HARVEY, 2022, p. 328).

Löwy (2020, não paginado) destaca que ações como

[...] ‘capitalismo verde’, ‘mercados de crédito de emissões’, ‘mecanismos de compensação’ e outras manipulações da chamada ‘economia de mercado sustentável’ provaram ser completamente ineficazes. Enquanto a ‘ecologização’ está sendo feita a cada curva, as emissões estão disparando e a catástrofe está se aproximando rapidamente.

Vivenciamos um cenário distópico em que, ao mesmo tempo em que preparam bunkers (MELLO, 2023) (ou sonham com fugas para Marte) para se protegerem de um possível colapso climático, as elites mundiais buscam formas de obter ainda mais lucros com as oportunidades abertas pelo colapso. Isto é um indício de que o capital

[...] pode perfeitamente continuar a circular e se acumular sob condições de catástrofe ambiental. Desastres ambientais criam oportunidades abundantes para um ‘capitalismo do desastre’ lucrar com prodigalidade. Não necessariamente a morte por inanição de pessoas expostas e vulneráveis e a destruição generalizada de habitats prejudicarão o capital (a não ser que provoquem rebelião e revolução), justamente porque grande parte da população mundial já se tornou redundante e descartável (HARVEY, 2022, p. 324).

O aproveitamento das oportunidades pelo grande capital muitas vezes aparece travestido de uma “louvável” roupagem de anseio por mudança, como, defesa de uma economia verde, transição energética sustentável, utilização de produtos menos poluentes etc. Ou, então, se aproveitando diretamente dos efeitos do colapso ambiental como forma de destruição de capital fixo (com vidas humanas incluídas

no processo) e início de novos ciclos de extração de valor na substituição de tal capital.

Com esse intuito, toda uma indústria da tragédia (ou capitalismo de desastre) começa a se estruturar. É o caso de empresas como a Alvarez & Marsal, que atuou, por exemplo, na recuperação de desastres como o furacão Katrina em New Orleans nos Estados Unidos no ano de 2005, Brumadinho (2019) em Minas Gerais e que firmou parcerias com a prefeitura de Porto Alegre após as cheias que assolaram o estado do Rio Grande do Sul em 2024 (DIAS, 2024). Essa lógica de reconstrução traz junto a necessidade do aprofundamento das sempre infalíveis práticas neoliberais.

Alves (2024) destaca que, entre as medidas de recuperação propostas pela Alvarez & Marsal na reconstrução de New Orleans, constam medidas de gestão alinhadas às diretrizes neoliberais, cortando gastos com serviços públicos como educação. Apenas em New Orleans foram demitidos mais de 7 mil professores com o intuito de tornar a gestão pública mais eficiente e abrir caminho para a privatização do sistema público.

Ou seja, “[...] cidades onde há descontrole de serviços públicos ou devastação por tragédias naturais, viram laboratório para empresas privadas lucrarem com planos de recuperação” (ALVES, 2024, não paginado). Permitem a instalação de condições favoráveis para “[...] os urubus da crise criarem novas fronteiras de acumulação de capital – e implantarem as reformas e medidas antipopulares que tanto desejam” (DIAS, 2024, não paginado).

Isto significa dizer que

[...] o capital prospera e evolui por meio da volatilidade dos desastres ambientais localizados, que não só criam novas oportunidades de negócios, como também fornecem um disfarce conveniente para esconder as falhas do capital: a ‘mãe natureza’, caprichosa, imprevisível e teimosa, é quem leva a culpa pelas desgraças que em boa parte são causadas pelo capital (HARVEY, 2022, p. 331).

Se por um lado a negação, inação ou a busca por vantagens diante dos problemas desencadeados pela crise climática que vivenciamos sejam totalmente compreensíveis como ações necessárias para a manutenção dos privilégios de classe e aos interesses do capital, o mesmo não ocorre na perspectiva das classes subalternas, as principais vítimas da degradação ambiental.

Diante disso, existe uma necessidade em se negar as condições que possibilitem uma compreensão da atual situação, bem como o acesso aos conhecimentos que permitam uma avaliação do problema pelas massas subalternas. Tal ofensiva se dá por meio de um processo de difusão ideológica que se vale de ideias obscurantistas, descrédito sistemático do conhecimento científico, sucateamento das instituições científicas que estejam minimamente fora do controle direto dos interesses do capital e toda uma rede de desinformação estruturada em torno das redes sociais digitais.

É com o objetivo de pôr em circulação esse projeto obscurantista que uma rede de intelectuais dos mais variados setores busca operar junto às classes subalternas causando confusão e tentando impedir a tomada de consciência necessária para perceber as contradições do capitalismo no que diz respeito à sustentabilidade social e ambiental.

OBSCURANTISMO E DESINFORMAÇÃO COMO PROJETO

Se, como buscamos argumentar anteriormente, os interesses de classe e as diretrizes da lógica do capital são os responsáveis principais para a negação da realidade material e para a inação frente às mudanças necessárias, o que justifica a apatia das massas perante uma tragédia anunciada na qual serão os maiores afetados?

Tal questionamento se torna ainda mais incompreensível quando presenciamos que ao invés de precisar recorrer a estruturas repressivas para conter as pressões populares por mudanças significativas, as elites contam com o consentimento popular. Tal consentimento se dá por meio da adoção de argumentos que implicam na negação

dos problemas que nos afligem ou com um completo desconhecimento do tema, independente da sua relevância.

Retomamos o argumento apresentado anteriormente de que, caso medidas efetivas de mitigação e superação dos problemas climáticos fossem adotadas, isso implicaria em superar as próprias estruturas do capitalismo, dada a impossibilidade da resolução da contradição capital/preservação ambiental sem a superação das próprias condições estruturais que levam a atual relação metabólica produção/natureza. Como aponta Schlesner (2024, p. 223),

a violência contra as classes subalternas lançadas no desemprego e na miséria e na destruição do meio ambiente, o desprezo pelo conhecimento científico, a apologia à violência e a disseminação do ódio, são alguns dos problemas sociais a serem enfrentados.

Diante disso, restam apenas medidas que não alterem as estruturas do problema. Para isso, é necessário a criação de estratégias que não permitam que a contradição fundamental seja exposta e compreendida pelos bilhões de homens e mulheres interessados na manutenção de condições planetárias favoráveis à vida da espécie humana no planeta.

É nesse sentido que a busca pelo consentimento passivo das massas passa pela instituição de um senso comum que busca materializar elementos da ideologia hegemônica e, para isso, a atuação dos intelectuais é essencial. Para Gramsci (1999), o senso comum trata-se de “[...] uma concepção do mundo absorvida acriticamente pelos vários ambientes sociais e culturais nos quais se desenvolve a individualidade moral do homem médio” (GRAMSCI, 1999, p. 114).

No atual contexto social, o senso comum almejado e ideologicamente construído para a manutenção do consenso passa por alguns pontos-chave. 1) A naturalização da ideologia neoliberal como única forma possível, inclusive interiorizando elementos neoliberais para a gestão da vida privada tais como, empreendedorismo de si, defesa

da meritocracia etc.; 2) A utilização de fragmentos desconexos de questões científicas e técnicas, de modo a permitir a manipulação de ideias e conceitos, mas impedindo uma real apropriação dos fundamentos necessários para a compreensão do conhecimento produzido; e 3) A utilização de pautas morais que sustentem maniqueísmos como bem e mal, nós e eles, amigos e inimigos etc.

Com esse intuito se recorre à ação de intelectuais que contribuam para a manutenção de um permanente pânico moral, de fundamentalismos religiosos, de elogios à segurança propiciada pela militarização da vida e, até mesmo, de concepções neofascistas, misóginas, machistas, entre outros.

Como condição para a manutenção destes elementos ideológicos no senso comum, é necessário negar o acesso a um conjunto de saberes, práticas e conhecimentos que possibilitem a população a passagem do senso comum (conjunto de conhecimentos fragmentados e desconexos) para o bom senso⁵. Ou seja, impedir que se desenvolvam condições que possibilitem a percepção crítica dos problemas naturais e sociais e das possíveis soluções para os mesmos. Isso porque

superar o senso comum significa superar uma visão de mundo fragmentária que, por suas condições, nos mantém vinculados ao saber dominante; implica, por suposto, compreender e criticar o instituído, elaborando um modo de pensar autônomo (SCHLESENER, 2024, p. 204).

Ao negar o acesso a tais conhecimentos, objetiva-se também impedir que se desenvolvam intelectuais orgânicos que trabalhem em prol dos interesses das classes subalternas e que possam se tornar dirigentes em um processo que vise a superação das contradições postas. A formação desses intelectuais e dirigentes é essencial para que haja uma mudança significativa nas posturas e ações referentes à crise climática, uma vez que a inação e a ocultação dos problemas

.....
5 Para Gramsci (1999, p. 98), o bom senso consiste no núcleo sadio do senso comum “[...] e que merece ser desenvolvido e transformado em algo unitário e coerente”.

é uma das condições necessárias para que se mantenham as atuais engrenagens de exploração natural e humana responsáveis pela reprodução do capitalismo. Nesse cenário, “[...] interesses econômicos e políticos de uma classe social podem impulsionar ou cercear ou impedir a busca das verdades sobre a natureza, a sociedade, as relações entre sociedade e natureza etc” (DUARTE, 2022, p. 56).

Podemos, desta forma, falar em um projeto político que se vale do obscurantismo para garantir os interesses de classe. Se, por um lado, temos a hegemonia do neoliberalismo como programa político, o obscurantismo em suas mais diversas manifestações (econômico, fundamentalismo religioso, científico etc.) torna-se condição necessária para a manutenção dessa hegemonia. Isto porque o “[...] neoliberalismo e o obscurantismo são duas faces da mesma moeda” (DUARTE; MAZZEU; DUARTE, 2020, p. 717).

O obscurantismo se manifesta quando “[...] há um esforço deliberado para que o conhecimento não avance ou para que as pessoas não tenham acesso aos conhecimentos já existentes, ou seja, um esforço para a manutenção da ignorância” (DUARTE; MAZZEU; DUARTE, 2020, p. 731).

Projetos políticos que se valem do obscurantismo buscam

[...] eternizar relações de poder que são favoráveis a determinados setores da sociedade e, para isso, precisa difundir preconceitos sobre qualquer pessoa, grupo ou linha de pensamento que possa pôr em questão essas relações de poder (DUARTE; MAZZEU; DUARTE 2020, p. 732).

Assim, a circulação de visões de mundo obscurantistas; o ataque sistemático ao conhecimento científico; o descrédito de instituições e intelectuais que fazem ciência; o boicote a uma educação pública e a manutenção de uma estrutura tecnológica que facilite a disseminação de desinformação podem ser consideradas um projeto. Projeto este que tem por finalidade impedir o desenvolvimento das

condições que permitiriam às classes subalternas a compreensão crítica da realidade em que estão inseridas.

É importante destacar que “[...] a luta do obscurantismo contra o conhecimento é sempre uma luta política e socialmente reacionária, é uma reação à possibilidade de mudanças profundas nas estruturas e nas dinâmicas de uma sociedade” (DUARTE; MAZZEU; DUARTE, 2020, p. 732). Tal ponto fica explícito se voltarmos à questão referente às transformações necessárias ao enfrentamento dos desafios impostos pelas mudanças climáticas.

Diversas estratégias são postas simultaneamente em ação com o objetivo de confundir deliberadamente a população e dar margens às convenientes ideias obscurantistas. São ações que visam deslegitimar o conhecimento científico, dirigindo ataques às instituições produtoras de ciência e aos intelectuais comprometidos com o rigor ético e metodológico necessários à pesquisa científica, sob o argumento de que estão dominadas por ideologias que buscam minar as bases tradicionais da sociedade.

Ou, então, pela tentativa de banalizar a ciência, buscando criar uma imagem de que o conhecimento científico se trata de uma das possíveis opiniões, igualando os conhecimentos sistematizados e rigorosamente desenvolvidos aos que circulam ao nível do senso comum. Ponto este que a atuação de intelectuais sem comprometimento ético e metodológico, “[...] sem preocupação com as evidências históricas ou mesmo com a veracidade dos fatos” (SCHLESENER, 2024, p. 131), de forma muito similar aos intelectuais lorianistas combatidos por Gramsci (2001), é fundamental.

Uma outra estratégia na disseminação do obscurantismo social que aprisiona as massas na ignorância e inércia, que é diretamente dependente da atuação de “novos lorianistas”, é a parodização do conhecimento científico. Tal ofensiva busca criar deliberadamente estratégias para que teorias da conspiração, pseudociências assim como interesses específicos de grupos sejam apresentados com uma roupagem científica e acadêmica.

Trata-se de uma abordagem que não tem por objetivo incitar as pessoas a desacreditarem na ciência, mas sim de “[...] provocar a dúvida e a desconfiança sobre uma certa ciência, restrita a certos grupos de pesquisadores, em certas instituições que, de forma proposital, passam a ser associadas a certos ‘interesses escusos’” (GUIMARÃES, 2022, p. 3).

Ao se aproveitar do contexto artificialmente produzido de polarização social que se baseia num constante embate do bem contra o mal, busca-se mimetizar, campos do conhecimento sistematizado apresentando o “outro lado” (o bem) da ciência. É o caso de “teorias” como o Design inteligente, em oposição a teoria da evolução em biologia (HENTGES; ARAÚJO, 2020, p. 4) e revisionismos históricos como os realizados por plataformas como o Brasil Paralelo, se contrapondo a história ideológica esquerdista desenvolvida nas universidades (PICOLI; CHITOLINA; GUIMARÃES, 2020).

Com esse intuito, são utilizados como critério de cientificidade para a defesa de interesses específicos e propulsão de desinformação, a seleção de cientistas sem o mínimo rigor e de estudos científicos específicos que validariam certas ideias ideologicamente convenientes. Quase sempre ideias sem nenhuma aceitação dentro da sistematização do conhecimento e do consenso científico. A marginalização destes cientistas se daria por conta de um complô de cientistas (do mal) em ocultar a verdade da população.

Tal prática foi amplamente utilizada durante a pandemia de Covid-19 com “estudos científicos” e intelectuais a serviço do projeto obscurantista (políticos, jornalistas, médicos, cientistas etc.) recomendando a utilização de medicamentos já amplamente tidos como ineficientes, como a cloroquina, e mesmo apresentando os perigos das vacinas enquanto propunham soluções como a “imunidade de rebanho”.

Essa é uma estratégia recorrente também quando o tema são as mudanças climáticas antropogênicas. Na mídia ou em ações que buscam questionar a natureza antropogênica das mudanças climáticas são frequentes a participação de nomes como Ricardo Felício, da

Universidade do Estado de São Paulo e Luiz Carlos Baldicero Molion, da Universidade Federal de Alagoas, ambos sem relevância acadêmica na área, mas tomados como grandes especialistas em bolhas de desinformação, conforme apontado por Miguel (2020) e por Pontes, Soares e Geraque (2023).

Tais intelectuais, inclusive, estão diretamente relacionados a setores do agronegócio brasileiro (Miguel, 2022), muitas vezes interessados em negar os problemas ambientais e “passar a boiada” com relação às legislações ambientais. Ricardo Felício inclusive foi cotado para ser ministro do meio ambiente do governo Bolsonaro (Matoso, 2018). Diante do exposto, fica evidente a necessidade do combate aos intelectuais vinculados ao projeto obscurantista e ao negacionismo científico. Tais intelectuais, orgânicos ao neoliberalismo, são frequentemente alinhados a interesses políticos e econômicos e distorcem a ciência para promover agendas obscurantistas, colocando em risco vidas e o meio ambiente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como podemos inferir da análise precedente, qualquer problema decorrente das contradições internas ao modo de produção capitalista não pode ser encarado de forma isolada. Por este motivo, pensar em soluções para a crise climática antropogênica atual implica perceber as múltiplas conexões econômicas, sociais, políticas, culturais e ideológicas que permitiram a falha metabólica propiciada pelo modo de produção capitalista na relação dos seres humanos com o ambiente natural. Além disso, é fundamental a compreensão das condições que possibilitam o ocultamento dos problemas e a consequente inércia com relação a tomada de atitudes que objetivem suas resoluções, ponto este que está diretamente relacionado à atuação dos intelectuais.

Nesse sentido, consideramos que as propostas e ações de Gramsci no combate aos danosos efeitos dos intelectuais lorianistas sobre

o movimento operário podem servir para pensarmos formas de enfrentamento ao projeto obscurantista em curso.

Uma das ações propostas e colocadas em prática por Gramsci é o enfrentamento direto aos intelectuais que atuam junto às massas populares para causar confusão e gerar a apatia necessária a manutenção da ordem estabelecida. Durante o período que se dedicou à produção de escritos jornalísticos destinados aos operários, de 1915 a 1926, por diversas vezes Gramsci dirigiu-se à figura de Achille Loria com o intuito de desmascará-lo perante os trabalhadores. Ou seja, mostrar a falta de rigor, a bizarrice de suas concepções, a natureza pseudocientífica de suas teorias etc.

Não raras vezes, Gramsci recorria ao sarcasmo e a ironia para tentar despertar o bom senso dos operários com uma apropriada alfinetada, com o intuito “[...] de criar a aversão ‘instintiva’ pela desordem intelectual, acompanhando-a com o senso do ridículo” (GRAMSCI, 2001, p. 266). A atuação de Gramsci com relação a Loria e demais intelectuais lorianistas mostra a necessidade de se atuar junto às classes subalternas buscando desmascarar a falta de rigor, a falta de comprometimento ético e mesmo mostrar o ridículo que muitas concepções hoje defendidas representam.

Porém, cabe ressaltar que a atuação de intelectuais orgânicos aos interesses neoliberais se dá no campo da disputa pela hegemonia e tem como objetivo conduzir

[...] a grande massa da população a um determinado nível cultural e moral, nível (ou tipo) que corresponde às necessidades de desenvolvimento das forças produtivas e, portanto, aos interesses das classes dominantes (GRAMSCI, 2012, p. 288).

Com esse intuito, um dos objetivos do projeto obscurantista é garantir a hegemonia cultural da ideologia neoliberal necessária à manutenção de um Estado neoliberal. Essa hegemonia permite a dominação, por meio de força e consenso, de corpos e mentes de

modo a impor relações sociais e produtivas que sustentem o individualismo, a meritocracia e a responsabilização individual por problemas decorrentes das contradições do capitalismo.

Ou seja, relações sociais e culturais que permitem a reprodução de um imaginário social que impede que as massas populares tomem consciência das contradições que alimentam a atomização social, a competitividade entre indivíduos e um eterno desejo irrealizável por consumo. Elementos essenciais para a reprodução da ordem estabelecida e o agravamento da crise climática.

Assim, conforme aponta Schlesener (2023, p. 299–300), a “[...] crítica à sociedade capitalista nas novas dimensões que assume a ideologia mostra que a luta pela cultura popular [...]” é um dos pontos fundamentais “[...] para a organização de movimentos sociais que proponham um caminho alternativo a esta sociedade”

Por esse motivo, a construção das condições materiais capazes de fazer frente ao projeto obscurantista a serviço do capital passa pela formação de intelectuais orgânicos às classes subalternas capazes tornarem-se dirigentes num processo de reforma intelectual, moral e cultural da sociedade. Reforma esta que seja capaz de instituir relações sociais solidárias, que rompam com o individualismo neoliberal. A atuação contra-hegemônica de intelectuais orgânicos ligados aos mais variados movimentos sociais pode contribuir para a criação de novas relações ético-políticas no âmbito da sociedade e da cultura, condição esta, necessárias para “[...] a construção de uma nova concepção de mundo articulada a uma mudança estrutural da sociedade” (SCHLESENER, 2024, p. 56).

É nesse ponto que as lutas por justiça social, o combate às causas da crise climática e a superação das contradições capitalistas revelam sua profunda interligação. Todas convergem na necessidade de transformações estruturais que englobam simultaneamente as esferas econômica, ética e cultural, exigindo um enfrentamento direto tanto ao projeto obscurantista quanto aos intelectuais que lhe dão sustentação teórica e política.

Esse enfrentamento, por sua vez, demanda a formação de dirigentes e intelectuais orgânicos às classes subalternas, que devem emergir dos diversos espaços de resistência frutos da organização popular. A formação destes intelectuais orgânicos

[...] envolve tanto a perspectiva política de organização dos movimentos sociais pela qual se forma a consciência crítica e luta por transformações radicais, quanto os mecanismos de educação que a sociedade oferece, entre eles, todo o sistema escolar (SCHLESENER, 2017, p. 33).

Porém, é importante não perdermos de vista que não interessa a atual hegemonia neoliberal a aquisição por parte das massas populares dos conhecimentos que possibilitem uma melhor leitura da realidade material e social em que estão inseridos. Muito menos o desenvolvimento de condições que permitam a formação de indivíduos autônomos e com pensamento livre, capazes de serem dirigentes num processo radical de transformação da sociedade. Portanto, a formação de intelectuais orgânicos ligados às classes populares não só se configura como uma resistência ao projeto obscurantista e aos intelectuais a ele associados, mas também se revela fundamental para a construção de alternativas à atual relação dos seres humanos com o ambiente natural. Essas alternativas são essenciais para enfrentar de maneira efetiva a crise climática de origem antropogênica, diretamente derivada das contradições inerentes ao sistema capitalista.

REFERÊNCIAS

ALVES, Cintia. Como a Alvarez & Marsal, que vai gerir a crise em Porto Alegre, capitaliza com desordens e tragédias naturais. *Jornal GGN*, 2024. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/noticia/como-alvarez-marsal-capitaliza-com-desordens-e-tragedias-naturais/>. Acesso em: 07 maio 2025.

ARAÚJO, Nailsa Maria Souza; SILVA, Maria Das Graças E. O metabolismo social e sua ruptura no capitalismo: aspectos históricos e

sua configuração na etapa da financeirização da natureza. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 151–173, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/45306>. Acesso em: 07 maio 2025.

DIAS, Tatiana. Eles veem oportunidade na tragédia no Rio Grande do Sul. *Intercept_Brasil*, 2024. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2024/05/21/eles-veem-oportunidade-na-tragedia-no-rio-grande-do-sul/>. Acesso em: 14 jun. 2025.

DUARTE, Newton. O significado político da objetividade do conhecimento e de sua difusão: argumentos contra o negacionismo e o relativismo. *Germinal: marxismo e educação em debate*, [S. l.], v. 14, n. 3, p. 55–72, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/51490>. Acesso em: 07 maio 2025.

DUARTE, Newton; MAZZEU, Francisco José Carvalho; DUARTE, Elaine Cristina Melo. O senso comum neoliberal obscurantista e seus impactos na educação brasileira. *Revista online de Política e Gestão Educacional*, [S. l.], v. 24, n. esp. 1, p. 715–736, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/6377/637766275004/html/>. Acesso em: 07 maio 2025.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Volume I. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Volume II; edição e tradução, Carlos

Nelson Coutinho; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Volume III; edição e tradução, Carlos

Nelson Coutinho; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

GUIMARÃES, Cátia Corrêa. Negacionismo científico: do debate epistemológico à luta de classes. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 20, p. 1–7, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/gvsVShLTgWMXgC9CymjcPJv/?lang=pt>. Acesso em: 07 maio 2025.

HARVEY, David. *17 contradições e o fim do capitalismo*. São Paulo, SP: Boitempo, 2022.

HENTGES, Cristiano Roberto; ARAÚJO, Aldo Mellender De. Uma abordagem histórico-crítica do Design Inteligente e sua chegada ao Brasil. *Filosofia e História da Biologia*, São Paulo, SP, v. 15, n. 1,

p. 01–19, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/fhb/article/view/fhb-v15-n1-01>. Acesso em: 07 maio 2025.

LÖWY, Michael. Treze teses sobre a catástrofe ecológica iminente. *A Terra é Redonda*, 2020. Disponível em: <https://atterraeredonda.com.br/treze-teses-sobre-a-catastrofe-ecologica-iminente/>. Acesso em: 07 maio 2025.

LÖWY, Michael. Ecosocialismo: o que é, por que precisamos dele, como chegar lá. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 471–482, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/45816>. Acesso em: 07 maio 2025.

MATOSO, Camila. Bolsonaro cogita professor que nega aquecimento global para Meio Ambiente – Painei. *Folha de São Paulo*, 2018. Disponível em: <https://painel.blogfolha.uol.com.br/2018/12/06/bolsonaro-cogita-professor-que-nega-aquecimento-global-para-meio-ambiente/>. Acesso em: 07 maio 2025.

MELLO, Antonio. Por que Zuckerberg e outros bilionários estão construindo bunkers? O que sabem? O que temem? *Fórum*, 2023. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/global/2023/12/22/por-que-zuckerberg-outros-bilionarios-esto-construindo-bunkers-que-sabem-que-temem-149952.html>. Acesso em: 07 maio 2025.

MIGUEL, Jean. Negacionismo climático no Brasil. *Coletiva*, Recife, PE, Dossiê 27, Crise climática, 2020. Disponível em: <https://www.coletiva.org/dossie-emergencia-climatica-n27-artigo-negacionismo-climatico-no-brasil>. Acesso em: 07 maio 2025.

MIGUEL, Jean. A “meada” do negacionismo climático e o impedimento da governamentalização ambiental no Brasil. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 37, n. 1, p. 293–315, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/wCDHY4RdNWSBZC5m6Q7fpBx/?lang=pt>. Acesso em: 07 maio 2025.

PICOLI, Bruno Antonio; CHITOLINA, Vanessa; GUIMARÃES, Roberta. Revisionismo histórico e educação para a barbárie: A verdade da “Brasil Paralelo”. *Revista UFG*, [S. l.], v. 20, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/64896>. Acesso em: 07 maio 2025.

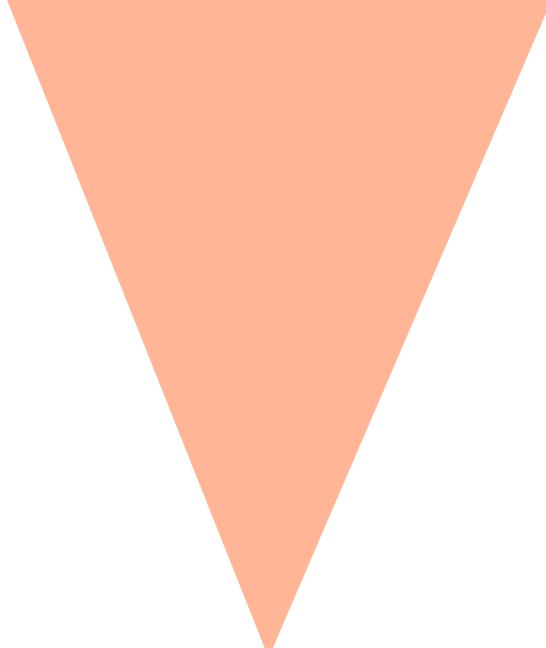
PONTES, Nádia; SOARES, Gisele; GERAQUE, Eduardo. Ricardo Felício, professor negacionista, ausente e midiático. *DW Brasil*, 2023.

Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/ricardo-fel%C3%ADcio-professor-negacionista-ausente-e-midi%C3%A1tico/a-66074650>. Acesso em: 07 maio 2025.

SCHLESENER, Anita Helena. Democracia e formação humana: a dimensão ideológica destes conceitos no contexto da sociedade capitalista. *Revista Dialectus*, [S. l.], n. 10, 2017. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/dialectus/article/view/19918>. Acesso em: 10 abr. 2025.

SCHLESENER, Anita Helena. A educação popular a partir dos escritos jornalísticos de Antonio Gramsci (1916–1918). *Germinal: marxismo e educação em debate*, [S. l.], v. 15, n. 2, p. 287–300, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/54290>. Acesso em: 16 jun. 2025.

SCHLESENER, Anita Helena. *Hegemonia, intelectuais e educação nos escritos de Gramsci*. Ponta Grossa, PR: Uepg, 2024. E-Book.



SABERES TRADICIONAIS E JUSTIÇA CLIMÁTICA

*a presença indígena na
governança global e nas narrativas
sobre a crise climática*

*TRADITIONAL KNOWLEDGE AND CLIMATE JUSTICE: THE INDIGENOUS
PRESENCE IN GLOBAL GOVERNANCE AND CLIMATE CRISIS NARRATIVES*

Cilene Victor¹

Louis Edoa²

-
- 1 Professora titular dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação Social e Ciências da Religião, da Universidade Metodista de São Paulo, onde é líder do grupo de pesquisa Jornalismo Humanitário e Media Interventions (HumanizaCom). Professora do FGV LAW e co-fundadora da Global South Perspectives Network (GSPN). E-mail: cilene-victor@gmail.com
 - 2 Mestre e doutorando em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), Bolsista Capes, com período de doutorado sanduíche na Université Paris-Cité, em Sorbonne, na França. Jornalista, Filósofo e Teólogo. Pesquisador dos grupos de pesquisa HumanizaCom e Semio Humanitas UMESP. E-mail: louisnelma40@gmail.com

RESUMO:

O artigo analisa a inserção dos saberes tradicionais de povos indígenas nos fóruns internacionais de governança climática, destacando a importância da pluralidade cultural para respostas mais justas e efetivas ao problema. A partir do discurso do Cacique Raoni e da Declaração da Aliança Global dos Povos da Natureza, durante a COP 21, discute-se como a comunicação pode promover a inclusão de visões historicamente marginalizadas. Defende-se a valorização de formas diversas de conhecimento como condição primária para políticas sustentáveis, reforçando a necessidade de transformar estruturas decisórias excludentes.

Palavras-chave: Justiça climática; Povos indígenas; Saberes tradicionais; Governança climática; Comunicação.

ABSTRACT:

This paper analyzes the inclusion of Indigenous peoples' traditional knowledge in international climate governance forums, emphasizing the importance of cultural plurality for fairer and more effective responses to the climate crisis. Drawing on Chief Raoni's speech and the Global Alliance of the Peoples of Nature Declaration at COP21, the discussion explores how communication can foster the inclusion of historically marginalized worldviews. The article argues for the recognition of diverse knowledge systems as a prerequisite for sustainable policymaking, underscoring the need to transform exclusionary decision-making structures.

Keywords: Climate justice; Indigenous peoples; Traditional knowledge; Climate governance; Communication.

INTRODUÇÃO

A emergência climática impõe uma reflexão para além de soluções restritamente técnicas, integrando também dimensões culturais, sociais e humanas nas estratégias para o seu enfrentamento. O consenso científico atual reforça a gravidade sem precedentes da crise climática e seus impactos desiguais sobre populações vulnerabilizadas, demandando ações urgentes, multissetoriais e interdisciplinares.

Deve-se mencionar, no entanto, que mesmo diante da crescente mobilização internacional por justiça climática, os principais fóruns de governança global sobre o tema, como as Conferências das Partes (COPs) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês), ainda incorporam de forma incipiente as agendas culturais e a produção de conhecimento dos povos tradicionais. O mesmo se observa em espaços de articulação geopolítica, diplomática e econômica com papel crescente nas agendas ambientais e climáticas, como o BRICS, bloco formado por onze países³ do Sul Global, e o G20, grupo composto pelas vinte maiores economias do mundo.

.....
3 Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul, Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes Unidos,

Essa lacuna revela um desequilíbrio persistente nas narrativas e políticas climáticas, historicamente centradas em visões tecnocráticas, economicistas e baseadas em parâmetros universais de desenvolvimento. Essas abordagens frequentemente desconsideram a diversidade de cosmovisões, práticas e saberes ancestrais que compõem os modos de vida de povos originários e comunidades tradicionais.

Pensadores indígenas têm alertado para os riscos desse desequilíbrio, como Ailton Krenak, ao afirmar que a humanidade precisa rever radicalmente sua relação com a natureza, reconhecendo a Terra como um organismo vivo e rompendo com a lógica predatória que alimenta a crise ambiental (KRENAK, 2019). Nessa mesma direção, Davi Kopenawa compreende o fenômeno das mudanças climáticas como uma espécie de “vingança da Terra”, resultado do colapso gerado pela sociedade das mercadorias e pela ruptura dos vínculos de cuidado (KOPENAWA, 2022, online). Essas leituras ressaltam as consequências da separação entre humanidade e natureza, sugerindo que o enfrentamento da emergência climática esteja mais atento à escuta e à valorização das epistemologias dos povos da Terra. É nesse contexto que se insere o presente artigo, cujo objetivo é analisar criticamente a ausência, ou presença limitada, das agendas culturais e dos conhecimentos tradicionais nos espaços de governança climática global. Como estratégia metodológica, adotamos uma análise de conteúdo da Declaração da Aliança Global dos Povos da Natureza (AMNG), elaborada durante a COP21, em 2015, em Paris, e posteriormente aprofundada em encontros no Brasil. Nessa linha, articulamos esse documento com o discurso do Cacique Raoni Metuktire proferido na mesma conferência. A análise visa compreender em que medida essas proposições foram incorporadas ou negligenciadas nos processos de formulação política e nos repertórios comunicacionais dos últimos dez anos.

Etiópia, Indonésia e Irã. Informação disponível em: <https://brics.br/pt-br>. Acesso em: 5 abr. 2025.

O artigo está estruturado em três partes principais. A primeira seção aprofunda os conceitos de justiça climática e racismo ambiental, discutindo como a marginalização de saberes e territórios tradicionais produz vulnerabilidades específicas no contexto da mudança do clima. Na segunda, discutimos a incidência das agendas culturais e espirituais em fóruns internacionais de governança climática, abordando os limites da representação indígena nesses espaços e o papel simbólico e político de figuras como Raoni, Wapichana e Kopenawa. Na terceira seção, analisamos o papel da comunicação no enfrentamento da emergência climática, com foco especial nas proposições da Aliança Global dos Povos da Natureza e nos desafios para sua visibilidade nas narrativas midiáticas.

Os resultados deste trabalho apontam que não haverá resposta justa à crise climática sem o reconhecimento dos direitos da natureza, da centralidade dos povos originários e da urgência de uma governança climática enraizada na pluralidade epistêmica.

CONHECIMENTOS TRADICIONAIS, MUDANÇAS CLIMÁTICAS E VULNERABILIDADE

Escolhemos abrir esta sessão trazendo à discussão dois conceitos, o da justiça ambiental e o do racismo ambiental, que acreditamos ser essenciais para entender como os conhecimentos tradicionais se conectam com as recentes mudanças climáticas que impactam no meio ambiente. Ambos os conceitos se encontram interligados, pois tanto a justiça climática quanto o racismo ambiental abordam desigualdades estruturais que perpetuam a vulnerabilidade de inúmeras comunidades e populações frente às crises ambientais. Isso porque “onde há desigualdade, o clima pesa mais” (FUNDO BRASIL, 2024, online).

O sexto relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC, 2022) propõe que para compreender o conceito de justiça climática é necessário considerar a complexidade do fenômeno

da mudança climática como um todo, ou seja, a justiça climática não pode ser entendida de forma simplista ou unilateral. Nessa linha, abordar adequadamente o assunto necessita adotar uma abordagem mais abrangente, contemplando para isso três dimensões complementares: i) distributiva; ii) processual; iii) reconhecimento, como apontadas pelo relatório.

O termo justiça climática, embora utilizado de diferentes maneiras em diferentes contextos por distintas comunidades, geralmente inclui três princípios: justiça distributiva, que se refere à alocação de encargos e benefícios entre indivíduos, nações e gerações; justiça processual, que se refere a quem decide e participa dos processos decisórios; e reconhecimento, que implica respeito básico, engajamento robusto e consideração justa por culturas e perspectivas diversas (INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE, 2022, p. 7, tradução nossa)

A justiça distributiva se caracteriza pela distribuição equitativa de recursos e responsabilidades. “Justiça distributiva se refere à alocação de encargos e benefícios entre indivíduos, nações e gerações” (INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE, 2022, p. 124, tradução nossa). O intuito é buscar mitigar as desigualdades entre aqueles que mais sofrem com impactos das mudanças climáticas e os principais responsáveis pelo problema. Ela costuma ser ilustrada pela criação de programas de compensação financeira para países impactados pelos eventos climáticos extremos. Nesse sentido, são incluídos fundos financiados por países industrializados e com maior histórico de emissões de gases de efeito estufa, almejando a redistribuição de recursos para reconstrução e adaptação, como explica o IPPC (2022).

A processual relaciona-se à inclusão de todas as partes interessadas nos processos de tomada de decisões climáticas. Defende-se que o intuito é garantir maior transparência e participação igualitária para evitar exclusões injustas. “Justiça processual se refere

a quem decide e participa do processo de tomada de decisão” (INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE, 2022, p. 124, tradução nossa). Para ilustrar seu entendimento, pode-se tomar como exemplo o processo de construção de uma barragem, como a da Vale, em uma comunidade rural como o Córrego do Feijão, em Brumadinho, Minas Gerais. No processo, deve-se garantir que as comunidades locais tenham voz ativa nas discussões e possam apresentar suas sugestões e sobretudo que tenham acesso a informações completas sobre os impactos da barragem. Esse processo deve permitir que as decisões sejam claras e inclusivas. No entanto, nem sempre acontece dessa forma.

O reconhecimento observa as lutas dos povos originários pela preservação de suas terras e culturas. “Reconhecimento implica respeito básico, engajamento sólido e consideração justa por culturas e perspectivas diversas” (INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE, 2022, p. 124, tradução nossa). Essa dimensão enfatiza a importância de respeitar e valorizar as identidades culturais e os direitos dos grupos marginalizados, reconhecendo que pensar e estabelecer políticas climáticas é lutar contra a perpetuação das discriminações culturais, sociais e históricas. Por exemplo, políticas de reflorestamento deveriam buscar garantir métodos alinhados aos conhecimentos e práticas culturais indígenas, respeitando sua cosmovisão e evitando imposições que desconsideram seus valores culturais.

Assim, a justiça climática é apresentada como um conceito multifacetado, estruturado em torno dessas três dimensões interdependentes. Essas categorias permitem compreender como a crise climática acentua desigualdades já existentes, exigindo respostas mais equitativas e contextualmente sensíveis. Piroli (2025) retoma essas dimensões, mas chama atenção para os diferentes contextos e abordagens nas quais a justiça climática tem sido mobilizada, reforçando que elas operam não apenas como categorias analíticas, mas como expressões de disputas por redistribuição de recursos, participação

política e valorização cultural. Esse diálogo evidencia que enfrentar a crise climática implica considerar simultaneamente quem arca com os custos, quem participa das decisões e quais saberes são legitimados nos processos de governança. Mais do que categorias descritivas, as três dimensões devem servir como princípios orientadores para políticas sustentáveis e justas.

Nessa perspectiva, a justiça climática pode ser compreendida como ponto de conexão entre a crise climática e as questões sociais, raciais e ambientais. Ela parte do reconhecimento de que os impactos das mudanças climáticas afetam de maneira desproporcional territórios e populações historicamente marginalizadas, como comunidades indígenas, populações de baixa renda e pessoas negras. No entanto, esse reconhecimento não é suficiente, uma vez que se torna necessário buscar soluções para o enfrentamento das causas estruturais das mudanças climáticas, promovendo uma transição justa que inclua todos os grupos sociais.

A partir dessa compreensão, vê-se a urgência de “colocar o racismo ambiental no centro da discussão sobre desigualdade social e crise climática” (FUNDO BRASIL, 2024, online), considerando que políticas climáticas, quando formuladas sem atenção à diversidade, podem reforçar práticas discriminatórias contra as culturas minoritárias e suas identidades. Nesse sentido, Piroli (2025) analisa como estudos de caso emblemáticos as lutas dos movimentos negros contra o racismo ambiental e dos povos indígenas contra a herança cultural colonial. Para a autora, trata-se de refletir sobre como utilizar a autoridade institucional para desinstitucionalizar padrões culturais não ecológicos, promovendo o respeito ao pluralismo.

É importante observar, ainda, que a relação entre discriminação racial e étnica e as estruturas de classe nas sociedades liberais é complexa e entrelaçada. Mesmo quando as desigualdades se articulam com hierarquias econômicas, a discriminação é moldada por contextos históricos, preconceitos culturais e políticas institucionais que extrapolam as divisões de classe. Essa articulação é central

nos estudos de Fraser, que propõe “elaborar um conceito amplo de justiça que consiga acomodar tanto as reivindicações defensáveis de igualdade social quanto as reivindicações defensáveis de reconhecimento da diferença” (FRASER, 2007, p. 103), sempre ancorada nos marcos da moralidade, e não apenas da ética.

Na linha de pensamento de Fraser, a discriminação racial e étnica não pode ser vista apenas como uma questão de classe econômica, mas sim como um fenômeno enraizado em estruturas culturais e institucionais. A filósofa propõe um conceito mais ampliado de justiça e convida a reconhecer que a igualdade social e o reconhecimento da diferença devem coexistir para que todos tenham uma participação plena na sociedade.

É injusto que a alguns indivíduos e grupos se negue o status de interlocutores plenos na interação social como consequência de padrões institucionalizados de valor cultural em cuja elaboração não tenham participado em pé de igualdade e que menosprezam suas diferenças ou as diferenças que os atribuem (FRASER, 2006a, p. 36).

Essa perspectiva crítica permite conectar os conceitos de justiça climática e racismo ambiental à exclusão sistemática de grupos racializados e étnicos que são desproporcionalmente afetados pela degradação ambiental, pela poluição e pelas mudanças climáticas, mesmo sem terem contribuído na mesma medida para esses problemas. O que se observa, nesse caso, é justamente a crítica de Fraser à negação de participação plena a esses grupos, que continuam à margem dos processos de tomada de decisão que afetam diretamente seus territórios e modos de vida. Essa exclusão é acompanhada da desvalorização de seus saberes, experiências e práticas culturais, como lembra Belmont (2023, p. 11): “o conhecimento do uso da terra e da produção agrícola é ancestral. O uso da natureza e de seus infinitos recursos, muitos deles ainda desconhecidos como forma de cura e história, [...] é método diário de resistência para nos fortalecer”.

Em Fraser, há então um dualismo perspectivo, no âmbito do qual a justiça social abrange tanto a dimensão da distribuição quanto a do reconhecimento. Nessa linha, observa-se que “na atualidade, a justiça exige tanto a redistribuição como o reconhecimento” (FRASER, 2006a, p. 19). A análise do racismo ambiental, portanto, deve considerar não apenas a desigualdade na distribuição de riquezas e recursos, mas também a exclusão simbólica e política de comunidades inteiras, cujas vozes são frequentemente silenciadas nos debates ambientais. Populações quilombolas e indígenas exemplificam esse processo, uma vez que seus territórios seguem sendo ameaçados por desmatamento, poluição e grandes empreendimentos que desconsideram sua participação efetiva na formulação de políticas públicas.

A desigualdade, nesse contexto, se manifesta não apenas no acesso a bens materiais, mas também no direito de decidir sobre o próprio território e sobre os caminhos possíveis para um futuro sustentável e justo. Essa compreensão é reforçada pela análise do Instituto de Referência Negra Peregum, que afirma:

O debate do racismo ambiental e a nossa estruturação caminham lado a lado com os novos desafios postos pelo cenário político, social e econômico dos últimos anos, nos convocando cotidianamente a registrar e aperfeiçoar as estratégias de atuação política, educativa, de defesa de direitos humanos e de diminuição das desigualdades raciais, sociais e de gênero (BELMONT, 2023, p. 12).

Trata-se, portanto, não de um fenômeno isolado, mas de um reflexo de estruturas e paradigmas históricos que continuam moldando as desigualdades contemporâneas. Essa constatação amplia a necessidade de aperfeiçoar estratégias de ação política, educação crítica e defesa dos direitos fundamentais. A urgência do momento impõe-se como abertura para repensar e transformar as formas de escuta, representação e decisão, de modo a garantir que grupos historicamente marginalizados tenham o direito e a garantia de voz ativa e

influência real na construção de soluções que respeitem suas especificidades, histórias e formas de existência.

AGENDAS CULTURAIS E SABERES TRADICIONAIS NA GOVERNANÇA CLIMÁTICA GLOBAL

Segundo dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME, na sigla em inglês), são mais de 476 milhões de indígenas no mundo, o que representa 6,2% da população mundial. A população indígena está distribuída entre 90 países, representando cerca de cinco mil culturas diferentes (UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME, 2021). Observa-se, no entanto, que a governança climática global ainda ignora em grande medida as agendas culturais e os saberes tradicionais dos povos indígenas e comunidades locais. Embora hoje se reconheça amplamente o valor desses conhecimentos para enfrentar a crise climática, tal reconhecimento raramente resulta em mecanismos institucionais concretos (WEF, 2022).

Segundo a ONU (2024), embora os principais acordos globais, como a Agenda 2030 e o Acordo de Paris, mencionem os povos indígenas, essas menções são geralmente genéricas, sem que haja garantias institucionais concretas de participação efetiva ou de inclusão de seus direitos e saberes nas estratégias climáticas. Essa invisibilidade estrutural impede que os conhecimentos tradicionais, acumulados ao longo de séculos em interação sustentável com a natureza, sejam incorporados como elementos centrais das políticas públicas e dos pactos multilaterais.

Ainda que representem pouco mais de 6% da população global, os povos indígenas protegem áreas que concentram cerca de 80% da biodiversidade remanescente do planeta. Mesmo com esse papel estratégico, apenas 1% dos recursos de financiamento climático internacional é destinado diretamente a essas comunidades (ORGANIZAÇÃO DAS

NAÇÕES UNIDAS, 2024). Tal assimetria evidencia o descompasso entre o reconhecimento discursivo e a efetivação prática de seus direitos no contexto da governança climática global.

Essa exclusão reiterada insere-se em um padrão histórico de marginalização e espoliação. Em diversas regiões do mundo, comunidades indígenas foram deslocadas de seus territórios, perderam o acesso a recursos vitais e enfrentaram a degradação sistemática de seus modos de vida tradicionais. Projetos de mineração, construção de barragens e expansão do agronegócio frequentemente desconsideraram a autodeterminação dos povos originários e provocaram impactos ambientais irreversíveis (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2024). Esse contexto deu origem a um ciclo de desconfiança e resistência. De um lado, instituições internacionais tendem a ver as reivindicações indígenas como entraves ao progresso; de outro, os povos originários rejeitam modelos de desenvolvimento que seguem orientados pela lógica extrativista.

No cerne desse debate está a crítica à racionalidade instrumental dominante. Segundo Leff (2002), a modernidade nos aprisionou em uma racionalidade econômico-instrumental que naturaliza os conceitos de progresso e desenvolvimento como universais, fazendo-se abstrair da diversidade e heterogeneidade de outros modos de ver o mundo. A universalização dessa racionalidade hegemônica suprimiu e invisibilizou formas alternativas de conhecimento e relacionamento com a natureza (LEFF, 2002). Com isso, saberes tradicionais, com suas visões holísticas e vínculos culturais com a Terra, foram historicamente subestimados nos fóruns de ciência e política. Essa crítica conecta-se à análise de Viola (2008), que observa que a governança ambiental global permanece dominada por uma hegemonia conservadora, em que as potências dominantes relutam em romper com o *status quo*. Esse conservadorismo estrutural se traduz na ausência de iniciativas efetivas em larga escala, pois poucos países, por exemplo, comprometem-se verdadeiramente com economia de baixo carbono, temendo custos econômicos imediatos.

Para romper esse impasse, teóricos da ecologia política e movimentos socioambientais sugerem uma transformação epistêmica e política na governança climática. Leff (2006) argumenta que as concepções capitalistas de progresso levaram a uma crise ecológica sem precedentes, indicando a necessidade de desconstruir essa racionalidade insustentável e reorientar o desenvolvimento. Em lugar da visão única do mercado, propõe-se valorizar a diversidade cultural, os saberes tradicionais e os direitos humanos, construindo um pensamento emancipatório e uma ética política capazes de renovar o vínculo com a vida e a natureza (LEFF, 2006). Segundo o economista e sociólogo mexicano, essa mudança implica abrir espaço a um diálogo de saberes, integrando, em pé de igualdade, diferentes epistemologias, com a científica, indígena e local, na formulação de estratégias climáticas, reconhecendo que a crise da mudança do clima não é apenas tecnológica ou econômica, mas também uma crise de civilização e de conhecimento (LEFF, 2002; LEFF, 2006). Há exemplos concretos dos riscos da abordagem atual. Como aponta Hindou Oumarou Ibrahim, presidente do Fórum Permanente da ONU sobre Questões Indígenas (2008), “as chamadas soluções verdes frequentemente representam uma ameaça aos povos indígenas tão grande quanto a própria crise climática”. Projetos de energias renováveis ou créditos de carbono implementados sem consulta prévia tendem a reproduzir deslocamentos e injustiças, contrariando os princípios de justiça climática.

Práticas tradicionais adotadas pelos povos tradicionais há gerações, como manejo comunitário de florestas, uso sustentável da terra e respeito aos ciclos naturais, revelam caminhos para enfrentar a crise atual. Há experiências focadas na inclusão cultural para o enfrentamento da emergência climática, como no caso do Peru, onde foi criada a Plataforma de *Pueblos Indígenas para enfrentar el Cambio Climático*, espaço permanente reconhecido como política de Estado, fruto da mobilização indígena (MINAM, 2023). Essa plataforma garante que representantes indígenas participem diretamente da

formulação e implementação das estratégias climáticas nacionais, em condições equitativas às instâncias governamentais. De fato, a Plataforma compõe, junto à Comissão de Alto Nível de Mudança Climática e à Comissão Nacional de Mudança Climática, uma das três instâncias de governança da ação climática no país (MINAM, 2023). Na prática, nenhum plano nacional de clima é elaborado sem diálogo prévio com os povos originários. O IV Encontro Nacional da Plataforma, em agosto de 2023, reuniu 82 lideranças indígenas de todas as regiões do Peru, de sete organizações nacionais, para discutir políticas de mitigação, adaptação e financiamento climático (MINAM, 2023). Desse encontro, saíram 250 propostas concretas, desde a incorporação dos saberes das mulheres indígenas na adaptação até medidas de proteção territorial, entregues ao Ministério do Ambiente e integradas à estratégia climática peruana e à posição do país na COP28 (MINAM, 2023).

A COMUNICAÇÃO NO ENFRENTAMENTO DA INJUSTIÇA CLIMÁTICA

A comunicação ocupa um papel decisivo na construção de respostas à emergência climática. Ao formar percepções públicas, mediar saberes e mobilizar ações, os sistemas comunicacionais se tornam espaços de disputa de sentidos. No contexto da crise climática, essa disputa ocorre entre narrativas técnico-científicas dominantes e epistemologias locais, culturais e ancestrais que seguem marginalizadas. A forma como a mídia apresenta os riscos e os sujeitos da crise influencia tanto a qualidade da resposta social quanto a legitimidade das soluções propostas. Por isso, pensar a comunicação climática é também pensar em justiça cognitiva e inclusão epistêmica.

Nas últimas décadas, a cobertura predominante dos meios de comunicação tem se pautado pela lógica do evento, pela ênfase em números e pela centralidade de fontes institucionais. Secas, enchentes e ondas de calor são frequentemente noticiadas sem contextualização territorial ou histórica, dissociadas de processos de degradação ambiental acumulada. Pouco espaço tem sido dado aos

sujeitos que historicamente atuam na preservação de ecossistemas, como os povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e pequenos agricultores, e menos ainda às suas formas de compreender, narrar e responder às transformações do clima. Quando essas populações aparecem, são majoritariamente retratadas como vítimas passivas e raramente como agentes políticos ativos.

Essa limitação da cobertura é perceptível, por exemplo, na forma como a mídia lidou com a participação do Cacique Raoni Metuktire na COP21, em Paris, acompanhada por uma das autoras deste artigo. O discurso de Raoni, que denunciava a mercantilização da natureza e chamava a atenção para a sabedoria ancestral dos povos da floresta, teve visibilidade efêmera, com destaque para sua imagem emblemática e mundialmente conhecida, mas pouca ressonância analítica. A mensagem central de sua fala, que exigia uma transformação civilizatória na relação com a Terra, foi reduzida a uma expressão simbólica de diversidade. A crítica à lógica do desenvolvimento extrativista e à exclusão dos saberes tradicionais nos fóruns decisórios pouco reverberou nos editoriais ou nas análises pós-evento. Isso evidencia uma tendência de neutralizar politicamente vozes dissonantes, mantendo intactas as estruturas hegemônicas de conhecimento e decisão.

Foi no mesmo contexto da COP21 que se constituiu a Aliança Global dos Povos da Natureza (AMNG, sigla em inglês para Alliance of Mother Nature's Guardians), que reuniu lideranças indígenas, ativistas, juristas e representantes de comunidades tradicionais. O documento constitutivo da Aliança apresenta 17 proposições que expressam uma visão integrada de justiça ecológica e sociopolítica. Essas proposições não se limitam a uma carta de princípios, mas formulam um projeto político-cultural com potencial de transformação, estruturado a partir de quatro eixos centrais: i) os direitos da natureza como sujeitos coletivos; ii) o protagonismo dos povos da floresta e guardiões da biodiversidade; iii) a crítica ao modelo capitalista-extrativista de desenvolvimento; e iv) a proposta de uma nova governança baseada em valores comunitários e territoriais.

No primeiro eixo, a Aliança reivindica o reconhecimento da Mãe Terra como um ente vivo, dotado de direitos próprios. Essa concepção rompe com a lógica utilitarista e patrimonialista predominante no direito ambiental internacional, que ainda trata os ecossistemas como objetos de regulação humana. Ao propor a natureza como sujeito de direitos, e não como recurso, a Declaração se aproxima de experiências normativas como a da Pachamama (Mãe Terra) no Equador e na Bolívia. Essa perspectiva exige da comunicação um deslocamento ontológico, indo muito além de reportar sobre problemas ambientais para poder incorporar uma linguagem de reciprocidade, em que o humano é parte de um tecido de relações e não seu centro. No entanto, esse vocabulário ético-espiritual ainda encontra pouca adesão nos meios jornalísticos tradicionais, que seguem operando com categorias técnicas, econômicas e antropocêntricas.

O segundo eixo das proposições destaca o papel dos povos indígenas e das comunidades locais como guardiões de saberes milenares e de práticas de cuidado territorial. A Aliança defende o protagonismo político desses povos não apenas como representantes de uma identidade cultural, mas como detentores de sistemas epistemológicos legítimos e estratégicos para o enfrentamento da crise ecológica. Esse reconhecimento implica mais do que a inclusão em debates já estruturados, mas trata-se de reposicionar essas comunidades como coprodutoras das soluções e dos diagnósticos. Apesar dessa clareza, a presença de suas propostas nos grandes fóruns segue sendo tratada como contribuição periférica. A cobertura da mídia reproduz essa marginalização, reduzindo a presença indígena a momentos simbólicos, como rituais de abertura, e não às discussões substantivas sobre as causas estruturais da crise climática.

O terceiro eixo, de caráter visivelmente estrutural, formula uma crítica contundente ao modelo de desenvolvimento vigente. A Aliança denuncia o extrativismo, a financeirização da natureza e o colonialismo ambiental como raízes da crise civilizatória contemporânea. No lugar da promessa de crescimento verde ou de soluções

baseadas apenas em inovação tecnológica, o documento propõe um reordenamento dos valores que sustentam nossas economias e modos de vida. Sugere a transição para modos de existência pautados na suficiência, na regeneração e na interdependência. São propostas que não têm alcançado espaço no repertório habitual dos editoriais dos grandes veículos de mídia ou nos discursos institucionais sobre sustentabilidade. Do mesmo modo, elas não têm encontrado espaço nos noticiários diários, que tendem a valorizar o progresso técnico como narrativa dominante. Assim, a comunicação hegemônica se mostra refratária às proposições da Aliança, seja por afinidade ideológica com o sistema que ela critica, seja por desconhecimento ou despreparo para lidar com outras alternativas.

A quarta dimensão das proposições se refere à governança ecológica plural e participativa. O documento aponta que os fóruns multilaterais, como as COPs e os grupos de decisão do G20 e do BRICS, não representam de forma legítima os povos e as comunidades mais afetados pela crise ambiental. Ela propõe a criação de mecanismos que garantam a escuta efetiva, a deliberação compartilhada e o respeito à diversidade epistêmica. Para isso, a comunicação deve funcionar como um vetor de democratização, ao abrir espaço para a tradução entre cosmovisões, conferir visibilidade a soluções locais e criar pontes entre linguagens. Ainda que iniciativas nesse sentido estejam em curso, como redes de mídia indígena, coletivos de comunicação comunitária e projetos de jornalismo colaborativo, seu alcance permanece limitado frente à escala da emergência climática e à força dos discursos dominantes.

Passada uma década desde a formulação das 17 proposições, poucas delas alcançaram institucionalidade em instrumentos jurídicos internacionais. O que persiste, no entanto, é sua potencialidade como horizonte ético-político. Revisitá-las deve ser um compromisso, inclusive e sobretudo da imprensa, diante do agravamento da emergência climática e do esgotamento dos modelos institucionais, uma vez que a busca de soluções se encontra, na sua maioria, capturada

por lógicas de mercado. A comunicação pública tem um papel central nesse processo, podendo optar por reiterar modelos reducionistas ou contribuir para a emergência de paradigmas plurais e dialógicos. É nesse cenário que a COP30, a ser realizada em Belém, Pará, assume importância histórica. Sediada na Amazônia, região-síntese dos paradoxos da crise climática, da abundância de saberes e escassez de direitos, da centralidade ecológica e marginalização política, a conferência pode ser um divisor de águas para revalorizar o conteúdo da Aliança. Para isso, será necessário um esforço intencional de cobertura jornalística que não apenas registre a presença de lideranças tradicionais, mas que enfrente os desafios da escuta, da contextualização e da legitimação de suas propostas. Isso significa deslocar a cobertura de um olhar curioso para uma postura de corresponsabilidade, significa sair da metáfora da “voz da floresta” para a prática da coautoria discursiva.

A força da Aliança está em propor não apenas uma crítica, mas uma reconfiguração do sensível. Suas proposições falam de outra ordem de mundo, que seja baseada na interdependência entre os seres, na coabitação respeitosa e na reciprocidade com o planeta. Quando comunicadas com fidelidade, essas ideias não apenas informam, mas transformam. Elas ampliam os horizontes do possível e convocam a sociedade a imaginar novos caminhos.

Reafirmar essas proposições é, portanto, mais do que um exercício de memória. É um gesto de atualização ética. É reconhecer que não há solução justa para a crise climática que ignore os saberes, as dores e as esperanças daqueles que há séculos convivem com a Terra de forma respeitosa e integrada. A comunicação, como dimensão relacional e política, pode ser ponte entre mundos, desde que esteja disposta a escutar o que sempre esteve sendo dito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfrentar a emergência climática de forma efetiva e justa exige um salto civilizatório, que é transcender a visão fragmentada que separa

humanidade e natureza e abraçar uma compreensão plural, informada pela ciência e pela tradição. Ao longo deste artigo, observamos como vozes culturais e saberes ancestrais, embora historicamente subestimados nos fóruns internacionais, carregam lições de resiliência, equilíbrio ecológico e justiça. Integrar essas perspectivas não é apenas uma questão de representatividade, mas de enriquecimento das respostas à crise global.

A cultura e o conhecimento tradicional despontam, assim, como alicerce e referência no enfrentamento da emergência climática. São pilares que reconhecem que a Terra não é um objeto inerte a ser explorado, mas uma teia viva da qual fazemos parte, que enfrentar o aquecimento global não se resume a inovações tecnológicas, mas passa por valores, visões de mundo e modos de vida sustentáveis. Essas epistemologias ancestrais não apenas denunciam os limites do modelo atual, como apontam caminhos baseados no cuidado, na reciprocidade e na regeneração. O que elas propõem, em essência, é uma reconciliação com a vida em sua complexidade e interdependência.

Ao ouvir e respeitar os povos que mantêm vínculos com seus ecossistemas, povos que há séculos vêm “adiando o fim do mundo”, em alusão a Krenak, por meio de práticas de resistência, espiritualidade e comunhão com a natureza, abrimos caminho para soluções climáticas mais horizontalizadas e, portanto, mais efetivas. São vozes que, mesmo diante da violência da colonização, do racismo ambiental e da exclusão sistemática, preservam um senso de pertencimento que a modernidade perdeu, o de que o bem viver está intrinsecamente ligado ao bem viver da Terra.

A emergência climática é, em última instância, um desafio de toda a humanidade. Nenhuma cultura ou nação isoladamente detém todas as respostas. Por isso, a convergência de saberes se faz necessária e urgente. Uma governança climática inclusiva, que acolha a diversidade de conhecimentos, será mais democrática e mais eficiente, capaz de abordar as causas e impactos da crise de maneira

integrada. Esse reconhecimento implica descolonizar estruturas de poder e reorientar políticas públicas a partir de uma escuta real dos territórios.

A comunicação, como espaço político, pode e deve ser um dos caminhos para essa transformação. Quando comprometida com o diálogo intercultural, a comunicação é capaz de romper silêncios históricos e de abrir caminhos para alianças genuínas. Não se trata de “dar voz” a quem já fala há séculos, mas de garantir escuta, respeito e responsabilidade na construção de futuros possíveis.

REFERÊNCIAS

ALLIANCE OF MOTHER NATURE’S GUARDIANS (AMNG).

Declaração da Aliança dos Guardiões e Filhos da Mãe Terra: um apelo global aos Estados e à humanidade pela preservação da vida no planeta e das futuras gerações. Brasília, 2017.

BELMONT, M. (org.). *Racismo Ambiental e Emergências Climáticas no Brasil*. São Paulo: Instituto de Referência Negra Peregum, 2023.

FRASER, N. Uma deformación que hace imposible el reconocimiento: réplica a Axel Honneth. In: FRASER, N.; HONNETH, A. *Redistribución o reconocimiento: un debate político-filosófico*. Madrid: Morata, 2006a. p. 17–88.

FRASER, N. La justicia social en la era de la política de la identidad: redistribución, reconocimiento y participación. In: FRASER, N.; HONNETH, A. *Redistribución o reconocimiento: un debate político-filosófico*. Madrid: Morata, 2006b. p. 149–175.

FRASER, N. Reconhecimento sem ética? *Lua Nova*, São Paulo, n. 70, p. 101–138, 2007.

FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS (FUNAI). Joenia Wapichana destaca a importância dos indígenas na preservação ambiental e cultural. In: CONGRESSO INTERNACIONAL MUNDOS INDÍGENAS (COIMI), Brasília, 2024. [Anais...]. Brasília: Funai, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2024/joenia-wapichana-destaca-a-importancia-dos-indigenas-na-preservacao-ambiental-e-cultural-no-congresso-internacional-mundos-indigenas-coimi>. Acesso em: 10 abr. 2025.

FUNDO BRASIL. Onde há desigualdade, o clima pesa mais. São Paulo: *Fundo Brasil de Direitos Humanos*, 2024. Disponível em: <https://www.fundobrasil.org.br/noticia/campanha-do-fundo-brasil-alerta-a-populacao-para-combater-as-desigualdades-sociais-e-ambientais/>. Acesso em: 5 abr. 2025.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (IPCC). *Climate Change 2022: Impacts, Adaptation and Vulnerability. Contribution of Working Group II to the Sixth Assessment Report of the IPCC*. Cambridge: Cambridge University Press, 2022.

KOPENAWA, D.; ALBERT, B. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KOPENAWA, D. Para mim, o termo mudança climática significa vingança da Terra. Entrevista concedida a Ana Maria Machado. *Sumaúma*, 22 nov. 2022. Disponível em: <https://sumauma.com/para-mim-o-termo-mudanca-climatica-significa-vinganca-da-terra/>. Acesso em: 10 abr. 2025.

KRENAK, A. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LEFF, E. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Petrópolis: Vozes, 2002.

LEFF, E. *Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

Ministerio del Ambiente del Perú (MINAM). *Plataforma de Pueblos Indígenas para enfrentar el Cambio Climático*. Lima: MINAM, 2023. Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/campa%C3%B1a/5211-plataforma-de-pueblos-indigenas-para-enfrentar-el-cambio-climatico>. Acesso em: 30 mar. 2025.

PIROLI, Diana. Climate justice, recognition, pluralism. *Brazilian Political Science Review*, [S. l.], v. 19, n. 1, 2025. DOI: 10.1590/1981-3821202500010003.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (UNDP). *Human Development Report 2021/2022: Uncertain Times, Unsettled Lives: Shaping our Future in a Transforming World*. New York: UNDP, 2021.

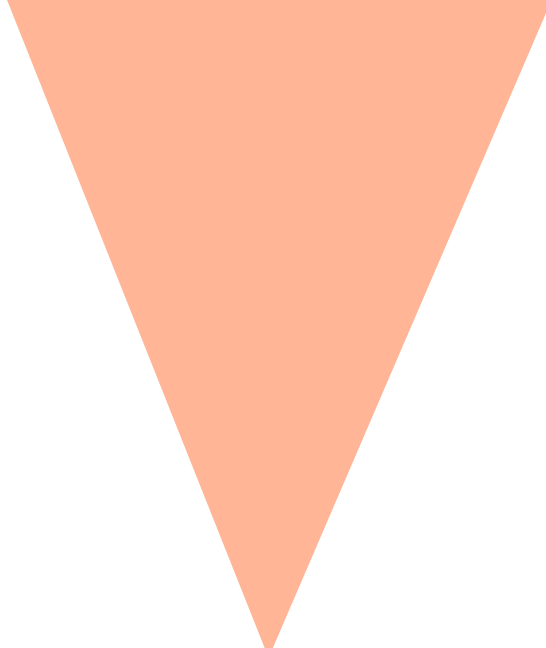
UNITED NATIONS PERMANENT FORUM ON INDIGENOUS ISSUES (UNPFII). *State of the World's Indigenous Peoples – Volume VI:*

Indigenous Peoples and the Climate Crisis. New York: United Nations, 2024.

VIOLA, E.; LEIS, H. R.; BARROS-PLATIAU, A. F. *Governança global do clima: Sociedade e política internacional*. São Paulo: Annablume, 2008.

WAPICHANA, J. Discurso na abertura do V Congresso Internacional Mundos Indígenas – COIMI (Boa Vista, 20 de agosto de 2024). *FUNAI. Notícias*, 2024. Acesso em: 15 mar. 2025. Disponível em: <https://cimi.org.br/2022/10/joenia-wapichana-e-o-apoderamento-dos-espacos-para-a-ampliacao-do-protagonismo-indigena-na-politica/>. Acesso em: 30 mar. 2025.

WORD ECONOMIC FORUM (WEF). *How to Include Indigenous communities in climate action*. Disponível em: <https://www.weforum.org/stories/2022/09/how-to-include-indigenous-communities-climate-action/>. Acesso em: 30 mar. 2025.



SILENCIAMENTO E RESISTÊNCIA

*a luta dos povos indígenas contra
o apagamento epistêmico*

Silas de Paula¹

-
- 1 Doutor pela Universidade de Loughborough (Inglaterra, 1995), Diretor do Museu da Imagem e do Som do Ceará. silasdepaul@gmail.com

RESUMO:

O artigo analisa o apagamento epistêmico dos povos indígenas diante da crise climática, evidenciando como seus saberes tradicionais têm sido sistematicamente marginalizados nas políticas públicas ambientais. A partir de uma perspectiva decolonial e da análise de produções audiovisuais e práticas midiáticas contemporâneas, o estudo investiga como comunicadores e comunicadoras indígenas constroem contranarrativas de resistência e reexistência. O conceito de etnogênese é mobilizado para compreender como símbolos identitários são atualizados por meio das mídias digitais, redes sociais e linguagens visuais. O objetivo é demonstrar que essas estratégias comunicacionais são fundamentais não apenas para o reconhecimento das epistemologias indígenas, mas para a formulação de políticas ambientais mais justas e plurais. Metodologicamente, o trabalho se baseia em análise documental e bibliográfica interdisciplinar. Conclui-se que o fortalecimento das mídias indígenas é decisivo para a justiça climática e para a superação do epistemicídio.

Palavras-chave: Epistemologias indígenas; mídia indígena; justiça climática; etnogênese; decolonialidade.

ABSTRACT:

This article analyzes the epistemic erasure of Indigenous peoples in the context of the climate crisis, emphasizing how their traditional knowledge has been systematically marginalized by environmental public policies. Drawing on a decolonial perspective and analyzing both audiovisual productions and contemporary media practices, the study examines how Indigenous communicators build counter-narratives of resistance and reexistence. The concept of ethnogenesis is employed to understand how identity symbols are rearticulated through digital platforms, social media, and visual languages. The aim is to demonstrate that these communicative strategies are essential not only for the recognition of Indigenous epistemologies but also for the development of more just and plural environmental policies. Methodologically, the work is grounded in interdisciplinary documentary and bibliographic analysis. It concludes that strengthening Indigenous media is vital for climate justice and the dismantling of epistemicide.

Keywords: Indigenous epistemologies; Indigenous media; Climate justice; Ethnogenesis; Decoloniality.

INTRODUÇÃO

As mudanças climáticas representam um dos desafios mais urgentes do século XXI, impactando territórios e populações de maneira desigual. No Brasil, os povos indígenas são diretamente afetados pela degradação ambiental, tanto pela perda de seus territórios quanto pela marginalização de seus saberes tradicionais nos debates sobre soluções climáticas. Enquanto estudos demonstram que as terras indígenas possuem as menores taxas de desmatamento e são essenciais para a manutenção dos ecossistemas (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2021), as políticas ambientais e culturais ainda falham em integrar essas comunidades como protagonistas na formulação de estratégias de preservação. O conceito de etnogênese, desenvolvido por Eugène Roosens (1989), é fundamental para compreender os processos pelos quais grupos étnicos, diante de situações de marginalização e opressão, constroem ou reconstroem suas identidades coletivas como estratégia de resistência cultural, social e política. Roosens (1989) define etnogênese como o processo de (re)emergência e (re)construção da etnicidade, geralmente desencadeado por contextos de ameaça cultural, colonização ou repressão sistemática. Nesse processo, elementos simbólicos – como a língua, os rituais, a memória coletiva e os territórios – são ativados

ou reinterpretados para reforçar o sentimento de pertencimento e de distinção em relação ao grupo dominante. Esse fenômeno revela que a identidade étnica não é essencialista ou estática, mas sim uma construção social e histórica, que pode ser mobilizada em diferentes contextos conforme as necessidades políticas e culturais do grupo.

Durante séculos, esses povos foram silenciados, homogeneizados sob o rótulo genérico de índios e, frequentemente, desprovidos do direito à autoidentificação. Frente a esse apagamento simbólico e político, muitos grupos passaram a reafirmar ou reinventar elementos de sua cultura como forma de resistência – um movimento muitas vezes associado à luta por direitos territoriais, autonomia e reconhecimento (DE PAULA, 2006).

A etnogênese não implica uma volta ao passado essencialista, mas sim uma reinterpretação crítica da tradição, mediada pelas condições contemporâneas de existência. Trata-se de um processo dialético, no qual a identidade se atualiza constantemente em diálogo com o contexto político, econômico e cultural. Nesse sentido, a etnogênese é uma forma ativa de agenciamento histórico, uma resposta insurgente à tentativa de assimilação forçada ou invisibilização. No Brasil, a formação de organizações como a União das Nações Indígenas (UNI) e a produção audiovisual do projeto *Vídeo nas Aldeias*, na década de 1980, são exemplos claros de etnogênese em ação. Esses movimentos demonstram que, longe de desaparecerem, as identidades indígenas se reinventam e se fortalecem diante da marginalização, reafirmando o direito de ser, de narrar e de resistir.

Os críticos do modelo de Roosens argumentam que ele simplifica demais o complexo processo de etnogênese e ignora o papel do poder e da desigualdade na formação de identidades étnicas, e sugerem que o modelo enfatiza demais o papel da cultura e negligência outros fatores que contribuem para a identidade étnica, como interesses econômicos e políticos (BARTH, 1994; ERIKSEN, 1993; JENKINS, 1994). Apesar dessas críticas, seu modelo continua sendo uma estrutura valiosa para a compreensão do processo de etnogênese.

A marginalização das epistemologias indígenas reflete o que Boaventura de Sousa Santos (2007) define como “epistemicídio” – a eliminação sistemática de saberes não hegemônicos. Esse processo perpetua a lógica da “colonialidade do saber” (QUIJANO, 2005, p. 117), em que os modelos ocidentais de desenvolvimento ignoram conhecimentos ancestrais sobre sustentabilidade e gestão territorial. Nesse artigo, analisamos como essa desconexão entre políticas climáticas e a proteção do patrimônio cultural indígena se manifesta, discutindo ainda como as mídias indígenas têm emergido como ferramentas fundamentais de resistência e protagonismo e como o conceito de “culturas do silêncio” (FREIRE, 1970, p. 1) pode ser aplicado à invisibilização das narrativas indígenas no contexto da crise climática. Argumentamos que essa exclusão se manifesta tanto no apagamento das suas contribuições para a preservação ambiental quanto na formulação de políticas públicas que desconsideram suas práticas ancestrais de sustentabilidade. A partir da análise de produções audiovisuais e políticas ambientais, investigamos o papel da mídia indígena e os novos protagonistas desses grupos nas redes sociais construindo um processo de resistência cultural com a criação de contranarrativas que desafiam esse silenciamento.

APAGAMENTO EPISTÊMICO E COLONIALIDADE DO SABER

A crise climática contemporânea não é apenas uma emergência ecológica: é também uma crise de representação, de conhecimento e de legitimidade política. Os povos indígenas, que historicamente foram colocados à margem dos processos decisórios e das políticas ambientais, encontram-se hoje no centro das disputas por território, memória e futuro. São, simultaneamente, os mais afetados pelos impactos da degradação ambiental e os principais guardiões de saberes ancestrais sobre sustentabilidade e equilíbrio ecológico. No entanto, apesar de sua contribuição incontornável para a preservação dos biomas e da biodiversidade, as epistemologias indígenas seguem sistematicamente desvalorizadas, invisibilizadas ou

apropriadas sem reconhecimento. Um processo contínuo de negação e silenciamento, da destruição dos saberes não hegemônicos por meio da imposição de um regime de verdade baseado na ciência ocidental, na racionalidade instrumental e no paradigma desenvolvimentista. Nesse regime, o conhecimento indígena é frequentemente reduzido a “tradição” ou “folclore”, incapaz de disputar espaço com os discursos técnicos que dominam o campo da política ambiental global. A “colonialidade do saber”, então, opera por meio da hierarquização das formas de conhecer (QUIJANO, 2005, p. 117). Ao privilegiar as epistemes eurocêntricas, esse sistema não apenas marginaliza esses saberes, mas também legitima modelos de desenvolvimento que são, em si mesmos, produtores de colapso ecológico. A crise climática, portanto, não pode ser separada da estrutura colonial que sustentou a modernidade e que continua a operar por meio da exclusão sistemática de vozes originárias.

A imagem, então, emerge como instrumento de resistência e reexistência, uma insurgência simbólica. Por meio do audiovisual e redes sociais, os indígenas têm criado espaços de visibilidade e fala onde antes imperava o silêncio. A câmera e a tela, ferramentas historicamente utilizadas para observar e classificar os outros na perspectiva colonial, são ressignificadas como meio de denúncia, educação e mobilização. Filmes, vídeos e conteúdos produzidos por indígenas nas redes sociais, revelam não apenas suas lutas territoriais, mas também suas cosmologias, suas linguagens e seus modos próprios de se relacionar com o mundo. Ocupam esses espaços como territórios de fala e criação de mundos possíveis, em oposição à lógica colonial que historicamente os têm silenciados. “Demarcar a tela” (KRENAK, 2022a, 2min34s) é um gesto político – e fazem isso ao transformar seus corpos, vozes, imagens e narrativas em instrumentos de luta contra o epistemicídio e a crise climática.

Se por séculos os povos originários lutaram pela demarcação de seus territórios físicos, hoje lutam por ela e pela ocupação dos territórios midiáticos, reconhecendo que o poder de narrar é também o poder

de existir. A produção indígena representa uma forma de contra-cartografia epistemológica, mapeando territórios de memória e saber a partir de perspectivas internas. Esses materiais desafiam as estéticas coloniais e os roteiros exóticos comumente atribuídos aos indígenas, ao mesmo tempo em que constroem uma estética própria, politizada e espiritualizada, ocupando as redes digitais com narrativas que articulam denúncia, ancestralidade e futuro. Suas performances não apenas informam, mas afirmam presença no tempo presente, desafiando a ideia de que pertencem ao passado. Ao fazê-lo, tensionam o campo da comunicação e da cultura, deslocando as fronteiras entre o saber, o território e a linguagem.

A imagem sonora deixa de ser apenas representação e passa a ser ação – um gesto político que confronta o apagamento, que dá corpo à memória e que propõe novas formas de pertencimento e existência. No coração da crise climática, eles ocupam a linha de frente da devastação, assim como a da imaginação de futuros possíveis. Ao se apropriarem da tela, da mídia digital, dos documentários e de outros meios de comunicação, contestam essa exclusão, propondo novas formas de interpretar e interagir com o mundo, baseadas na sua relação ancestral com a natureza e o território. Esse processo pode ser compreendido à luz da noção de “ecologias de saberes”, proposta por Boaventura de Sousa Santos (2007, p. 25), que sugere a coexistência de múltiplas formas de conhecimento sem que uma se sobreponha à outra. Ailton Krenak, em suas obras, aborda a necessidade de reconhecer essa pluralidade de saberes e sua interconexão entre humanidade e natureza. Em *Ideias para Adiar o Fim do Mundo*, Krenak (2019) critica a visão antropocêntrica que separa o ser humano da natureza, enfatizando a importância de integrar diferentes formas de conhecimento para uma convivência sustentável, e destaca a cosmovisão indígena, que vê a Terra como um organismo vivo, oferecendo perspectivas valiosas para repensar nossa relação com o planeta.

Ao valorizar essas diversas epistemologias, a visão de Krenak contribui para uma ecologia dos saberes que enriquece nossa

compreensão e interação com o mundo natural. Além disso, documentários como *A Última Floresta* (2021), dirigido por Luiz Bolognesi em parceria com o líder yanomami Davi Kopenawa, desafiam as narrativas convencionais sobre preservação ambiental, colocando em primeiro plano a visão indígena sobre o equilíbrio ecológico e a espiritualidade ligada à floresta. Essa ressignificação contribui para o combate estereótipos, além de posicionar os povos indígenas como agentes de conhecimento, em oposição à visão que os reduzia a objetos de estudo ou personagens exóticos da história nacional. Movimento este que rompe com a lógica da invisibilização e os coloca como protagonistas de suas próprias histórias, contestando diretamente a marginalização imposta pelas mídias tradicionais.

A valorização dessas epistemologias ambientais no debate climático vai além de uma questão de justiça social: trata-se de uma necessidade urgente para a formulação de políticas ambientais mais eficazes. Diversos estudos demonstram que os territórios indígenas possuem os maiores índices de preservação ambiental, evidenciando que suas práticas de manejo sustentável da biodiversidade são fundamentais na luta contra a crise climática (ALBERT, 2020; VIVEIROS DE CASTRO, 2002). Tais conhecimentos ainda são, sistematicamente, ignorados ou apropriados sem o devido reconhecimento.

Na questão climática, a imagem sonora assume um papel que expande-se da documentação cultural: ela se torna um ato de resistência. Como discute Mitchell (2006), a imagem não é apenas uma representação estática, mas um campo de tensão entre o visível e o vivido, entre presença e ausência. Essa concepção sugere que a mídia indígena denuncia os impactos ambientais sobre seus territórios e propõe novas formas de pensar o pertencimento bem como a memória. A exclusão desses grupos dos espaços de decisão sobre mudanças climáticas reflete um padrão estrutural de negligência. Mesmo com avanços legislativos, como o reconhecimento dos direitos territoriais indígenas na Constituição Federal de 1988 e o compromisso do Brasil com acordos internacionais como a Convenção 169 da

Organização Internacional do Trabalho (OIT), a implementação de medidas eficazes ainda esbarra em interesses políticos e econômicos que favorecem a expansão do agronegócio e da mineração. A crise climática intensifica esse cenário ao deslocar comunidades, inviabilizar práticas culturais ligadas ao território e reforçar a dependência de políticas assistencialistas que não consideram a autonomia desses grupos.

A superação das culturas do silêncio passa pelo fortalecimento dessas vozes, pelo reconhecimento dos saberes tradicionais como fundamentais na construção de soluções ambientais e pela inclusão efetiva das comunidades indígenas nos processos de formulação de políticas públicas. A produção audiovisual, a educação intercultural e as redes sociais de resistência desempenham um papel central nesse movimento, evidenciando que romper com o silenciamento imposto historicamente é um ato de justiça social, assim como uma necessidade urgente para a construção de futuros sustentáveis.

OLHARES LOCAIS, ESCUTAS GLOBAIS

A relação entre mídia, cultura e poder tem sido amplamente discutida na literatura acadêmica, especialmente no que tange à construção da visualidade como mecanismo tanto de dominação quanto de resistência (MIRZOEFF, 1999). A produção e a circulação de imagens não são neutras: constituem dispositivos de poder que moldam a percepção pública, atuando como ferramentas de controle social ou de contestação política. No contexto da crise climática, a mídia assume papel ambíguo – ora reproduzindo discursos hegemônicos, ora funcionando como campo de insurgência simbólica. Nesse cenário, as imagens sonoras e a literatura produzidas por povos indígenas têm se tornado potentes veículos de denúncia, memória e reinvenção cultural.

Por séculos, as representações midiáticas limitaram-se a estereótipos redutores – o indígena como símbolo do passado, como obstáculo ao progresso ou como vítima passiva. No entanto, a digitalização e

a popularização das mídias vêm alterando esse panorama, permitindo que grupos historicamente marginalizados assumam novos papéis como sujeitos narrativos e agentes políticos. No caso das lutas indígenas, essa virada representa uma mudança epistemológica profunda: os povos originários deixam de ser objeto de representação para se tornarem protagonistas de suas próprias histórias. Essa transformação rompe com o epistemicídio estrutural imposto pelas formas hegemônicas de conhecimento, permitindo a construção de uma ecologia de saberes e de uma disputa simbólica pela visibilidade, reconhecimento e justiça. A emergência da mídia indígena – impulsionada por redes sociais, documentários e coletivos audiovisuais – tem possibilitado a demarcação simbólica dos territórios de comunicação, uma extensão da luta territorial para o campo do imaginário.

Foi nesse espírito que Ailton Krenak discute, em uma entrevista em vídeo, o conceito de demarcação da tela enfatizando a importância da presença indígena no cinema, na televisão e nas artes visuais. Para Krenak, a apropriação das ferramentas audiovisuais pelos povos originários transforma esses dispositivos em instrumentos de luta, construindo contranarrativas ao documentar suas histórias, preservar a diversidade cultural e reivindicar direitos. Como ele afirma:

Demarcar a tela é exatamente um diálogo com esse audiovisual. A tela é a arte, é o cinema, é o horizonte das artes plásticas no sentido mais amplo. Tem havido uma presença significativa da arte indígena em Bienal, em mostras interessantes, ela já consegue circular fora do Brasil em outros ambientes. (KRENAK, 2022a, 2min34s)

Essa presença tem sido materializada por comunicadores como Cristian Wariu Tseremey'wa, jovem xavante que, por meio de seu canal no YouTube, traduz a realidade dos povos indígenas para as novas gerações. Ele rompe com a lógica da cultura do silêncio ao

assumir a posição de educador e tradutor cultural, afirmando que sua missão é fazer com que a juventude indígena e não indígena compreenda as complexidades de seus territórios e culturas e sugere:

Se engage com redes de proteção a esses territórios com informações disponíveis e verdadeiras e se articule com suas bases para barrar os retrocessos sociais e ambientais.
(WARIU TSEREMEY'WA, 2025, 7min21s)

Wariu denuncia ainda o desmatamento crescente no Mato Grosso, com impactos drásticos sobre os ecossistemas e as populações locais, com efeitos do chamado agrosuicídio, um modelo agroindustrial que, ao destruir a floresta, compromete o próprio futuro da agricultura, da biodiversidade e dos modos de vida sustentáveis. Nesse processo de insurgência simbólica, o audiovisual tem sido uma ferramenta de resistência e reexistência. Essas obras registram saberes tradicionais, práticas cotidianas e denúncias políticas a partir de uma perspectiva endógena, desafiando as narrativas colonialistas que historicamente definiram os povos originários. Filmes como *A Última Floresta* (LUIZ BOLOGNESI, 2021), feito em colaboração com Davi Kopenawa Yanomami, e *Martírio* (VINCENT CARELLI, 2016), são exemplos de como o audiovisual pode se tornar um território de disputa e de memória. Essas produções tensionam o olhar do espectador, convidando à escuta das vozes silenciadas e à reconfiguração das alianças entre arte, política e ancestralidade. A circulação dessas narrativas por plataformas digitais amplia seu alcance, conectando as lutas locais a causas globais como a justiça climática. Ao se tornarem visíveis e audíveis em escala planetária, os povos indígenas conquistam não apenas espaço, mas relevância política no debate contemporâneo sobre o futuro do planeta. Não se trata apenas de defender direitos humanos ou culturais, mas de reconhecer nos saberes indígenas alternativas concretas e vitais para a sustentabilidade ecológica global. A produção audiovisual indígena possibilita a criação de imagens e discursos que desafiam as representações coloniais e reivindicam

o protagonismo indígena na luta climática. Como discute Mitchell (2006), a imagem não é apenas uma representação estática, mas um campo de tensão entre o visível e o vivido, entre presença e ausência. Essa concepção sugere que a produção audiovisual indígena não apenas denuncia os impactos ambientais sobre seus territórios, mas também propõe novas formas de pensar o pertencimento e a memória.

A DEMARCAÇÃO DA TELA COMO GESTO POLÍTICO

Com base nesse entendimento, é fundamental destacar o papel de comunicadoras indígenas contemporâneas que, por meio das redes sociais, têm operado verdadeiros gestos de demarcação da tela, resignificando a imagem indígena no espaço digital e ampliando o alcance das epistemologias originárias. Essas estratégias midiáticas também podem ser lidas como práticas contemporâneas de etnogênese, atualizando símbolos identitários sob novas linguagens e suportes. Por exemplo:

1. Maira Gomez Jügoa (@cunhaporanga_oficial) – Comunidade Tatuyo (Amazonas): 492 mil seguidores no Instagram

Tópicos de Atuação:

- ❖ Apropriação das redes sociais como ferramenta de visibilidade: Com seu grande alcance, Maira transforma o Instagram em um espaço de “demarcação da tela” (KRENAK, 2022a, 2min34s), dando voz e imagem à sua comunidade.
- ❖ Afirmação estética e identitária: As pinturas com urucum e jenipapo são expressões visuais de cosmologias indígenas, criando contranarrativas visuais que resignificam o corpo e a cultura, em oposição à visão folclórica e exotizada.
- ❖ Representação cotidiana como resistência: Ao mostrar o dia a dia da comunidade Tatuyo, ela rompe com o estereótipo do indígena “congelado no tempo” e insere a cultura Tatuyo na contemporaneidade.

2. **Katú Mirim (@katumirim)** – Guaraní Mbyá: 117 mil seguidores no Instagram

Tópicos de Atuação:

- ❖ **Arte como instrumento de denúncia e decolonialidade:** Sua música e atuação pública tensionam a colonialidade do saber (Quijano), evidenciando a potência da arte indígena como gesto político.
- ❖ **Engajamento com pautas ambientais e sociais:** Atua como sujeito epistêmico nas redes, abordando temas como justiça climática, racismo ambiental e direitos dos povos originários.
- ❖ **Conexão entre ancestralidade e futuridade:** Transita entre o discurso tradicional e urbano, construindo pontes entre o território e as redes digitais como espaços de insurgência simbólica.

3. **Djuena Tikuna (@djuenatikuna)** – Etnia Tikuna: 32 mil seguidores no Instagram

Tópicos de Atuação:

- ❖ **Uso da música como linguagem de resistência:** Através do canto em língua Tikuna, ela preserva e dissemina saberes ancestrais, articulando memória coletiva e territorialidade.
- ❖ **Jornalismo indígena e produção de narrativas próprias:** Como comunicadora, participa da reconfiguração do imaginário midiático sobre os povos indígenas, rompendo com o que Paulo Freire (1970, p. 1) chamou de “culturas do silêncio”.
- ❖ **Afirmção simbólica e espiritual da floresta:** Sua produção dialoga com os conceitos de ecologia dos saberes (Boaventura de Sousa Santos) e propõe uma reconexão espiritual com o território.

4. **Eliane Potiguara (@elianepotiguara)** – Etnia Potiguara: 18 mil seguidores no Instagram

Tópicos de Atuação:

- ❖ **Intelectualidade indígena e ativismo político:** Como escritora e ativista, Eliane atua no campo das epistemologias indígenas,

propondo alternativas ao pensamento hegemônico, especialmente em gênero e diversidade cultural.

- ❖ Literatura como contranarrativa: Sua obra questiona o apagamento histórico das mulheres indígenas, introduzindo sua subjetividade e agência no debate público.
- ❖ Mídia como instrumento de pedagogia crítica: Seu trabalho dialoga com Paulo Freire onde a comunicação é libertadora e educativa, sendo usada por ela para emancipar e politizar o público.

INSURGÊNCIA SIMBÓLICA E REDES DE RESISTÊNCIA

Essas comunicadoras indígenas representam, cada uma à sua maneira, o que o presente artigo denomina como insurgência simbólica, ao ocupar as redes sociais como territórios de fala e criação de mundos possíveis, em oposição à lógica colonial que historicamente silenciou os povos indígenas. Demarcar a tela é um gesto político — e elas fazem isso ao transformar seus corpos, vozes, imagens e narrativas em instrumentos de luta contra o epistemi-cídio e a crise climática.

Essa insurgência não se limita à contestação de estereótipos ou à denúncia de injustiças: ela inaugura um modo próprio de narrar o mundo, de se posicionar e de intervir na esfera pública. As redes digitais, nesse contexto, deixam de ser apenas espaços de visibilidade para se tornarem territórios de reinvenção simbólica, onde práticas de cuidado, memória, espiritualidade e pedagogia ancestral são compartilhadas com ampla audiência.

A democratização das tecnologias audiovisuais rompe com os dispositivos coloniais que historicamente representaram os povos indígenas a partir de uma ótica externa, antropológica ou folclorizante. Em vez disso, o audiovisual indígena, assim como as performances comunicativas em plataformas digitais, torna-se espaço de enunciação soberana e plural. É nesse novo campo de agenciamento que se afirmam epistemologias enraizadas no território, no corpo e na

ancestralidade — contra a racionalidade extrativista e a invisibilização sistemática.

Ao se apropriarem das linguagens da imagem, do som e da palavra, elas não apenas contestam narrativas dominantes, mas criam outras formas de viver e pensar em comunidade. São gestos de reexistência que articulam estética, política e espiritualidade, configurando uma rede de resistência que atravessa fronteiras geográficas e epistemológicas. São, também, sementes de futuros possíveis.

A DESCONEXÃO ENTRE POLÍTICAS CLIMÁTICAS E SABERES ORIGINÁRIOS

As políticas climáticas globais e nacionais, majoritariamente elaboradas a partir de paradigmas tecnocráticos e econômicos, frequentemente ignoram a profunda interdependência entre território, cultura e sustentabilidade ambiental. Essa falha não é acidental, mas expressão daquilo que Aníbal Quijano (2005) denominou colonialidade do poder — um regime de dominação que estrutura o conhecimento, a economia e a política a partir da imposição de valores ocidentais, marginalizando epistemologias não hegemônicas, como as dos povos indígenas.

No Brasil, a sistemática desconsideração da Convenção 169 da OIT, que assegura a consulta prévia, livre e informada aos povos indígenas sobre decisões que impactam seus territórios (SANTILLI, 2005), revela o descompasso entre o discurso oficial de proteção ambiental e a prática excludente da governança climática. Programas como Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal, o REDD+, apesar de se apresentarem como soluções sustentáveis, muitas vezes operam a partir de uma lógica mercantil, tratando a floresta como ativo de mercado e invisibilizando os modos de vida tradicionais que historicamente garantiram sua preservação (ALBERT, 2020).

Essa abordagem reflete o que Boaventura de Sousa Santos (2007) chama de epistemologia do Norte — uma forma de conhecimento dominante que desqualifica os saberes locais, orais, simbólicos e

espirituais. Ao desvalorizar o conhecimento indígena sobre manejo ambiental, o modelo ocidental de combate à crise climática impõe soluções que reforçam a lógica extrativista, acentuando o epistemicídio ambiental e afastando as comunidades originárias dos processos decisórios.

A crise climática é também uma crise de governança ambiental: um conflito entre as exigências do capital e a integridade ecológica dos territórios. O avanço desenfreado do agronegócio, da mineração e da exploração madeireira em terras indígenas no Brasil ilustra a força dos interesses econômicos sobre os direitos socioambientais. Estudos mostram que os territórios indígenas têm, comprovadamente, os menores índices de desmatamento (ISA, 2019); contudo, a flexibilização das leis ambientais tem avançado, ignorando o papel essencial dessas comunidades na preservação da biodiversidade.

A destruição das florestas não pode ser vista apenas como problema ecológico, mas como resultado de um modelo de desenvolvimento predatório que rompe os vínculos espirituais e materiais entre os povos indígenas e seus territórios. Esse modelo desconsidera que a floresta, para essas comunidades, é mais do que um recurso natural: é um ente vivo, um parente, um espaço de memória, cura e reciprocidade (KRENAK, 2022). A disputa entre preservação e exploração, além de ecológica, é também violenta. Relatórios do Conselho Pastoral da Terra (CONSELHO PASTORAL DA TERRA, 2022) indicam o crescimento alarmante de assassinatos, perseguições e ameaças a lideranças indígenas e defensores ambientais, o que evidencia que a exclusão indígena nas políticas públicas é um processo ativo de silenciamento, criminalização e extermínio — não apenas uma omissão.

Para reverter esse cenário de exclusão epistêmica e ecológica, é urgente adotar um modelo de governança climática intercultural, que reconheça os conhecimentos tradicionais como ativos epistemológicos, políticos e estratégicos para o enfrentamento da crise socioambiental. Não se trata apenas de valorizar esses saberes como

expressões culturais periféricas, mas de integrá-los aos processos decisórios como formas legítimas de conhecer, interpretar e manejar o mundo natural. A crise ambiental global é inseparável de uma crise ontológica e epistemológica (ARTURO ESCOBAR, 2014), ela decorre da imposição histórica de uma única racionalidade — ocidental, tecnocientífica, capitalista — que fragmenta o mundo em categorias utilitárias, rompendo os vínculos relacionais entre humanos e natureza.

Enfrentar essa crise exige mais do que inovações tecnológicas; demanda uma transformação profunda das formas de conhecimento e de governança da vida no planeta. No livro *Futuro Ancestral*, Ailton Krenak (2022) propõe uma reflexão crítica sobre a crise ambiental e a desconexão entre humanidade e natureza, defendendo a escuta das cosmologias indígenas como chave para reimaginar o tempo e o mundo. Por meio de textos e conferências com linguagem poética e oral, o autor questiona a linearidade ocidental e apresenta o futuro ancestral como continuidade ética com o passado. Em diálogo com o pensamento decolonial, mas com uma abordagem sensível e espiritual, Krenak valoriza a oralidade, os sonhos e o vínculo com a terra como formas legítimas de saber. A obra oferece uma alternativa à racionalidade extrativista, sendo essencial para debates sobre justiça climática e epistemologias do Sul.

Romper com o monopólio epistemológico do Ocidente significa, portanto, abandonar a ideia de que há uma única forma válida de racionalidade, abrindo espaço para a construção de plataformas de escuta e [co]decisão, nas quais os povos indígenas e outras comunidades tradicionais não sejam apenas consultados, mas atuem como protagonistas com poder deliberativo. Isso implica reconfigurar os processos participativos, superar o formato de consulta formal reconhecer o valor político, ético e ecológico das cosmologias indígenas na formulação de políticas públicas. Essa implementação de espaços de governança intercultural envolve a articulação entre diferentes regimes de conhecimento — científicos e tradicionais, institucionais

e comunitários – por meio de metodologias colaborativas, protocolos de consulta elaborados pelas próprias comunidades e instrumentos legais que reconheçam a pluralidade epistêmica como um direito coletivo. Espaços que devem ser concebidos como instâncias de disputa simbólica e política, como também de invenção democrática, nas quais a justiça climática se relacione diretamente com a justiça cognitiva.

Experiências em diversos territórios indígenas no Brasil já demonstram que a incorporação dos saberes locais em práticas de gestão ambiental gera resultados mais sustentáveis, inclusivos e eficientes. A implementação dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs), como o desenvolvido pela Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), constitui um exemplo emblemático da articulação entre epistemologias indígenas e governança socioambiental. Elaborados coletivamente pelas comunidades indígenas do Alto e Médio Rio Negro, os PGTAs operam como instrumentos de planejamento autônomo que expressam não apenas estratégias de uso e preservação do território, mas também visões cosmológicas e formas próprias de vida. Nesse contexto, rompem com a lógica colonial de tutela e reafirmam o protagonismo indígena na produção de políticas públicas, ao mesmo tempo em que estabelecem um diálogo intercultural com o Estado e com a sociedade civil. Trata-se de um gesto de justiça cognitiva, no qual os saberes tradicionais são reconhecidos como centrais para a construção de um futuro ambientalmente sustentável e culturalmente plural (FOIRN, 2024).

Portanto, a descolonização da governança ambiental não é apenas uma exigência moral ou jurídica: é uma condição necessária para a continuidade da vida. Em tempos de colapso ecológico, as epistemologias indígenas não oferecem apenas resistência – elas propõem outros modos de habitar o mundo, nos quais a relação com a terra é baseada em reciprocidade, cuidado e interdependência. Incorporar essas visões aos centros de decisão é, antes de tudo, reconhecer que há múltiplas formas de inteligência ecológica em curso, e que

nenhuma delas, isoladamente, será capaz de salvar o planeta. O fortalecimento da mídia indígena, a valorização dos saberes ancestrais e a consolidação de políticas públicas baseadas na justiça ambiental e na diversidade epistêmica são passos decisivos para romper com as culturas do silêncio e para construir formas sustentáveis de convivência com o planeta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo aqui proposto partiu da análise do apagamento epistêmico enfrentado pelos povos indígenas no contexto da crise climática, buscando compreender de que modo seus saberes tradicionais, frequentemente marginalizados nas políticas públicas ambientais, vêm sendo reativados por meio de práticas midiáticas contemporâneas. Com base em uma abordagem decolonial, procuramos demonstrar que a emergência de mídias indígenas – especialmente nas redes sociais, no audiovisual, na literatura e na oralidade digital – constitui um gesto político de resistência simbólica e reexistência cultural.

Ao longo do texto, argumentamos que a desvalorização dos conhecimentos indígenas está diretamente ligada à lógica da colonialidade do saber e ao epistemicídio (SANTOS, 2007; QUIJANO, 2005). No entanto, essa exclusão vem sendo contestada por comunicadoras e comunicadores indígenas que assumem protagonismo na formulação de contranarrativas audiovisuais, rompendo com as representações hegemônicas e promovendo processos ativos de etnogênese e de justiça cognitiva. Através de suas vozes, imagens, performances e histórias, constroem-se novas formas de existir e de intervir nos debates sobre o futuro do planeta.

As práticas de “demarcação da tela” (KRENAK, 2022, 2min34s), aqui exemplificadas por Maira Gomez, Katú Mirim, Djuena Tikuna e Eliane Potiguara, revelam como o uso estratégico da imagem, da música, da palavra e da presença digital pode operar como ferramenta de visibilidade, denúncia e afirmação identitária. Esses gestos

comunicativos ultrapassam a função estética ou documental, configurando-se como formas de ação política em um mundo em disputa. São territórios simbólicos onde se afirma o direito à narrativa, à memória e à presença no tempo presente.

Reafirmamos, assim, que o fortalecimento das mídias indígenas é não apenas uma questão de representatividade, mas uma condição indispensável para a construção de políticas ambientais mais justas, plurais e eficazes. Valorizar as epistemologias indígenas no debate climático é reconhecer que há múltiplas formas de inteligência ecológica em curso – e que nenhuma solução duradoura será possível sem a escuta, o reconhecimento e o protagonismo das vozes originárias. Essa valorização também exige a descolonização dos dispositivos de formulação de políticas públicas, que devem ser abertos à pluralidade epistêmica e à participação deliberativa dos povos indígenas. É nesse horizonte que a imagem indígena, antes silenciada, emerge como potência criadora de mundos: para denunciar os efeitos da crise ambiental e para afirmar outros modos de viver, resistir e cuidar do planeta – modos nos quais o futuro não é um território vazio a ser explorado, mas uma continuidade ética do passado que ainda pulsa nos cantos, nos rituais, nos saberes e nas imagens que resistem. Cabe à sociedade majoritária reconhecer essas vozes, escutar e dialogar com elas em pé de igualdade, contribuindo para a construção de uma justiça climática que seja, também, uma justiça narrativa e histórica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERT, B. *Yanomami: l'esprit de la forêt*. Paris: Plon, 2020.

BARTH, F. Enduring and emerging issues in the analysis of ethnicity. In: VERMEULEN, H; GOVERS, C. (ed.). *The anthropology of ethnicity: beyond ethnic groups and boundaries*. Amsterdam: Het Spinhuis, 1994. p. 11–32.

BOLOGNESI, L. (Direção). *A Última Floresta*. [Filme], Brasil: Gullane, 2021. 74 min. Em colaboração com Davi Kopenawa Yanomami.

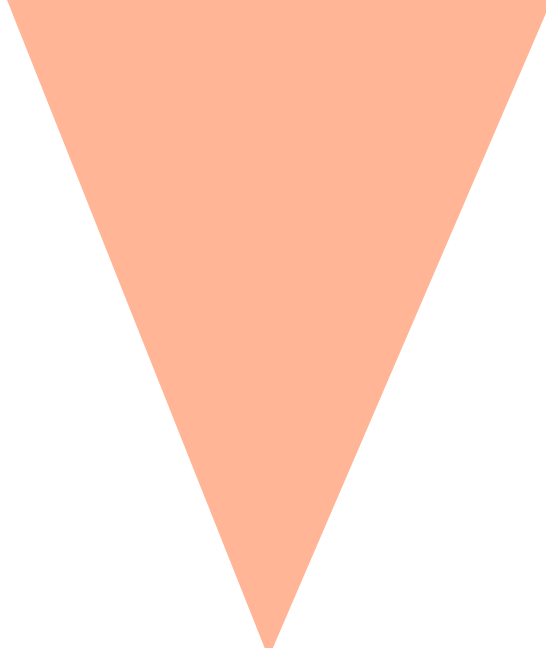
- CARELLI, V. (Direção). *Martírio*. [Filme], Brasil: Vídeo nas Aldeias, 2016. 162 min.
- DE PAULA, S. *Popular cultural production and political action*. Saarbrücken: VDM Publishing, 2006.
- ESCOBAR, A. *Sentipensar a Ecologia: A Transformação dos Territórios e a Defesa da Vida*. Bogotá: Ediciones Desde Abajo, 2014.
- ERIKSEN, T. H. *Ethnicity and nationalism: anthropological perspectives*. Londres: Pluto Press, 1993.
- FEDERAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DO RIO NEGRO (FOIRN). *Planos de Gestão Territorial e Ambiental do Alto e Médio Rio Negro*. 2024. Disponível em: <https://pgtas.foirn.org.br>. Acesso em: 18 abr. 25.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.
- INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). *Relatório Anual sobre Territórios Indígenas e Meio Ambiente no Brasil*. São Paulo: ISA, 2021.
- JENKINS, R. Rethinking ethnicity: identity, categorization and power. *Ethnic and Racial Studies*, Inglaterra, v. 17, n. 2, p. 197–223, 1994.
- KRENAK, A. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- KRENAK, A. *Demarcar a tela – arte, cinema e resistência indígena*. [S. l.]: Instituto Socioambiental, 2022a. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pFHMZVXgjuU>. Acesso em: 2 abr. 2025
- KRENAK, A. *Futuro ancestral*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022b.
- MIRZOEFF, N. *An Introduction to Visual Culture*. Routledge, 1999.
- MITCHELL, W. J. T. *What do pictures want? The lives and loves of images*. Chicago: University of Chicago Press, 2006.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, [S. l.], v. 21, n. 1, p. 109–130, 2005.
- ROOSENS, E. *Creating Ethnicity: The Process of Ethnogenesis*. Newbury Park: Sage Publications, 1989.
- RUSSELL, C. *Experimental Ethnography: The Work of Film in the Age of Video*. Durham: Duke University Press, 1999.
- SANTILLI, M. *Povos Indígenas e o Meio Ambiente*. Brasília: Instituto Socioambiental, 2005.

SANTOS, B. S. *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2007.

SPIVAK, G. C. Pode o subalterno falar? In: LANDRY, D.; MACLEAN, G. (org.). *A crítica da razão pós-colonial*. Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida e Valéria Ribeiro Correa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

VIVEIROS DE CASTRO, E. *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2002.

WARIU TSEREMEY'WA, C. Jovem indígena fala sobre a luta nas redes. *YouTube, Canal Wariu – Cultura Indígena*, 11 mar. 2025. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=s53EZqiKv44&t=23s>
Acesso em: 2 abr. 2025.



CULTURA E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

colapso da imaginação?

Gislene Moreira'

-
- 1 Pós-doutoranda em Comunicação, Mulheres e Transição Energética (Flacso-México e UERJ), professora titular na UNEB, contato: ggomes@uneb.br.

RESUMO:

Este artigo discute os sentidos e imaginários da transição energética no cenário das mudanças climáticas a partir do olhar da Cultura. O trabalho apresenta uma discussão na área das Humanidades Energéticas por meio de uma revisão bibliográfica, entendendo as energias como produto histórico, social e fenômeno cultural. Desde a Ecologia Política e dos Estudos Culturais, analisa a narrativa da transição energética no modelo em implantação na Bahia. Os resultados inserem a transição nas disputas simbólicas em torno à descarbonização, evidenciando o sequestro dos projetos de futuro pelo Capitalismo verde. Inspirado em aportes Ecofeministas e Contracoloniais, o estudo busca ampliar horizontes para uma transição ecossocial, mais justa, plural e inclusiva. Aponta, ainda, a urgência de incluir as perspectivas dos povos tradicionais como inspiração para criação de uma cultura energética do bem viver, situando-a para além dos limites da visão hegemônica.

Palavras-chave: Transição energética; Cultura energética; Humanidades energéticas; Energia para o bem viver.

ABSTRACT:

This article discusses the meanings and imaginaries of the energy transition in the context of climate change. The work presents a bibliographic review in the area of Energy Humanities, understanding energies as a historical, social product and cultural phenomenon. It also analyzes the narrative of the energy transition of the model being implemented in Bahia, based on a critical reading from Political Ecology and Cultural Studies. The results insert the transition into the symbolic disputes surrounding decarbonization, highlighting the hijacking of future projects by the narrative created by Green Capitalism. Inspired by ecofeminist and countercolonial contributions, it seeks to broaden horizons for an ecosocial transition that is more just, plural and inclusive. And it points out the urgency of including the perspectives of traditional peoples as inspiration for the creation of an energy culture that goes beyond the limits of the hegemonic vision.

Keywords: Energy transition; Energy Culture; Energy humanities; Energy for good living.

INTRODUÇÃO

Na racionalidade moderna, a energia é um fenômeno físico relacionado à produção de força, luz e calor. Seu significado mais comum refere-se à capacidade de produzir trabalho, poder e potência. No debate hegemônico da transição energética, tornou-se sinônimo de eletricidade medida em *gigawatts*, quase que restrita às discussões tecnológicas das engenharias e das políticas econômicas (BOYER, 2019; HOWE, 2019). Contudo, a experiência junto a mulheres de comunidades tradicionais afetadas por megaprojetos energéticos no sertão do Brasil² e no México ensina a desconfiar desse conceito.

Os povos Masawal da Serra Norte de *Puebla*, por exemplo, apresentam **outras** 30 definições para energia. Após anos de debate público sobre o assunto, esses indígenas mexicanos – que resistem a hidrelétricas, à mineração e ao *fracking* – sintetizaram seu conceito como “energia para *yeknemilis*”. No idioma nativo *nahualt* (que significa literalmente “linguagem clara”), a energia *Masawal* é “o

-
- 2 Mais de cinco anos de ação junto ao OCA – Observatório dos Conflitos Socioambientais da Chapada Diamantina, e dois anos de investigação pós-doutoral com o Projeto A Guerra de Oiá – UERJ/Flacso-México sobre mulheres, narrativas e transição socioenergética.

que dá força ao coração, para e desde o bem viver” (LA SANDÍA DIGITAL, 2024, p. 02).

Esse trabalho entende que a variação de concepções reflete distintos projetos de mundo. Em mais de cinco anos acompanhando comunidades afetadas por megaprojetos energéticos, “ruídos” entre os discursos hegemônicos sobre as “energias renováveis” e as percepções dos atingidos provocaram a pensar a energia como um fenômeno cultural. A pesquisa se concentra em uma revisão sócio-histórica, que expande os debates sobre a transição para além das abordagens tecnicistas e econômicas da descarbonização.

Como Nêgo Bispo (2023) nos instiga que a pensar que a capacidade de nomear e dar sentido é uma questão de poder, esse artigo traz a questão energética para as disputas simbólicas da contracolônização. Desde aportes contracoloniais e ecofeministas, e da Ecologia Política e dos Estudos Culturais, reflete criticamente sobre os significados culturais da energia na civilização ocidental, e enfatiza o estudo de caso do modelo em implantação na Bahia, líder da transição energética no Brasil, como ponto de partida para compreender os alcances e sentido do novo modelo de desenvolvimento sustentável no semiárido brasileiro.

Metodologicamente, foram analisadas as peças de comunicação virtuais do Governo baiano para o lançamento da Política e Programa de Transição Energética (Protener)³, e os sites das 16 principais empresas que atuam diretamente no mercado das energias renováveis no estado. Elas são concessionárias produtoras, distribuidoras e comercializadoras de energia renovável no estado, sendo

.....
3 Lei nº 25.437/2024, sancionada pelo governador da Bahia, Jerônimo Rodrigues em 28 de abril de 2024.

11 multinacionais⁴ e 05 brasileiras⁵, o que permite uma leitura macro do fenômeno para além dos limites locais.

Ao relacionar conceitos, perspectivas e atores envolvidos na construção simbólica do tema, o estudo busca colocar em evidência o conceito energético como parte fundamental dos jogos de poder contemporâneos em torno ao futuro da humanidade.

APROXIMAÇÕES CULTURAIS NA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Segundo o Painel Intergovernamental de Mudança Climática (INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE, 2023), a dependência nos combustíveis fósseis é a principal causa da mudança climática global. A transição energética é, então, apresentada como principal aposta no processo de descarbonização e mudança da matriz de carbono a fontes consideradas menos poluentes, como os ventos, a água e o sol (SMIL, 2017b).

Perspectivas mais críticas situam a transição energética na região como um jogo de poder em que vários atores com diferentes interesses e projetos disputam o modelo, as fontes de energia. Em termos geopolíticos, a chamada transição energética trata de uma perigosa reordenação do Norte global, com o avanço do neoextrativismo sobre os países do Sul, acirrando conflitos socioambientais por meio da geração de novas dependências e do colonialismo verde (LANG; BRIGEL; MANAHAN, 2024). O discurso da transição “verde” faz parte de um cenário de obscuras violências como provocadas pela expansão capitalista (AZAMAR, 2024, p. 180).

-
- 4 Da França, *Voltaia*, *Engie* e *TotalEnergies*, que controla 50% do capital da brasileira Casa dos Ventos; da Noruega *Statkraft* e *Equinor*, que age nos bastidores por meio da compra da brasileira *Rio Energy* desde 2021; da Itália está a *Enel Green Power*. A chinesa *CGN*; a alemã *Sowitec*; e a *Pan American Energy*, com capital argentino, chinês e inglês da *British Petroleum* (BP) e *EDPR - Black Rock*; a britânica *Actis*, que opera através da empresa brasileira Eólicas Babilônia; e a espanhola *Acciona* que também atua em parceria com a Casa dos Ventos. E de capital misto brasileiro e norte-americano *Serena*;
 - 5 *Essentia Energia*, controlada pela Pátria Investimentos; a *Rio Energy* e a *Casa dos Ventos*, já citadas por sua associação direta com multinacionais; e a *CER Energia* e a *Quinto Energy*.

Maristela Svampa e Breno Bringel (2023) chamam o fenômeno como Consenso de Descarbonização, em que as mudanças na matriz de combustíveis fazem parte da criação de uma nova hegemonia global. A transição energética é parte do discurso do Capital para expansão e aprofundamento da espoliação em territórios e populações mais vulneráveis, entendidas como zonas de sacrifício (FURTADO, 2021). Os territórios mais isolados na América Latina estão se convertendo em espaços de tensão entre a linguagem neocorporativa dos megaprojetos de energia e seus discursos técnico-desenvolvimentistas-patriarcais frente contranarrativas de resistência (SVAMPA, 2018). Solnit e Lutunatabua (2023) argumentam que é no campo da linguagem que se está travando a batalha mais importante do século, em que os significados reais do que é entendido como ecológico está permeado de debates sobre a reestruturação produtiva e quem participa da nova sociedade.

No cenário de expansão do negócio elétrico renovável na Bahia⁶, identificou-se assimetrias linguísticas e diferenças semânticas até mesmo em termos mais básicos, como *Parque Eólico*. Enquanto a expressão é difundida por empresários e governos para designar as áreas de produção industrial de energia, em muitas comunidades afetadas, moradores imaginam tratar-se de espaços de lazer e recreação. Para além da explícita falta de acesso à informação⁷, a situação chama a atenção para a diferença de sentidos da transição energética.

Em Bellamy Foster (2005), a dificuldade reflete a fratura metabólica, em que a ruptura simbólica das relações entre sociedade e natureza

-
- 6 Na Bahia, o avanço dos megaempreendimentos nas serras do sertão reflete alianças entre o capital e a política estatal que na última década incentivou o neoextrativismo no semiárido, a partir de incentivos operacionais para a instalação dos grandes empreendimentos (LIMA, 2022). Destaca-se a Instrução Normativa 01/2020 do Governo do Estado que destinou o alto das serras do sertão como “corredores de ventos” destinados aos empreendimentos eólicos e solares, zona historicamente ocupada por remanescentes quilombolas e indígenas, e de comunidades tradicionais rurais (MARQUES *et al.*, 2021).
 - 7 Em nenhuma das comunidades afetadas acompanhadas no Brasil foi identificada a realização de audiências públicas, nem de Consultas Prévias, Livres e Informadas, como previsto na Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

pela racionalidade moderna capitalista blindou as matrizes energéticas como uma questão técnica, desprovida de debates políticos, sociais e culturais. Superar essa ruptura implica pensar a energia não apenas como um fenômeno físico, mas como ação humana e cultural.

HUMANIDADES ENERGÉTICAS

O antropólogo americano Leslie White (1943) foi pioneiro na percepção da relação entre energia e cultura. Segundo a **Lei de White**, uma sociedade evolui culturalmente à medida que a quantidade e a eficiência da energia produzida aumentam. A teoria, criada antes da explosão da primeira bomba atômica no Japão, defendia que as mudanças nas matrizes energéticas produziam novas (e melhoradas) formas de civilização. Para White (1943), o acúmulo de conhecimentos, técnicas e recursos energéticos (inclusive a exploração da mão-de-obra escravizada), permitiram o desenvolvimento civilizatório do Egito Antigo até a Sociedade do Carvão.

Mas foi exatamente os resultados dessa fome desenfreada por novas fontes combustíveis, quem nos trouxe ao Antropoceno e fez surgir uma nova forma de abordagem da relação entre cultura e energia. Como uma crítica ao evolucionismo energético de White, a área das Humanidades Energéticas é uma ciência contemporânea que reconhece o Antropoceno como um fenômeno cultural. Ela destaca que as relações humanas com a energia produziram impactos globais com nível de cataclismos, a ponto de interferir nos fenômenos geológicos planetários (BOYER; SZEMAN, 2017; MISIL; KUJUNDZIC, 2021).

Autores como Daggett (2019) e Smil (2017) provocam pensar a crise contemporânea como produto histórico e cultural, resultado de transformações sociais, políticas e culturais das sociedades fósseis. A Civilização do Petróleo é um fenômeno sociocultural forjada a partir do uso massivo dos combustíveis fósseis como modelo de sociedade. Em Moore (2017; 2018), o entendimento de que não foi a ação de toda a humanidade que determinou a crise ecológica criou

o conceito de “Capitaloceno”, colocando a Revolução Industrial no século XIX como o momento histórico chave nas transformações geoplanetárias.

A literatura, o cinema, a arquitetura e as artes dos últimos séculos participaram desse processo por meio da criação e difusão de uma estética fóssil e de uma narrativa *petrocultural*. A hipervalorização simbólica da exploração de combustíveis de carbono foi a referência dos imaginários das sociedades modernas (VOSKUIL, 2016; SZEMAN; DIAMANTI, 2019). Esse projeto incentivou também os sonhos de poder e a construção de referenciais simbólicos até mesmo no comunismo da União Soviética (PORTER; VINOKOUR, 2023).

Retomando o conceito de hegemonia de Gramsci, tal leitura socio-cultural revela que a combinação da ciência termodinâmica com a voracidade dos interesses de poder econômico e político criaram imaginários de abundância e recursos infinitos que influenciaram a cultura energética de toda a civilização ocidental e continuam interferindo no projeto hegemônico de transição energética (BOYER, 2019).

Raymond Williams (2011) investigou o papel da linguagem na construção da hegemonia da industrialização moderna na Inglaterra. A partir de suas análises, é possível inferir não se trata de mera coincidência que a mesma palavra em inglês designa energia e poder. *Power*, no idioma-signo do capital, se refere tanto uma fonte de energia, quanto à força e poder político. Essa ambiguidade na linguagem do imperialismo fóssil reflete uma cultura energética que associou o consumo de carbono a estruturas de controle social, político e cultural.

O conceito *Plantationceno* de Gilbert (2015) defende que a colonização é o marco desse modelo que maximizou a dominação das fontes de energia na natureza, com o controle dos corpos e territórios em contextos mundiais. A Ecologia Decolonial de Ferdinand (2022) considera que as mudanças climáticas são fruto

da exploração extrativista e racista das colônias europeias na África, Ásia e América.

Para além da espoliação da terra e dos povos, a colonização criou imaginários de gozo permanente, ressaltando a extravagância, o luxo e o privilégio como valores e referências de utopia, em detrimento da exploração do outro. Vindel (2022) destaca que o mito da prosperidade infinita e da riqueza exponencial da Sociedade do Carbono só foi possível por meio da colonização cultural e energética, criando uma estética fóssil de consumo ilimitado. O crescimento econômico, o consumo em massa de bens e serviços, as políticas de bem-estar social e até mesmo o avanço dos direitos e liberdades políticas nas democracias do Norte Global foram realizados após séculos de dominação de recursos energéticos, corpos e territórios nas periferias globais.

A questão é que se apresenta é se os imaginários construídos em torno à transição energética superam esses limites e apontam estratégias de construção novos valores estéticos e éticos de relação entre energia e sociedade.

IMAGINÁRIOS DA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

A Bahia emerge nesse cenário como protagonista e modelo da transição energética no Brasil, em que uma série de políticas estatais tem promovido nas últimas décadas uma série de reestruturações administrativas e normativas para favorecer a implantação das energias verdes no semiárido nordestino. Só no setor da energia eólica, a Bahia já registra mais de 300 usinas em funcionamento e até 2030 a expectativa é de que mais de 1160 estejam implantadas nas serras do semiárido baiano. Em abril de 2025, o Governo da Bahia lançou a Política e Programa de Transição Energética (Protener)⁸, sistematizando e ampliando a ação estatal

8
Lei nº 25.437/2024, sancionada pelo governador da Bahia, Jerônimo Rodrigues em 28 de abril de 2024.

no setor, como protagonista do suposto desenvolvimento sustentável na região.

Esse artigo analisa o conteúdo da comunicação desses atores da transição energética na Bahia, entendendo que essa produção está permeada dos sentidos e significados hegemônicos sobre o assunto. Ele se concentra na análise sobre as estratégias governamentais de divulgação em suas páginas institucionais na Internet e analisa os sites das 16 principais empresas⁹ que atuam diretamente no mercado das energias renováveis no estado. Os produtos foram avaliados considerando a página de abertura, design, slogan, imagens e frases de destaque, mapa do site, missão e valores, e na identificação dos projetos desenvolvidos na Bahia.

O estudo do imaginário abordou a **narrativa textual**, identificando as palavras-chaves, conceitos utilizados e a linguagem predominante; e a **identidade visual**, enfatizando o olhar crítico em torno da paleta de cores, elementos gráficos, tipologia e imagens predominantes. A partir da mescla dessas categorias analíticas, foram identificados padrões simbólicos comuns à comunicação corporativa do mercado de energias renováveis e ao discurso do Governo baiano.

Sobre a linguagem visual prioriza uma estética tecnofuturista, que exalta o poder das tecnologias e do capital no enfrentamento da crise climática. As imagens e fotografias predominantes evidenciam a grandeza dos equipamentos e seus empreendimentos. Essa estética permeia também a paleta de cores, com tons mais frios e artificiais. A título de ilustração, segue a capa da página virtual da multinacional alemã Sowitec, apresentada a seguir:

.....
9 Os sites das empresas estrangeiras foram avaliados tanto nas versões do país de origem e no Brasil.

Figura 1 – Tecnologia e poder



Fonte: Sowitec, último acesso em 03.09.2024.

A multinacional destaca em primeiro plano a imagem das torres eólicas e dos painéis fotovoltaicos como signo da transição energética. Em um cenário completamente cinza, aparece uma espécie de janela ao céu azul, onde surge o *slogan* *The Power of Future*. Essa janela é também a logomarca da empresa. A natureza aparece no canto inferior direito, em perspectiva visivelmente diminuta frente aos aparatos tecnológicos. Ela traduz um imaginário permeado de valores masculinizados em torno a ideais de grandeza, força, valentia e agressividade.

Já a narrativa tem seu foco no *slogan* que pode ser traduzido como o poder do futuro. Não por acaso ele joga com a duplicidade de sentidos de energia (*power*) em inglês. Poder e futuro estão diretamente associados, reforçando o protagonismo da empresa como agente poderoso na criação de soluções que prometem a estabilidade e a segurança sob o argumento da sustentabilidade. A publicação reforça termos como inovação, pioneirismo, potência e resultados, remetendo à expansão do mercado para novas fontes

energéticas. A extração energética do sol e do vento demonstra a supremacia do capital frente às ameaças naturais contemporâneas. Essa linguagem recria o imaginário que associa a ideia de progresso com a exploração de recursos naturais como fonte de privilégios e gozo ilimitado. O crescimento exponencial infinito do consumo energético só é possível a partir do extrativismo da natureza reduzida a um recurso dentro do projeto capitalista de futuro da sociedade. A sustentabilidade está associada com a abundância de matrizes de energia.

O valor e a potência do sol, da água, dos minerais e dos ventos na vida da humanidade são reduzidos à capacidade elétrica e medidos em *gigawatts* por meio de uma operação simbólica que reduz o conceito de energia à eletricidade. Essa transmutação simbólica subordina o poder das energias naturais à ação da tecnologia humana, e os transforma em bens, em uma mercadoria passível de compra e venda, os quais podem ser monetizados como *commodities*.

A retórica aponta a uma suposta reconciliação do capital com a natureza em que os *slogans* prometem um futuro pleno, próspero e de cuidado com o planeta. Frases como “Energia natural empoderando a natureza”, da gigante chinesa CGN, e “Empoderando o progresso”, da multinacional francesa EDF Renewables, ou “Juntos construindo o futuro”, utilizada pela brasileira Casa dos Ventos, são exemplos de tal narrativa. A partir desse enredo, as empresas de energia anunciam prosperidade e bem comum.

Como parte da promessa de geração de abundância ilimitada, em todos os sites os textos evidenciam números relativos ao crescimento econômico, como quantidades de empregos e energia gerados e lares beneficiados, emissões de gás carbônico reduzidas e o volume de capital investido. Balanços financeiros destacam ganhos e projeções econômicas que ilustram o discurso neodesenvolvimentista que promove a adesão pública ao Consenso da Descarbonização sem questionamentos e sem culpa.

Em uma de suas peças, a Serena apresenta o paraíso do novo milênio representado por pequenas torres de energia e umas poucas placas solares instaladas em uma comunidade ideal. Na peça publicitária, as tecnologias de energia renovável se inserem no cotidiano, convivendo com pessoas, residências, comércios, áreas de lazer e elementos naturais em perfeito equilíbrio. Ela reforça a ideia de uma energia próspera, barata, limpa e sem culpa, e busca uma linguagem que popularizar os negócios da transição energética ressaltando o potencial de escolha dos “clientes” e o fetiche que concilia bem-estar com prosperidade financeira. Nada mais distante da realidade. Nos parques eólicos da empresa em Bonito, na Bahia, as torres afetam propriedades rurais e inviabilizam antigos modos de vida de uma população que sequer reconhece o nome da empresa que os atinge.

Na narrativa da transição do Governo da Bahia do Protener a parceria com o capital privado se anuncia como protagonista da transição energética. As peças de comunicação da nova Política Energética voltada reproduzem o modelo mercantil que aposta no imaginário da produção industrial energética que se apresenta como sustentável, tendo como foco o desenvolvimento do semiárido baiano a partir de tecnologias de exploração das novas fontes de combustíveis associados com a mineração de recursos estratégicos para a transição. Ela aparece então como uma área multimodal, em que vários setores e áreas da administração pública e da economia estão estreitamente articulados.

Figura 2 – Programa de Transição Energética da Bahia (Protener)



Fonte: Instagram do Governador Jerônimo Rodrigues, último acesso em 07.05.2025.

Essa parceria se reflete na imagem acima. A campanha de lançamento nas redes sociais prioriza a foto do governador Jerônimo Rodrigues em uma usina de energia eólica. Sorridente, ele protagoniza a transição baiana e se apresenta, literalmente, de braços abertos para o setor. Importante destacar que o governador é do Partido dos Trabalhadores (PT), liderança histórica do movimento campestre do semiárido que se tornou o principal garoto-propaganda do capitalismo verde na região.

Essa informação é importante porque retrata tanto a camuflagem dos interesses dos grupos econômicos na ideia de interesse público, bem como o afastamento da Política (e da gestão petista) das comunidades afetadas pelos megaprojetos. Elas não estão apenas ausentes das imagens e dos discursos de ambos os setores. No Protener também

não estão previstos mecanismos de participação popular e debate público sobre transição energética do Estado.

Em síntese, os dados evidenciam a fragilidade das democracias e da participação popular no debate energético, uma vez que prevalece o discurso produzido pelo capital. O projeto energético-econômico também se revela como um projeto discursivo que produz narrativas de sequestro e redução do debate sobre a emergência climática em torno da reprodução sistemática das ideias-chave de **Conquista e Prosperidade**.

A ideia da **conquista** está ancorada em imagens e tramas narrativas que celebram o domínio da tecnologia sobre a natureza e o avanço do capital sobre os territórios. Ela reproduz e reafirma as antigas estruturas simbólicas de dominação do poder econômico patriarcal e colonizador sobre as **zonas de sacrifício** e seus povos tradicionais.

A chave da **prosperidade** já realiza uma operação discursiva que fetichiza a natureza, e prioriza imaginários que reduzem a energia a seus ganhos econômicos. O emaranhado narrativo do Capital naturaliza a exploração comercial dos territórios e converte os elementos naturais essenciais para a reprodução da vida em meras mercadorias. Tal modelo não se reproduz apenas nos meios governamentais ou mercantis. Ele permeia a narrativa difundida nos meios de comunicação e canais de informação, em que se evidencia uma aliança midiático-mercantil que estreita os imaginários em torno da energia, e anula ou minimiza outras perspectivas, vozes e atores socialmente relevantes nas interações políticas.

A mercantilização dos imaginários da transição energética blinda a área de um debate público mais amplo. Essa manipulação discursiva faz parte da construção energético-econômica hegemônica de um modelo energético centralizado, excludente, ecocida e epistemicida. Sua narrativa implementa a exclusão e apaga simbolicamente comunidades e vozes dissidentes, reproduzindo a violência por meio de seus discursos e projetos de sustentabilidade (Ulloa, 2021).

Acima de tudo, o discurso hegemônico da transição energética legítima, naturaliza e aprofunda as violações dos direitos dos povos mais vulneráveis, e indica a não superação da crise climática como projeto possível de futuro coletivo.

OUTRAS VOZES

Em Yayo Herrero (2024), todo o discurso de transição capitalista não passa de uma **perigosa fantasia** construída a partir de desejos humanos alheios aos limites da natureza. A engenheira e antropóloga espanhola defende que a disputa dessa hegemonia cultural criada pelo patriarcado passa por redefinir as relações de alteridade, a partir da criação de outros modelos de transição ecológica justa. Em uma perspectiva ecofeminista, as narrativas e tecnologias de reestruturação produtiva da transição do capital estão historicamente vinculadas ao patriarcado e ao aprofundamento da violência de gênero, ampliando as desigualdades entre homens e mulheres e moldando imaginários baseados em “valores masculinos, individualizantes, competitivos e misantrópicos” (RÁTIVA-GAONA, 2023, p. 62).

Mies e Shiva (1997) e Federici (2024) aprofundam esse olhar sobre as relações de gênero na divisão sexual do trabalho em que o patriarcado se construiu a partir do domínio dos corpos das mulheres e natureza. As autoras provocam a repensar a história humana desde uma perspectiva em que o trabalho reprodutivo e dos cuidados foram sistematicamente despojados dos espaços e lógicas de poder.

Essa visão patriarcal da energia transborda na construção simbólica analisada anteriormente. A linguagem dos textos reflete uma obsessão discursiva por liderança no mercado, em que priorizam dados sobre o volume de investimentos, a quantidade de produção de energia, bem como a capacidade das turbinas e o número de torres ou placas solares. Como reflexo do ego dos homens brancos que se sentem com poder de decidir o curso da humanidade e do planeta, as imagens das torres eólicas podem ser lidas como falos

que reproduzem a o domínio do patriarcado sobre a natureza, seus povos e territórios.

O resultado desse modelo é uma transição falaciosa que reflete o agravamento da guerra contra a vida e a natureza (Herrero, 2021). A extinção da diversidade (da vida, do outro e dos discursos), em suas múltiplas formas de existência, é um grande desafio do Antropoceno (Colenbrook, 2012). Ou em linguagem mais dramática, do Chutuloceno, entendido por Haraway (2016) como a imposição das línguas multiespécies da natureza (como o aquecimento global ou os fenômenos climáticos catastróficos) como gritos de protesto que ecoam e interferem diretamente na disputa global. Cymene Howe (2019) expande a noção do outro aos seres visíveis e invisíveis, reivindicando a natureza como parte da alteridade.

Desde essas perspectivas, é possível identificar que a transição energética chega América Latina ainda dentro da lógica da colonização. Lang, Brigel e Manahan, 2024 situam o fenômeno como parte do reposicionamento do continente como produtor de matérias-primas na nova corrida global por segurança energética, forçando o modelo de megaprojetos sob lógicas e discursos violentos nos quais certas paisagens, corpos e populações são declarados descartáveis. Uma das consequências desse colonialismo é o racismo ambiental e energético, em que a implementação de megaprojetos de energia renovável afeta principalmente comunidades indígenas e afrodiáspóricas no Sul Global (TORNEL, 2022, p. 43).

O giro ecoterritorial de Maristela Svampa (2018) alerta que as mulheres são as principais frentes de resistência ao modelo hegemônico de transição energética. Como defensoras dos territórios, a luta ecofeminista realizada desde as comunidades ancestrais periféricas latino-americanas desafiam modelos políticos tradicionais. Para Escobar (2020), o confronto político com esse modelo é fundamentalmente ontológico, desconstruindo os marcos históricos e simbólicos que tornam invisíveis outras narrativas, modos de vida e relações com a natureza. O autor aponta os pluriversos como a

necessidade contemporânea imperativa de construir outros referenciais de mundos e futuros possíveis. Isso inclui, fundamentalmente, repensar a energia desde outros pontos de vista.

Para Tornel (2022), o grande desafio dos campos progressistas na transição energética é ampliar horizontes e imaginários energéticos daqueles que vêm de baixo, enfatizando a importância dos territórios da vida. Enrique Leff (2019) aposta que a solução para o colapso ecológico está na geração de uma racionalidade ambiental, uma mudança epistemológica que prioriza o patrimônio biocultural dos povos da Terra, entendidos como aqueles que geraram e mantiveram formas específicas de vida em harmonia ecológica com os mais variados ecossistemas do planeta.

Nesse jogo, conceitos como democracia energética, justiça energética, transição socioenergética e transições ecossociais tanto expressam críticas à redução e monopolização do tema pelo modelo capitalista hegemônico quanto buscam incluir outros atores e parâmetros no debate da descarbonização. Em síntese, há um debate crescente em torno do sistema energético que vai além do discurso econômico e técnico, incorporando as dimensões humana, social, política e cultural da energia.

CONCLUSÕES / CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Antropoceno não é apenas uma crise ambiental ou social. A releitura da cultura fóssil e a análise das narrativas em torno à transição energética indicam o colapso da imaginação ocidental em suas relações com a energia. Desde perspectivas mais críticas, entende-se que a crise climática é um produto cultural do Capitaloceno, no qual os limites planetários sinalizam a urgência de descarbonizar a imaginação e as utopias após séculos embaçados pela fumaça da estética fóssil.

A revisão sociocultural das energias aponta os perversos mecanismos simbólicos hegemônicos de uma cultura energética baseada nas lógicas de espoliação, consumo e predação do outro. Palavras

como energia, verde e ecológico aparecem como significantes vazios, desprovidos de sentidos e da transformação radical exigida pelo colapso civilizatório. A linguagem da transição energética difundida pelo capital e governos aparece blida, limitada e reduzida a conceitos rasos, de pouca amplitude de proposição de mudanças efetivas sobre o futuro da espécie humana (e do planeta).

A falência da Sociedade do Carbono vai além da necessidade de mudança de fontes materiais de energias. Ela indica a urgência de expandir paradigmas para além das lógicas de consumo e mercantilização da natureza. A cultura fóssil continua presente no discurso hegemônico da transição energética, associando fontes de energia à manutenção e à expansão do poder capitalista. Essa visão da energia quantificável e comercializável é, portanto, parte de um imaginário que perpetua as lógicas do lucro, do consumo e do privilégio, sustentado pela supressão e exploração do diferente.

Para não nos resignarmos à distopia, depois de séculos em que a paixão pirotécnica pelo petróleo atuou como farol cultural da civilização capitalista, esse trabalho aposta nos ruídos e divergências em torno à transição energética como ponto de partida para a busca de soluções concretas. Se a crise climática é uma crise da imaginação, pensar a energia a partir da perspectiva dos povos da terra e de seus territórios de vida pode ser a chave para enfrentar esse cenário catastrófico.

Povos indígenas, quilombolas e camponeses latino-americanos, que ao longo de séculos construíram um patrimônio biocultural de vida em harmonia com natureza nas periferias do capital, reacendem aqui a esperança de ampliar o debate em torno às fontes energéticas para além da racionalidade moderna, colonial e patriarcal da energia.

Desde a cosmovisão ancestral, Acosta (2016) aposta que é possível pensar em soluções e inovações tecnológicas, políticas, estéticas, éticas e ontológicas que surgem de um lento e gradual processo de retomada dos saberes sagrados desses povos sobre o fogo, o vento, a água entre outros elementos. Para além das relações utilitaristas

e dicotômicas, apresentam lógicas de reciprocidade entre humanos e seres sobre-humanos visíveis e invisíveis, reconectando a humanidade de maneira mais profunda com a natureza e sua diversidade. Frente ao colapso da imaginação da transição energética hegemônica, retomamos a inspiração dos povos Masawal e seu conceito de *Energia para el Yeknemilis*. Na transição socioenergético. É urgente *corazonar* a energia, e buscar imaginários e repertórios simbólicos que priorizem o bem viver como sentido prioritário do pensamento energético do futuro.

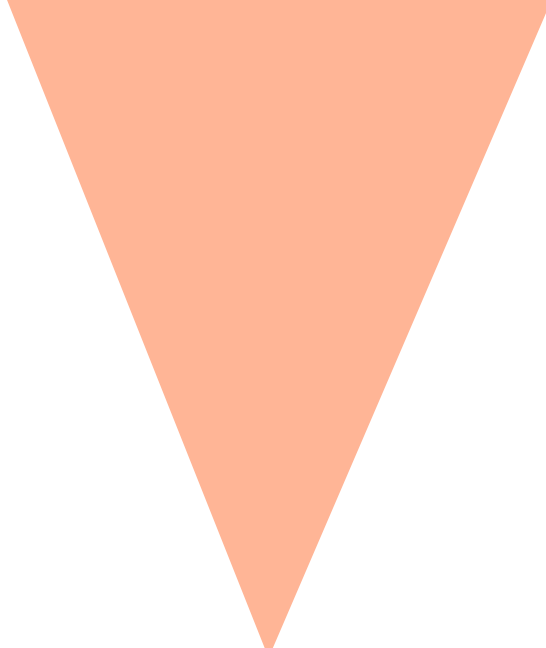
REFERÊNCIAS

- ACOSTA, A. *O Bem Viver – Uma oportunidade de imaginar outro mundo*. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.
- AZAMAR, A. *El multicolor de la energía: desafíos y oportunidades para la transición energética*. México: UAM; Fundación Rosa de Luxemburgo, 2024.
- BISPO DOS SANTOS, A. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora; PISEAGRAMA, 2023.
- BOYER, D. *Energopolitics. Wind and Power in the Anthropocene*. Durham and London: Duke University Press, 2019.
- BRINGEL, B.; SVAMPA, M. Del «Consenso de los Commodities» al «Consenso de la Descarbonización». *Revista Nueva Sociedad*, [S. l.], n. 306, julio-agosto 2023.
- BROFFONI, F. *Colapso: ¿Cómo transitar el umbral de los mundos por venir?*. Buenos Aires: Sudamericana, 2024.
- COLEBROOK, C. *Extinction*. London: Open Humanities Press, 2012. Disponível em <https://pt.scribd.com/document/345899370/Colebrook-Claire-2012-Extinction>.
- DAGGELT, C. N. *The birth of energy: Fossil fuels, Thermodynamics, and the Politics of work*. Durham and London: Duke university press, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1215/9781478005346>
- DORRELL J.; LEE, K. The Politics of Wind: A state level analysis of political party impact On wind energy development in the United States. *Energy Research & Social Science*, [S. l.], v. 69, 2020.

- DURÁN, R.; REYES, L. *En la espiral de la energía – Colapso del capitalismo global y civilizatorio*. Vol 2. Madrid: Libros en Acción y Baladre, 2014.
- ESCOBAR, A. *Pluriversal Politics: The Real and the Possible*. Durham: Duke University Press, 2020.
- FEDERICCI, S. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2024.
- FERDINAND, M. *Uma Ecologia Decolonial: pensar a partir do mundo caribenho*. São Paulo: Ubu Editora, 2022.
- FOSTER, B. *A Ecologia de Marx: materialismo e natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- FURTADO, F. *Energia renovável em comunidades no Brasil: conflitos e resistências*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2021.
- GILBERT S. *Ecological Developmental Biology*. The Environmental Regulation of Development, Health, and Evolution. 2nd ed. USA: Sinauer Associates, 2015.
- HARAWAY, D. Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes. Trad. Susana Dias, Mara Verônica e Ana Godoy. *ClimaCom – Vulnerabilidade* [Online], Campinas, ano 3, n. 5, 2016.
- HERRERO, Y. Transición ecosocial xusta versus falsas solucións. *Cerna: Revista galega de ecoloxía e medio ambiente*, [S. l.], n. 91, 2024.
- HOWE, C. *Ecologics. Wind and Power in the Anthropocene*. Durham and London: Duke University Press, 2019.
- INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (IPCC). *AR6 Synthesis Report*. [S. l.]: Climate Change 2023.
- JAMES, G. Stolen Legacy: Greek Philosophy is Stolen Egyptian Philosophy. *The Journal of Pan African Studies*, [S. l.], 2009.
- KLINGER, M; AMELI, N.; RICKMAN, J. *Large-scale green grabbing for wind and solar photovoltaic development in Brazil*. *Nat Sustain* 7, 747–757, 2024.
- KRENAK, A. *Futuro Ancestral*. São Paulo: Cia das Letras, 2022.
- LA SANDÍA DIGITAL. *Energía para el Yeknemilis-XA Tlan Latamat (Buen Vivir)*. México: La Sandía Digital, 2024.

- LANG, M.; BRINGEL B.; MANAHAN, M. Más allá del colonialismo verde: justicia global y geopolítica de las transiciones ecosociales. Buenos Aires: Clacso, 2023.
- LEFF, E. *El fuego de la vida*. Heidegger ante la cuestión ambiental. México: Siglo XXI, 2019.
- LIMA, A. *A natureza contraditória da geração de energia eólica no Nordeste do Brasil*. Fortaleza, CE: Editora da UECE, 2022.
- LOWY, M. Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização: a alternativa ecosocialista. *CADERNO CRH*, Salvador, v. 26, n. 67, p. 79–86, jan./abr., 2013.
- MALM, A. *Capital fósil*. São Paulo: Elefante, 2025.
- MARQUES, J.; BARRETO, B.; BARREIRO, B.; MAIA, R. *O cárcere dos ventos: destruição das serras pelos complexos eólicos*, volume 3. Paulo Afonso, BA: SABEH, 2021.
- MARTINS, L. M. *Performances do tempo espiralar: poéticas do corpo-tela*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.
- MIES, M.; SHIVA, V. *Ecofeminismo: teoría, crítica y perspectivas*. Espanha: Icaria, 1997.
- MISIK, M.; KUJUNDZIC, N. *Energy Humanities*. Current State and Future Directions. Cham: Springer, 2021. DOI: 10.1007/978-3-030-57480-2
- MOORE, J. W. The Capitalocene, Part I: on the nature and origins of our ecological crisis. *The Journal of Peasant Studies*, [S. l.], v. 44, n. 3, p. 594–630, 2017.
- MOORE, J. W. The Capitalocene Part II: Accumulation by Appropriation and the Centrality of Unpaid Work/Energy. *Journal of Peasant Studies*, [S. l.], v. 45, n. 2, p. 237–279, 2018.
- PINEDA, V. *Cultura peruana e história dos incas*. Fundo Econômico de Cultura, Lima, 2001. p. 333.
- PORTER, J.; VINOKOUR, M. *Energy Culture: Work, Power, and Waste in Russia and the Soviet Union*. Cham, Switzerland: Palgrave Macmillan, 2023.
- RÁTIVA-GAONA, S. Pensar la energía desde el feminismo. *Ciencias y Humanidades*, Mexico, año 3, n. 7, 2023.

- SÁNCHEZ, F.; MORA, A. Epistemologías del fuego, una propuesta a partir del pensamiento ancestral. *Revista Misión Jurídica*, [S. l.], v. 12, n. 16, p. 281-308, 2019.
- SMIL, V. *Energy and Civilization: A History*. REV-Revised, 2. [S. l.]: The MIT Press, 2017a. <http://www.jstor.org/stable/j.ctt1pwt6jj>.
- SMIL, V. *Energy Transitions Global and National Perspectives*. Santa Barbara, California: Praeger, 2017b.
- SOLNIT, R; LUTUNUTABA, T. *Not Too Late: Changing the Climate Story from Despair to Possibility*. New York: Haymarket books, 2023.
- SVAMPA, M. *Las fronteras del neoextractivismo em América Latina: conflictos socioambientales, giroecoterritorial y nuevas dependências*. Guadalajara: CALAS, 2018.
- SZEMAN, I.; DIAMANTI, J. *Energy Culture: Art and Theory on Oil and Beyond*. Morgantown: West Virginia Press, 2019.
- TRALDI, M. Acumulação por despossessão e green grabbing: parques eólicos, arrendamento e apropriação de terras no semiárido. *Revista ambiente e sociedade*, São Paulo, v. 24, p. 1-24, 2021.
- TORNEL, C. Decolonizing energy justice from the ground up: political ecology, ontology, and energy landscapes. *Progress in Human Geography*, [S. l.], v. 47, n. 1, p. 43-65, 2022.
- ULLOA, A. Transformaciones radicales socioambientales frente a la destrucción renovada y verde. *Revista de Geografía Norte Grande*, La Guajira, Colombia, n. 80, p. 13-34, 2021.
- VINDEL, J. Anthropocene as Energy Imaginaries: Fossil Culture between Industrial Revolution and Ecological Crisis. *European Journal of Creative Practices in Cities and Landscapes*, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 43-60, 2022. <https://doi.org/10.6092/issn.2612-0496/14657>
- _____. *Estética fósil: Imaginarios de la energía y crisis ecosocial*. Barcelona: Arcadia, 2020.
- VOSCKUIL, L. *Nineteenth-Century Energies: Literature, technology, culture*. London: Routledge, forthcoming 2016.
- WHITE, L. Energy and the Evolution of Culture. *American Anthropologist*, [S. l.], v. 45, p. 335-356, 1943. <https://doi.org/10.1525/aa.1943.45.3.02a00010>
- WILLIAMS, R. *Cultura e materialismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.



Virada cultural Amazônia de pé

*contribuições para a integração entre cultura,
justiça climática e políticas públicas*

Catarina Nefertari dos Anjos Brandão¹

Helena de Almeida Ramos²

Pedro G. Ferreira³

-
- 1 **Catarina Nefertari** é comunicóloga e ativista amazônida. É graduada em Comunicação Social pela Universidade Federal do Pará e especializada em Gestão Estratégica de Negócios pela FIAP. Atua com comunicação de causas, mobilização social e clima. É Gestora de Comunicação e Mobilização da Amazônia de Pé, cofundadora do Laboratório da Cidade e é bolsista do Climate Parent Fellowship 2025. E-mail: catarina@amazoniadepe.org
 - 2 **Helena Ramos** é gestora de projetos socioculturais e pesquisadora, com práticas que articulam a cultura como forma de resistência e transformação social, com experiência de mais de 15 anos em projetos nacionais e internacionais. É mestre em Trabalho Social Comunitário pela Universidade Complutense de Madrid, com pesquisa sobre a abordagem comunitária na gestão cultural pública. É Gestora de Produção e Cultura na Amazônia de Pé, e conselheira da atual fase da pesquisa Cultura e Clima. E-mail: helena@amazoniadepe.org
 - 3 **Pedro G. Ferreira** é pesquisador em políticas culturais, direitos humanos e justiça climática. Coordena projetos de cooperação internacional voltados a comunidades em contextos de vulnerabilidade e conflito, com atuações recentes no Brasil, México, Chade e Ucrânia. É doutorando na Queen Mary University of London, onde pesquisa como mobilizações sociais influenciam a construção de políticas culturais públicas, com ênfase na Amazônia brasileira e nas agendas de Povos Indígenas, Quilombolas e Comunidades Tradicionais. Já colaborou com agências da ONU, como a UNESCO, em iniciativas ligadas a direitos culturais, pós-conflito e anti-discriminação. E-mail: pedroferreirafg@gmail.com

RESUMO:

Este artigo propõe uma reflexão sobre o papel da cultura como infraestrutura social na formulação de políticas públicas frente à crise climática. Com base na experiência do movimento Amazônia de Pé (AdP), analisa-se a integração entre dados, comunicação popular e mobilização comunitária. Destacam-se a Virada Cultural, que une arte e política em ações territoriais, e o Observatório das Florestas Públicas, que articula ciência cidadã e incidência institucional, como modelos de cooperação entre Estado e sociedade civil, com apoio a ONGs e coletivos locais. O artigo apresenta propostas para incorporar saberes tradicionais e fortalecer redes culturais. A cultura é tratada como eixo estratégico de incidência política e ambiental. A experiência do AdP sugere caminhos para descentralizar e nacionalizar a agenda amazônica.

Palavras-chave: Cultura; Justiça Climática; Amazônia de Pé; Políticas Públicas.

ABSTRACT:

This article reflects on the role of culture as a social infrastructure in shaping public policies amid the climate crisis. Based on the Amazônia de Pé (AdP) experience, it explores strategies combining data, popular communication, and community mobilisation. It highlights the Virada Cultural, which connects art, politics, and territorial action, and the Observatory of Public Forests, linking citizen science and institutional advocacy. The article defends cooperation between the state and civil society, supporting NGOs and grassroots collectives. Culture is presented as a key axis of political and environmental advocacy. It offers recommendations to incorporate traditional knowledge, decentralise and nationalise the Amazonian agenda, and strengthen cultural networks.

Keywords: Culture; Climate Justice; Amazônia de Pé; Public Policies.

INTRODUÇÃO

Ao longo deste artigo, propomos uma reflexão sobre os paradigmas atuais de políticas culturais no Brasil, a partir da análise de projetos e programas emergentes da sociedade civil, especialmente em contextos de crise climática e desigualdades estruturais. Reunimos três perspectivas complementares – a análise acadêmica das políticas culturais, a formulação de estratégias de ativismo e a gestão de projetos e programas – para analisar a trajetória do movimento Amazônia de Pé (AdP). Desse modo, buscamos demonstrar como a cultura, quando concebida como infraestrutura social, pode articular ciência, política e mobilização comunitária, oferecendo pistas concretas para a formulação de agendas públicas mais inclusivas, territoriais e sustentáveis. Ao antecipar essa análise, defendemos que as experiências desenvolvidas nas margens do Estado – por coletivos, movimentos e organizações – não apenas complementam, mas redesenham as bases sobre as quais se pode construir um novo planejamento para as políticas culturais no século XXI.

O Amazônia de Pé exemplifica uma forma única de articulação entre cultura, ciência e mobilização política na defesa da floresta e de seus povos. A partir da tecnopolítica, da criação da Virada Cultural e

da fundação do Observatório das Florestas Públicas, o movimento consolidou práticas que combinam a produção de dados científicos, a valorização dos saberes ancestrais e a mobilização afetiva e territorializada. Ao priorizar estratégias de comunicação baseadas na escuta ativa e na construção coletiva de narrativas, o AdP desafia a lógica extrativista e colonial que historicamente moldou a representação da Amazônia e propõe novos imaginários políticos centrados no reconhecimento dos povos amazônidas como sujeitos históricos e protagonistas da transformação socioambiental.

A metodologia de incidência cultural desenvolvida pela Virada Cultural do Amazônia de Pé articula-se em torno de quatro eixos centrais: (i) o mapeamento de ações locais e nacionais; (ii) a implementação de editais de apoio a organizações da rede do movimento; (iii) a disponibilização de kits de ferramentas de mobilização física e digital; e (iv) a construção de narrativas políticas adaptáveis aos contextos de emergência climática. A partir dessas estratégias, o movimento consolidou um modelo replicável de mobilização social, combinando práticas culturais, produção de dados científicos e articulação comunitária em defesa da Amazônia e de seus povos. Neste artigo, apresentaremos uma conceitualização para cultura, assim como o histórico do movimento e como essas metodologias fortalecem redes territoriais e propõem novos paradigmas para a construção de políticas públicas baseadas na justiça climática e na democracia participativa.

A partir da experiência do AdP com a Virada Cultural, identificamos recomendações concretas para a construção de políticas públicas mais eficazes na integração entre mobilização cultural e produção de conhecimento aplicado. Primeiramente, destaca-se a importância de criar mecanismos que apoiem simultaneamente ações culturais e projetos de levantamento comunitário de dados, fortalecendo o vínculo entre expressão simbólica e base técnica. Recomenda-se também a implementação de formações cruzadas, capacitando artistas em direitos humanos e meio ambiente, e pesquisadores em

estratégias culturais de mobilização. Além disso, observatórios e programas de monitoramento devem incorporar a cultura como dimensão estratégica, incluindo gestores culturais e comunicadores populares em suas estruturas. As campanhas públicas, por sua vez, devem sempre prever eixos simbólicos de comunicação social, integrando produção cultural ao debate técnico. Por fim, é fundamental fomentar a coprodução de narrativas locais, apoiando diretamente iniciativas comunitárias que articulem saberes, dados e expressões culturais em defesa de seus territórios e direitos.

A CULTURA COMO DIMENSÃO ESTRUTURANTE DA CIDADANIA E DA JUSTIÇA CLIMÁTICA

A cultura pode ser compreendida a partir de uma dupla natureza: enquanto um valor em si mesma, pela sua criação simbólica e construção de identidades, e como instrumento para a promoção da coesão social, do desenvolvimento humano e da justiça (THROSBY, 2000; CHAUÍ, 2000). Neste artigo, adotamos as definições do Plano Nacional de Cultura (PNC), instituído pelo Ministério da Cultura em 2010, e a formulação proposta pela UNESCO em 2002, ambas compreendendo a cultura em sua dimensão ampla e antropológica, enquanto conjunto de valores, práticas, saberes e expressões que estruturam a vida social. A escolha dessas referências se justifica pela sua legitimidade e abrangência: o PNC traduz uma perspectiva nacional orientada pela diversidade cultural e pelos direitos humanos, enquanto a UNESCO consolida um marco internacional que reconhece a cultura como eixo estratégico no desenvolvimento humano e promoção da cidadania. A partir delas, analisaremos os desafios das políticas culturais na promoção da participação social, com foco nas agendas climáticas.

Instituído pela Lei nº 12.343/2010, o Plano Nacional de Cultura (PNC) organizou as políticas culturais brasileiras em torno de três dimensões principais: simbólica, cidadã e econômica. De modo geral, o PNC

entende a cultura como expressão que configura a diversidade social do país. Seu objetivo central foi durante sua vigência fomentar a criação simbólica e fortalecer o capital cultural brasileiro, combatendo desigualdades e ampliando o acesso e a participação social. Nesse sentido, ele propõe a presença ativa do Estado nos diversos contextos culturais, orientando as políticas públicas para a qualidade de vida e o fortalecimento dos laços de identidade coletiva. De forma convergente, a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural da UNESCO define cultura como o conjunto dos traços espirituais, materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade, incluindo artes, modos de vida, valores, direitos fundamentais e crenças.

Ambas as abordagens compartilham a concepção da cultura pelos valores que estruturam a vida comunitária, perspectiva também defendida por autores como Chauí (2000), Beirak (2021) e Hawkes (2001) e por instrumentos internacionais como a Declaração de Hangzhou (2013). Essa visão consolida a cultura como o quarto pilar da sustentabilidade, com três implicações centrais: (i) o reconhecimento do pertencimento e do bem-estar como construções culturais contextuais; (ii) a necessidade de integrar a cultura ao planejamento de políticas públicas, favorecendo o diálogo intercultural e perspectivas de desenvolvimento mais inclusivas e críticas às hegemonias; e (iii) a criação de cenários alternativos que desafiem estruturas excludentes e homogêneas.

Abordar a relação intrínseca entre cultura e desenvolvimento requer compreendê-lo não apenas pelo crescimento econômico, mas como a ampliação das liberdades humanas e das condições para o exercício pleno da cidadania (SEN, 1999). Essa perspectiva pressupõe reconhecer que abordagens tecnocráticas possuem limites para enfrentar desafios estruturais como a pobreza, a fome, a exclusão educacional, a discriminação, a repressão política e a restrição da participação social. Enquanto essas limitações persistirem, o pleno exercício dos direitos humanos – e, por conseguinte, da cidadania – continuará distante para parcelas expressivas da população,

configurando o que Milton Santos (1987) denomina cidadania mutilada: aquela em que os direitos existem formalmente, mas não se concretizam integralmente.

No campo da cultura, observa-se que, embora as políticas públicas tenham avançado na promoção do acesso aos bens culturais, ainda se impõe a necessidade de fortalecer dimensões igualmente fundamentais dos direitos culturais, como a participação, a expressão, a proteção, o desenvolvimento e a transmissão dos saberes. No Brasil, a gestão de Gilberto Gil à frente do Ministério da Cultura (2003–2008) representou um marco nesse sentido, ao consolidar o eixo da participação social nas políticas culturais, especialmente por meio do programa Cultura Viva (2004), que reconheceu e fortaleceu as iniciativas comunitárias a partir da criação dos Pontos de Cultura como agentes locais de transformação e valorização da diversidade cultural (RUBIM, 2011; CALABRE, 2009).

Atualmente, sob a gestão da Ministra Margareth Menezes, o programa Cultura Viva contabiliza cerca de 5 mil Pontos de Cultura registrados na Plataforma Rede Cultura Viva, distribuídos em mais de 1.400 municípios brasileiros (dados de abril de 2024), evidenciando sua capilaridade no território nacional. Esse alcance, contudo, traz consigo desafios para o fortalecimento das estruturas transversais de cultura, como a necessidade de simplificação dos processos administrativos, o aprimoramento dos mecanismos de monitoramento e avaliação, e a superação das desigualdades regionais no acesso aos recursos. Durante a 21ª edição do Acampamento Terra Livre (ATL), em 2025, ações como a disseminação de folhetos para estimular o registro de aldeias indígenas como Pontos de Cultura e os debates com o Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena (FNEEI) evidenciaram a necessidade de ampliar a participação efetiva dos Povos Indígenas, Quilombolas e Comunidades Tradicionais (PIQCTs) nos processos decisórios, especialmente diante da execução descentralizada de recursos da Lei Aldir Blanc. Embora o modelo baseado na valorização das redes

comunitárias e na descentralização do fomento permaneça como referência até 2025, seu fortalecimento demanda uma reestruturação capaz de integrar a cultura de forma transversal às agendas sociais, educacionais, ambientais e territoriais, superando a sua redução à dimensão simbólica.

Nesse contexto, a crise climática emerge como um dos maiores desafios contemporâneos, expondo uma dupla fratura: a cisão entre sociedade e natureza e a perpetuação de hierarquias entre diferentes grupos sociais, historicamente marcadas por processos de expropriação e exclusão (FERDINAND, 2021). Superar essa dupla fratura implica reconhecer a cultura como motor da transformação climática, priorizar a escuta ativa de comunidades tradicionais, construir uma cultura de risco para emergências, descarbonizar o financiamento cultural, articular políticas públicas entre ministérios e estabelecer protocolos sustentáveis para eventos culturais (OLIVEIRA, 2023).

A centralidade da cultura nas agendas socioambientais tem se manifestado em iniciativas recentes, como a Cúpula da Amazônia (2023), a Declaração de Belém e a Resolução sobre Cultura e Desenvolvimento Sustentável aprovada na Assembleia Geral da ONU em 2022. Tais documentos reconhecem os saberes e práticas culturais de PIQCTs como elementos estratégicos para a proteção ambiental, o combate à pobreza e a promoção de modos de vida sustentáveis. No entanto, apesar desses avanços discursivos, a presença da cultura permanece marginal nas estruturas operacionais da política climática e de desenvolvimento global, seguindo ausente como objetivo autônomo (*standalone goal*) nas principais agendas multilaterais; como evidenciado no “Pacto para o Futuro” das Nações Unidas, que, embora a reconheça transversalmente, não lhe confere centralidade nem a integra plenamente como dimensão constitutiva das estratégias de transformação social, ambiental e econômica.

Nesse cenário, iniciativas da sociedade civil vêm desempenhando um papel fundamental para posicionar a cultura como eixo estratégico da ação climática. A pesquisa *Cultura e Clima*, realizada pelo C de Cultura

e Outra Onda Conteúdo em parceria com o Instituto Veredas, evidenciou as lacunas e potências da interseção entre os campos cultural e ambiental no Brasil (VEREDAS *et al.*, 2023). No mesmo sentido, o *Encontro Vozes da Cultura pelo Clima*, organizado pela People's Palace Projects, Amazônia de Pé e Suraras do Tapajós, reuniu mais de 30 agentes culturais e ativistas em Alter do Chão em fevereiro de 2025, gerando propostas concretas como a inclusão da cultura nas NDCs e a criação de fundos comunitários para territórios tradicionais. Esses movimentos também se fizeram presentes no *Seminário Internacional sobre Cultura e Mudança do Clima*, promovido pelo Ministério da Cultura e pela UNESCO durante o G20, que contou com a participação ativa da sociedade civil. Dentro deste contexto, torna-se necessário repensar os modelos tradicionais de mobilização social e formulação de políticas culturais, ainda fortemente marcados por estruturas verticais e institucionalizadas.

A análise das políticas culturais desenvolvidas pela sociedade civil oferece caminhos promissores para a construção de agendas públicas mais responsivas, democráticas e enraizadas nos territórios. Nesse processo, ONGs desempenham papel fundamental ao constituírem infraestruturas sociais mais flexíveis, menos burocratizadas e mais conectadas às demandas locais, possibilitando a formulação de políticas culturais a partir da escuta ativa, da mobilização comunitária e da articulação transversal entre cultura, direitos humanos e sustentabilidade. É nesse horizonte que se insere o movimento Amazônia de Pé, cuja trajetória ilustra como práticas culturais e iniciativas de mobilização popular podem constituir infraestruturas sociais inovadoras na defesa da floresta e na construção de novos imaginários de futuro.

AMAZÔNIA DE PÉ: CULTURA, CIÊNCIA E INCIDÊNCIA POLÍTICA NA DEFESA DA FLORESTA

Enquanto um território físico e simbólico, a Amazônia é palco de intensas disputas narrativas, territoriais e políticas. Mais do

que uma paisagem natural, ela é um estado de espírito, tecido por mitos, memórias e resistências (PAES LOUREIRO, 1995). Frente às crescentes ameaças às florestas públicas não destinadas e à invisibilização das vozes amazônidas nasce em 2022 a primeira campanha do Amazônia de Pé, articulando comunicação, cultura, educação, incidência e mobilização social em defesa da floresta e de seus povos.

O movimento emerge da constatação de um vácuo legal e político em torno das florestas públicas não destinadas da Amazônia, que somam aproximadamente 56 milhões de hectares vulneráveis à grilagem, ao desmatamento e à violência ambiental. Inspirado na lógica dos projetos de lei de iniciativa popular, como a Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar nº 135, de 2010), o AdP se estruturou apostando em plataformas digitais de mobilização, alcançando milhares de pessoas em todo o Brasil com linguagem acessível, vídeos, e-mails e ferramentas de engajamento massivo. Durante essa primeira fase, a atuação da equipe operou no uso estratégico das tecnologias digitais para intervir nos processos políticos, fortalecendo novas formas de participação social. Nesse sentido, foi utilizada uma plataforma digital para a emissão de fichas de assinatura, uma jornada automatizada de e-mails voltada ao relacionamento com as pessoas mobilizadas, e a rede social como meio de disseminação de conteúdos estratégicos. No primeiro ano da campanha de coleta de assinaturas, também foi implementado o programa *Creators pelo Clima*, que engajou seis criadores de conteúdo em uma jornada formativa e de produção de materiais voltados às temáticas do clima, da Amazônia e de suas expressões culturais. De forma gradual, nos anos seguintes o Amazônia de Pé expandiu suas ações, por meio de programas de formação de educação climática, campanhas de resposta rápida, participação em eventos nos territórios e diversificação das estratégias de mobilização, investindo na consolidação de uma base territorial ativa, elemento essencial para sustentar formas de mobilização enraizadas na realidade amazônica.

O Amazônia de Pé se configura como um movimento de fronteira, articulando-se entre o espaço digital e a territorialidade concreta; entre o saber técnico produzido nos campos acadêmicos e os saberes ancestrais cultivados nas redes de parceiros locais; entre a política institucional e a micropolítica dos afetos⁴. Sua estrutura se baseia na capacidade de criação coletiva voltada para novos imaginários, linguagens e sentidos compartilhados. A integração entre práticas culturais, produção de dados, articulação comunitária e estratégias de incidência política formaram o delineado do movimento em ações sociopolíticas diversas. Há entre elas, no entanto, um fio condutor único: a proteção da Amazônia representa uma luta pela construção de um projeto de país fundado no reconhecimento, na valorização e na centralidade das vozes amazônidas. Entre os eixos que estruturam a ação do Amazônia de Pé, destacam-se duas iniciativas que operam simultaneamente nos campos simbólico e técnico-científico: a Virada Cultural e o Observatório das Florestas Públicas (OFP). Desde sua criação em 2022, a Virada Cultural Amazônia de Pé tem se consolidado como uma estratégia inovadora de mobilização socio-cultural em defesa da floresta e de seus povos. Realizada anualmente no mês de setembro, sempre com o dia 5 como data central, a Virada teve duração de uma semana em sua primeira edição (2022) e de cinco dias nas edições subsequentes (2023 e 2024). Entre denúncia e celebração, o evento configura-se como um território de performance política em que se entrelaçam expressões culturais diversas — ritmos, grafites, danças, culinária, saberes ancestrais e palavras de ordem — compondo uma estética de luta em que a arte e a cultura não são ornamentos, mas linguagens de incidência. De modo geral, as frentes de atuação são: atividades coordenadas diretamente pelo movimento Amazônia de Pé; ações financiadas por meio de edital público com apoio financeiro descentralizado a coletivos parceiros

-
- 4 A Micropolítica dos Afetos refere-se ao campo de pesquisa que analisa como os processos políticos se constituem não somente nas estruturas institucionais ou grandes aparelhos de poder, mas também nas dinâmicas cotidianas, seus encontros, desejos, emoções e modos de subjetivar as relações sociais.

e eventos espontâneos e autogestionados. Em 2022 e 2023, festivais presenciais foram realizados em cidades como Rio de Janeiro, Santarém e Alter do Chão. Já em 2024, por decisão estratégica e orçamentária, os recursos foram prioritariamente direcionados ao edital de ações e à distribuição de kits de mobilização, reforçando a aposta na descentralização e na valorização das iniciativas de base territorial.

As diretrizes principais da Virada orientaram-se, em todas as edições, por um mote central e pelo incentivo à realização de ações culturais autônomas, com suporte do movimento por meio de materiais gráficos, narrativas e ferramentas de mobilização. Em 2024, a curadoria composta por Marcele Oliveira e Zek Picoteiro não apenas selecionou propostas, mas também colaborou na concepção narrativa do evento. A proposta de entrelaçar cultura e clima foi acentuada especialmente na terceira edição da Virada, marcada pelo contexto de agravamento da crise socioambiental.

A inserção das pautas culturais no centro do debate sobre justiça climática adquire ainda mais potência no contexto amazônico, em que a cultura atua como mediadora entre mundos – urbano e rural, tradicional e contemporâneo, político e poético. Como afirma Paes Loureiro (1995), a Amazônia se expressa também pelo que é sentido e narrado em suas próprias linguagens. Nesse sentido, a Virada reafirma a cultura como ferramenta de engajamento e transformação coletiva, convocando a sociedade a virar mentes e mobilizar corpos em defesa das florestas públicas, das cidades e das culturas ameaçadas pela crise climática.

Enquanto a Virada Cultural atuava na consolidação da cultura como ferramenta mediadora e de incidência política em suas edições seguintes, o Observatório das Florestas Públicas (OFP) foi criado em 2024 em parceria com o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM). A colaboração entre as duas organizações marcou um compromisso crescente do AdP com a comunicação científica acessível, territorializada e voltada à incidência política. Ao organizar

de forma acessível dados sobre ocupação ilegal, queimadas e vulnerabilidades socioambientais, o OFP alimenta as atuações do terceiro setor nas estratégias de pressão institucional baseadas em evidências científicas.

De modo geral, ciência, cultura e política se entrecruzam na urgência de pensar o “fim do mundo” não como um apocalipse abstrato, mas como o colapso de mundos específicos e concretos e a consequente possibilidade de futuro para todos os povos, conforme destacado por Danowski e Viveiros de Castro (2014). Essa compreensão orienta a atuação do AdP, que integra ciência cidadã — com a produção de dados sociais relevantes — ao monitoramento popular conduzido pelos próprios povos amazônicos e movimentos civis. Essa articulação evidencia a centralidade da disputa narrativa em torno dos dados e fortalece a coesão do movimento. Nesse processo, redes, narrativas e dispositivos são construídos como instrumentos práticos de uma virada epistêmica, que reconhece os saberes e práticas historicamente silenciados como fontes legítimas de conhecimento e ação política (SOUSA SANTOS, 2007). A Virada Cultural Amazônia de Pé exemplifica essa articulação ao utilizar a cultura como ferramenta de incidência política, potencializando vozes ancestrais e periféricas para afirmar uma Amazônia que não é apenas cenário, mas sujeito ativo de sua própria história.

PARA UMA METODOLOGIA DE INCIDÊNCIA CULTURAL E CIENTÍFICA: A EXPERIÊNCIA REPLICÁVEL DO AMAZÔNIA DE PÉ

A mobilização da cultura dentro do Amazônia de Pé foi pensada inicialmente como uma ferramenta de articulação para a construção da campanha inicial do movimento através do Projeto de Lei de Iniciativa Popular (PLIP). Tal mecanismo legislativo é um instrumento previsto na Constituição de 1988 (artigo 61, §2º) que permite que o povo por meio de coleta de assinaturas proponha diretamente um projeto de lei ao Congresso Nacional. A ideia inicial da Virada

Cultural foi inspirada no “Amanhecer pela Redução”, mobilização nacional criada em 2015 contra a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 171/93, que visava reduzir a maioria penal de 18 para 16 anos. A Virada resgata dessa experiência o poder das ações coordenadas em todo o país como ferramenta de mobilização popular. Criada como uma efeméride estratégica, ela se consolidou como um marco anual de mobilização e visibilidade em torno do Projeto de Lei de Iniciativa Popular (PLIP), atuando na difusão de informações, na coleta de assinaturas, na valorização dos territórios amazônicos e sua conexão com outros biomas.

Pensar as datas celebrativas como ferramentas de construção política é central em um país como o Brasil, onde a diversidade territorial, cultural e social exige mecanismos simbólicos capazes de articular diferentes atores e agendas regionais. Ao mobilizarem os afetos coletivos e referências históricas compartilhadas, as datas comemorativas funcionam como uma plataforma de visibilidade política, além do fortalecimento identitário e da criação de consensos em torno de pautas estratégicas. É o que se observa, por exemplo, em abril com o Mês dos Povos Indígenas, quando a organização do Acampamento Terra Livre (ATL) reúne milhares de lideranças em Brasília para a defesa de direitos territoriais e da autonomia indígena. De modo semelhante, o mês de junho se consolidou como marco internacional das lutas do movimento LGBTI+, com a realização de marchas, paradas e eventos de reivindicação por direitos e visibilidade em todo o país. Já em novembro, o Mês da Consciência Negra estrutura anualmente uma série de mobilizações, festivais culturais e atos políticos que reafirmam a centralidade do combate ao racismo e a valorização das culturas afro-brasileiras.

Seguindo essa lógica, o Dia da Amazônia foi oficialmente instituído pela Lei Federal nº 11.621, de 19 de dezembro de 2007, que estabeleceu o dia 5 de setembro como data nacional de celebração. O objetivo da lei foi de estimular a reflexão e a mobilização em torno da importância ambiental, social e cultural da Amazônia.

No entanto, é importante reconhecer que essa data já era comemorada informalmente desde a criação da Província do Amazonas, em 1850, por Dom Pedro II, com celebrações concentradas principalmente nos estados da região amazônica, sendo feriado apenas no estado do Acre e no município de Manaus. Originalmente marcada por uma lógica colonial, ela tem sido ressignificada por amazônidas como um símbolo de resistência, celebração dos territórios e afirmação política – processo ao qual a Virada Cultural contribui ativamente.

Com a criação da campanha para o PLIP, o movimento estruturou suas ações de modo a consolidar o Dia da Amazônia como seu principal marco de mobilização nacional. A Virada Cultural foi concebida como estratégia de potencialização do alcance e da capilaridade do projeto de lei, utilizando ações culturais para amplificar vozes, expandir a mobilização e pautar nacionalmente a data não apenas como celebração das culturas amazônicas, mas também como um momento estratégico para a defesa da floresta como solução central no enfrentamento da crise climática. Para sustentar essa consolidação, duas ideias fundamentais foram incorporadas à narrativa do movimento: em primeiro lugar, a compreensão de que a cultura é, simultaneamente, aquilo que se busca preservar e proteger, e também uma ferramenta crucial de mobilização da sociedade civil; em segundo, a necessidade de nacionalizar a pauta da proteção da Amazônia de forma descentralizada, evitando reproduzir modelos hegemônicos de poder discursivo do Sudeste brasileiro e conferindo visibilidade nacional às agendas regionais da Amazônia.

Ao longo dos últimos três anos, a Virada Cultural consolidou-se em torno de quatro eixos centrais: (i) o mapeamento de ações no Brasil; (ii) o edital de apoio a ações culturais para organizações integrantes da rede do movimento; (iii) o kit de ferramentas de mobilização, com materiais físicos e digitais de livre circulação; e (iv) a construção de uma narrativa forte e adaptável às dinâmicas políticas. Esses eixos são anualmente revisados, aprimorados e reavaliados,

garantindo uma estrutura replicável, viva e enraizada nos processos de mobilização social.

O primeiro deles foi iniciado com uma página virtual desenvolvida pela organização Nossas.org⁵ na ferramenta Bonde, usada como um arcabouço de informações necessárias para dar visibilidade às ações. Nela, textos narrativos e curatoriais, links para ferramentas de mobilização, chamadas para ação e um mapa interativo com geolocalização via Google Maps foram criados para que o público tivesse acesso às informações e também para que mais ações pudessem ser cadastradas e integradas à semana da Virada. Para isso, foram acionados todos os diferentes grupos regionais que estabeleceram parcerias com o Amazônia de Pé na consolidação das assinaturas, disseminando para além da região Norte a ideia de que “o que acontece na Amazônia não fica só na Amazônia”. Esse tipo de mapeamento, ao fortalecer a visibilidade e a articulação das ações locais, contribui para a consolidação de uma abordagem baseada em direitos humanos e para o fortalecimento de redes de informação que, historicamente, têm sido sustentadas majoritariamente pelo terceiro setor e, em parte, pela comunidade acadêmica comprometida com a justiça social e ambiental.

A estruturação do mapeamento criou as condições necessárias para impulsionar aquele que é considerado a espinha dorsal da Virada: o edital de apoio a ações culturais para organizações integrantes da rede do movimento. Criado a partir do programa “Periferia que Faz”, desenvolvido em 2021 pelo Nossas.org, o edital já destinou 1,7 milhão de reais a 129 organizações ao longo de suas três edições. A convocatória é voltada para organizações que compõem a coalizão do Amazônia de Pé, atualmente formada por 376 organizações, das quais parte atuam no campo socioambiental e parte na área cultural, havendo, em muitos casos, intersecções entre os dois campos. O

-
- 5 O Nossas é uma organização da sociedade civil fundada em 2011 que desenvolve tecnologias cívicas e metodologias de mobilização para fortalecer a ação coletiva em defesa de direitos. Atua com foco em justiça climática, racial e de gênero, por meio de ferramentas digitais, redes de ação e campanhas públicas.

modelo do edital é desenhado para desburocratizar o acesso: prevê inscrição simplificada, documentação reduzida – possibilitando a participação tanto de organizações quanto de pessoas físicas – e processos de prestação de contas mais acessíveis. Por meio de um relatório narrativo e de uma prestação de contas com maior flexibilidade quanto à exigência de recibos e comprovantes formais, a iniciativa se adapta às dinâmicas locais, considerando que, nos territórios, a emissão de notas fiscais nem sempre é uma prática comum ou viável. Ainda assim, alguns desafios persistem, especialmente no que diz respeito à barreira linguística, uma vez que parte significativa das organizações de PIQCTs, público-alvo prioritário do edital, não utiliza o português escrito como principal forma de comunicação.

O terceiro eixo da Virada Cultural – o kit de ferramentas de mobilização, com materiais físicos e digitais de livre circulação – é constituído pelas ações de bastidores que visam fortalecer e apoiar a realização das mobilizações locais. Para isso, uma série de materiais físicos – como bandeiras, adesivos e camisetas – é enviada às pessoas e organizações que cadastram ações no mapeamento oficial. Esses materiais também ficam disponíveis em formato digital sob licença *Creative Commons* (não comercial), permitindo a livre adaptação da identidade visual pelas iniciativas locais. Desde 2024, o movimento também disponibiliza um Guia de Ações, um manual prático com orientações para cine-debates, exposições e ações de ativismo, além de textos sobre cultura, clima e a defesa das florestas públicas. Complementam esse eixo formações virtuais voltadas a quem deseja organizar atividades em seus territórios. Em 2022, as oficinas envolveram professores do ensino fundamental; em 2023, estudantes e docentes universitários; e, em 2024, mais de 300 lideranças locais participaram de encontros sobre comunicação comunitária e realidades territoriais na Amazônia.

O quarto eixo da Virada Cultural – a construção de uma narrativa forte e adaptável às dinâmicas políticas – dá unidade ao processo de

mobilização. A estratégia narrativa é viva e responsiva, com um mote central definido a cada edição em diálogo com o contexto nacional. Em 2022, a Virada ecoou a importância da proteção da floresta e de seus povos às vésperas das eleições. Em 2023, o julgamento do Marco Temporal impulsionou o fortalecimento da luta pelos direitos territoriais indígenas como eixo central da mobilização⁶. Já em 2024, o foco nas florestas públicas exigiu ajustes diante da emergência das queimadas que devastaram cerca de 5,65 milhões de hectares apenas no mês de agosto, atingindo principalmente o Cerrado e a Amazônia (MapBiomias). Construir uma narrativa forte e adaptável implica, para o movimento, reconhecer que se atua em tempos de emergência climática – o que demanda revisão e atualização contínuas da mensagem para garantir sua relevância, potência política e capacidade de mobilização social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da experiência do AdP, é possível identificar recomendações importantes para a construção de políticas públicas mais eficazes na integração entre mobilização cultural e produção de conhecimento aplicado. Primeiramente, a importância de criar mecanismos que apoiem simultaneamente ações culturais e projetos de levantamento comunitário de dados, fortalecendo o vínculo entre expressão simbólica e base técnica. Para isso, vale reforçar que essas iniciativas sejam estruturadas em parceria com ONGs de base comunitária, capazes de atuar como pontes entre saberes locais e processos institucionais, reduzindo barreiras burocráticas e ampliando a capilaridade das ações.

-
- 6 O Marco Temporal defende que povos indígenas só teriam direito às terras sob sua posse em 5 de outubro de 1988 – tese rejeitada pelos movimentos por violar direitos originários. Embora declarada inconstitucional pelo STF em 2023, o Congresso aprovou uma lei restabelecendo-a. Em 2025, o ministro Gilmar Mendes prorrogou até junho o processo de conciliação entre governo, indígenas e ruralistas.

Além disso, a implementação de formações cruzadas – capacitando artistas em direitos humanos e meio ambiente, e pesquisadores em estratégias culturais de mobilização – deve ser realizada em colaboração com organizações que já atuem em processos formativos territoriais, valorizando metodologias participativas e pedagogias emancipadoras. Observatórios e programas de monitoramento social, por sua vez, se beneficiariam de incorporar a cultura como dimensão estratégica de análise, integrando gestores e comunicadores populares às suas estruturas, preferencialmente em arranjos colaborativos com organizações da sociedade civil que detenham expertise nas áreas de cultura, meio ambiente e direitos humanos. As campanhas públicas precisam fortalecer eixos simbólicos de comunicação social, desenvolvendo parcerias com redes culturais independentes e organizações comunitárias para garantir a produção de narrativas que conectem a técnica ao sensível, o dado ao território. Por fim, para o fortalecimento de narrativas locais, é fundamental fomentar a coprodução com coletivos e ONGs enraizadas nos territórios, assegurando que os processos de articulação entre saberes, dados e expressões culturais sejam liderados por profissionais locais e respeitem a diversidade dos contextos socioculturais.

Para viabilizar essas articulações entre o Ministério da Cultura (MinC) e o terceiro setor, há a possibilidade da criação de instrumentos específicos de cooperação, como termos de colaboração e acordos de cooperação técnica, nos moldes previstos pela lei nº 13.019/2014 e a seguir aprimorados pela lei nº 13.204, de 14 de Dezembro de 2015. Esses instrumentos podem estruturar parcerias que possibilitem o financiamento direto de projetos culturais de incidência territorial, a realização de formações cruzadas em direitos humanos e cultura, e o suporte a ações de levantamento comunitário de dados culturais e socioambientais. A formalização de chamadas públicas específicas, voltadas para organizações da sociedade civil que desenvolvam projetos na interseção entre cultura, clima e direitos humanos, permitiria garantir maior transparência,

capilaridade e aderência às diretrizes de participação social e descentralização previstas na Política Nacional de Cultura Viva e no Sistema Nacional de Cultura.

Além disso, para fortalecer a capacidade institucional do MinC no monitoramento e na formulação de políticas públicas culturais mais territorializadas, reforçamos a necessidade de fortalecer um Banco de Dados Culturais e Socioambientais, alimentado a partir dos dados sistematizados por organizações parceiras da sociedade civil. Esse banco de dados, sob gestão pública e orientado por princípios de dados abertos e direitos humanos, poderia integrar informações provenientes dos mapeamentos culturais, levantamentos participativos e relatórios de incidência territorial realizados por projetos financiados ou apoiados pelo Ministério. Tal iniciativa fortaleceria as bases empíricas das políticas culturais, ampliando a capacidade de diagnóstico territorial, monitoramento de impactos e planejamento estratégico de programas voltados à proteção da diversidade cultural, à justiça climática e à ampliação dos direitos culturais em escala nacional.

REFERÊNCIAS

BEIRAK, Jazmín. *La cultura ingobernable: un escenario de radicalización democrática*. Barcelona: Ariel, 2023.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Art. 61, §2º. Brasília: Presidência da República, 1888. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 17 maio 2025.

BRASIL. *Declaração de Belém: Cúpula da Amazônia*. Belém, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/agenda-internacional/missoes-internacionais/cop28/declaracao-de-belem>. Acesso em: 17 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Plano Nacional de Cultura (PNC)*. Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010. Brasília: Ministério da Cultura, 2010.

- CALABRE, Lia. Políticas culturais no Brasil: uma leitura a partir do programa Cultura Viva. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA – ENECULT, 3., 2007. [Anais...]. Salvador: UFBA, 2007. Disponível em: <https://www.cult.ufba.br/enecult2007/LiaCalabre.pdf>. Acesso em: 17 maio 2025.
- CULTURA E CLIMA. *Cultura e Clima: uma agenda para o setor cultural frente à emergência climática*. 2023. Disponível em: <https://culturaeclima.com.br/>. Acesso em: 17 maio 2025.
- CHAUI, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 2000.
- DANOWSKI, Déborah; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *Há mundo por vir?* Ensaio sobre os medos e os fins. Florianópolis: Cultura e Barbárie; São Paulo: Instituto Socioambiental, 2014. 176 p.
- FERDINAND, Malcom. *Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho*. São Paulo: Ubu Editora, 2022. 320 p.
- HAWKES, Jon. *The Fourth Pillar of Sustainability: Culture's Essential Role in Public Planning*. Melbourne: Common Ground Publishing; Cultural Development Network, 2001. ISBN 1-86335-049.
- LOPES, José Sergio Leite. Ritual e Política: datas comemorativas e construção da memória social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 44, 2000.
- MONTEIRO, Pablo Ortellado. Tecnopolítica e mobilização digital: ativismo em rede no Brasil. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL LAVITS, 3., 2013, São Paulo. São Paulo: LAVITS, 2013. Disponível em: <https://lavits.org/iii-simposio-internacional-lavits-2/>. Acesso em: 17 maio 2025.
- OLIVEIRA, Marcele. A Virada Cultural para a conscientização climática. In: INSTITUTO VEREDAS; C DE CULTURA; OUTRA ONDA CONTEÚDO. *Cultura e Clima: uma agenda para o setor cultural frente à emergência climática*. Brasília: Instituto Veredas, 2023. p. 38–39. Disponível em: https://www.veredas.org/wordpress/wp-content/uploads/2024/11/relatorio_cultura-e-clima.pdf. Acesso em: 17 maio 2025.
- PAES LOUREIRO, João de Jesus. *Cultura Amazônica. Uma poética do imaginário*. Belém: CEJUP, 1995.
- RUBIM, Antônio Albino Canelas. Políticas culturais no governo Lula. *Revista Lua Nova*, São Paulo, n. 84, p. 37–64, 2011. Disponível em: https://hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Políticas-culturais_governo_Lula.pdf. Acesso em: 17 maio 2025.

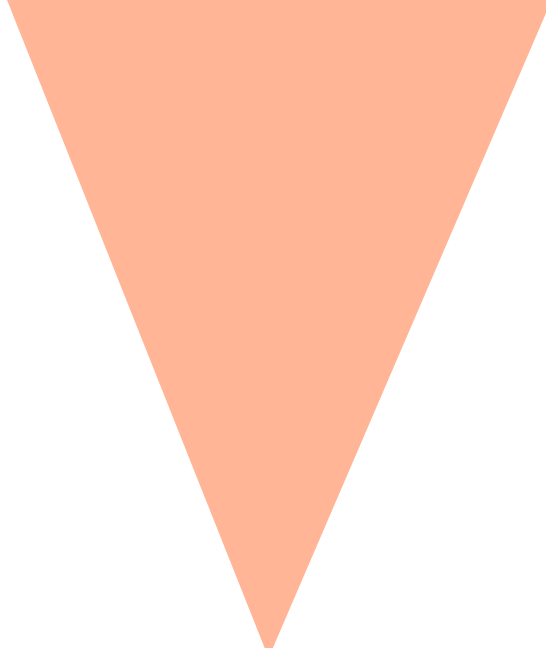
SANTOS, Milton. *Cidadania mutilada: a luta pelo conteúdo*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1987.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Epistemologies of the South: Justice Against Epistemicide*. London: Routledge, 2014.

THROSBY, David. *Economics and Culture*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

UNESCO. *Declaração de Hangzhou: colocar a cultura no centro das políticas de desenvolvimento sustentável*. Hangzhou, China, 15–17 maio 2013. Paris: UNESCO, 2013. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000221238>. Acesso em: 17 maio 2025.



A HORA E A VEZ DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

*bem-viver, justiça climática e o
novo plano nacional de cultura*

*THE TIME AND TURN OF CLIMATE CHANGE: BEM-VIVER, CLIMATE
JUSTICE AND THE NEW NATIONAL CULTURE PLAN*

*Thaynah Gutierrez Gomes¹
Pedro Vianna Godinho Peria²*

-
- 1 Bacharela e Mestranda em Administração Pública e Governo na FGV EAESP. E-mail: thaynahse2020@gmail.com.
 - 2 Bacharel, Mestre e Doutorando em Administração Pública e Governo na FGV EAESP. E-mail: p.v.g.peria@gmail.com.

RESUMO:

Neste artigo, discutimos as tortuosas trajetórias de inserção da pauta das mudanças climáticas no âmbito das políticas federais de cultura. A partir de uma revisão teórica sobre as teorias de formação de agenda no campo das Políticas Públicas, relatamos e analisamos o processo de inserção dos conceitos de bem-viver e de justiça climática no bojo da 4ª Conferência Nacional de Cultura e na formulação da Lei do Novo Plano Nacional de Cultura. Enfatizamos, com nossa análise, a importância indispensável da identificação de uma janela de oportunidade e do seu aproveitamento por empreendedores de política pública. No caso discutido, com esses elementos foi possível estabelecer a pauta da justiça climática como uma agenda transversal.

Palavras-chave: Plano Nacional de Cultura; Justiça Climática; Formação de Agenda.

ABSTRACT:

In this article, we discuss the tortuous paths of including the climate change agenda in federal cultural policies. Based on a theoretical review of agenda-setting theories in the field of Public Policies, we report and analyze the process of including the concepts of well-being and climate justice in the context of the 4th National Conference on Culture and in the formulation of the New National Culture Plan Law. Our analysis emphasizes the indispensable importance of identifying a window of opportunity and taking advantage of it by public policy entrepreneurs. In the case discussed, with these elements it was possible to establish the climate justice agenda as a cross-cutting agenda.

Keywords: National Culture Plan; Climate Justice; Agenda Setting.

INTRODUÇÃO

Por que deveríamos refletir acerca da intersecção entre cultura e mudanças climáticas? As mudanças climáticas têm afetado profundamente os patrimônios materiais e imateriais, as políticas públicas de cultura, bem como as práticas e relações culturais de maneira geral. Ao mesmo tempo, é a partir dessas práticas que podemos mitigar e adaptar as relações, infraestruturas e territórios visando o enfrentamento aos efeitos devastadores das mudanças climáticas. A cultura, então, é vítima da atual crise, mas pode ser, também, um caminho para a sua superação.

Desde 2021, a UNESCO tem liderado junto a diversos parceiros o Encontro Internacional Copatrocinado sobre Cultura, Patrimônio e Mudanças Climáticas (ICSM CHC) (ICOMOS, 2025) que, tendo a participação do principal órgão de pesquisa sobre mudanças climáticas, o Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC), tem produzido balanços do estado do conhecimento sobre as conexões da cultura e do patrimônio com as mudanças climáticas antropogênicas. Desde então, a Unesco tem disponibilizado dados relevantes acerca dos impactos das mudanças climáticas para a cultura e os patrimônios culturais, como a situação das Cidades Patrimônio Mundial no qual um terço está em zonas costeiras vulnerabilizadas pelo aumento

do nível do mar, com risco de destruição de patrimônios e devastação completa dos territórios.

Ainda que no preâmbulo do Acordo de Paris, realizado em 2015 na Conferência das Partes 21 (COP 21), houvesse menção específica para o reconhecimento dos conhecimentos tradicionais e aos povos indígenas, não havia reconhecimento dos impactos das mudanças climáticas nos patrimônios culturais. Foi, a partir da COP 26 realizada em Glasgow, que após pressão e articulação da UNESCO e diversas organizações da sociedade civil ligadas à cultura, que a Declaração de Glasgow destacou a importância da cultura na ação climática.

Nas conferências que se seguiram, respectivamente, COP 27 e COP 28, foi possível observar um maior interesse do secretariado da United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC) em reconhecer o patrimônio cultural enquanto componente importante para as respostas às mudanças climáticas. Assim, o Plano de Implementação de Sharm El-Sheikh (realizado na COP 27) mencionou explicitamente a proteção do patrimônio cultural contra impactos climáticos. Já na COP 28, foi possível constatar avanços na integração de cultura e patrimônio em políticas de adaptação e financiamento climático. Tais movimentações a nível de Conferência das Partes facilitou que o conjunto de conferências internacionais, em especial o encontro do G20, também pudesse articular espaços de diálogo acerca da intersecção entre cultura e mudanças climáticas. No contexto do G20, presidido no Brasil no ano de 2024, um marco importante se estabeleceu para colocar o ministério da cultura e, em especial a ministra Margareth Menezes, com protagonismo na intersecção entre a cultura e as mudanças climáticas. Esse marco se deu no Seminário Internacional sobre Cultura e Mudança do Clima, realização do Ministério da Cultura em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e a Organização de Estados Ibero- Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura no Brasil (OEI), que aconteceu em novembro de

2024 em Salvador. Na ocasião, o G20 Culture Ministers (encontro dos ministros e ministras da cultura membros do G20) selaram a *Salvador da Bahia Declaration of the G20 Ministers of Culture* (G20 CULTURE MINISTERS, 2024) defendendo o aproveitamento das oportunidades de práticas transformadoras e sistemas de conhecimento relacionados à cultura, incluindo os dos povos indígenas, bem como das comunidades locais e tradicionais, conforme apropriado, para informar estratégias de adaptação e mitigação do clima; bem como soluções para ações climáticas.

Nesse mesmo ano, outro marco nacional no âmbito dos desastres climáticos trouxe responsabilidades em relação à intersecção de cultura e clima: a tragédia no Rio Grande do Sul, ocorrida em abril e com reverberações que ainda hoje se fazem presentes. Segundo dados apresentados pela organização do Instituto C de Cultura (2025), as enchentes danificaram 56 bibliotecas, 47 museus e 51 casas de cultura, além de teatros, clubes comunitários e outros espaços culturais, impactando a vida de milhões de pessoas e comprometendo o calendário de eventos culturais no estado. Para além disso, é também no Rio Grande do Sul que temos a maior quantidade de terreiros de matrizes africanas, chegando próximo a 65 mil terreiros, carregando ancestralidades, histórias e saberes, patrimônios culturais materiais e imateriais que não foram projetados para lidar com os eventos climáticos extremos, e não foram priorizados nas respostas iniciais ao desastre. Na ocasião do desastre, o então governador Eduardo Leite se manifestou apontando que não tinha como ajudar as comunidades quilombolas e populações negras, porque o poder público não tem estrutura suficiente para atender em todas as pontas”. Com isso, coube ao MinC buscar respostas que pudessem amparar e proteger as práticas e movimentos culturais. Assim, foi desenvolvido o Programa Retomada Cultura RS com o foco de fomentar políticas públicas efetivas para a recuperação do setor cultural no Rio Grande do Sul após a catástrofe natural que atingiu o estado.

Internalizada as responsabilidades de responder à tragédia do Rio Grande do Sul, no âmbito das políticas que já estavam sendo formuladas no Ministério da Cultura, coube avaliar como prever, prevenir e adaptar as estruturas das políticas culturais diante os efeitos das mudanças climáticas. Concomitante ao evento climático extremo, o novo Plano Nacional de Cultura estava sendo formulado, reunindo contribuições da 4ª Conferência Nacional de Cultura e buscando internalizar as demandas da sociedade civil. Diante as dificuldades de se compreender quais seriam as possibilidades de refletir essa nova urgência, no instrumento responsável por estruturar direções para as políticas públicas de cultura para os próximos 10 anos, um eixo de Bem-Viver e Justiça Climática foi incorporado pela primeira vez no novo PNC.

Para essa definição, exigiu-se convencer os atores do Sistema Nacional de Cultura da relevância de centralizar a agenda de mudanças climáticas a partir de um viés de justiça e conexão com o bem-viver dos povos. A justiça climática se define enquanto o reconhecimento e enfrentamento das desigualdades nas consequências da crise climática, garantindo que as soluções e políticas climáticas sejam justas e inclusivas. Isso significa que as pessoas e grupos mais vulneráveis, que menos contribuíram para as alterações climáticas, não devem ser desproporcionalmente afetados pelos seus impactos e que, os mais afetados devem ser protagonistas das soluções climáticas desenhadas (LOUBACK; LIMA, 2022). Já a perspectiva de bem-viver se define é um conceito que, originado nos povos indígenas da América Latina, especialmente no movimento de Sumak Kawsay (em quechua), se refere a uma forma de vida focada na harmonia e equilíbrio entre a natureza, as comunidades e a sociedade, valorizando a solidariedade, o respeito e a reciprocidade. É uma filosofia que busca superar o modelo de desenvolvimento que prioriza o crescimento econômico e o consumismo, propondo um modo de viver mais justo, sustentável e harmonioso, onde as necessidades de todos são atendidas e a vida é vivida em plenitude (CUNHA;

SOUZA, 2023). A decisão feita pelo MinC de incorporar tais conceitos para produzir um novo eixo do Plano Nacional de Cultural foi realizada a partir de disputas e construções coletivas que serão mais bem detalhadas nos próximos momentos desse trabalho.

O presente artigo baseia-se na análise da inclusão da agenda socioambiental e climática dentro do Ministério da Cultura a partir dos diálogos e construções estabelecidos no desenho do novo Plano Nacional de Cultura – que ainda se encontra em fase de validação. Para essa análise, será utilizado a literatura base que descreve a etapa do ciclo de políticas públicas que compreende a definição de agenda (SECCHI, 2014; CAPELLA, 2018; FARAH, 2018) e, um relato de experiência a partir dos empreendedores de política que vivenciaram o processo de participação social na formulação dessa política a partir de dois grandes marcos: a 4ª Conferência Nacional de Cultura e as Oficinas Territoriais do Plano Nacional de Cultura. Na próxima seção, apresentamos as delimitações teórico-conceituais dos estudos de agenda no âmbito dos estudos de Políticas Públicas. Na seção subsequente, o relato de experiência deixa evidente os tortuosos caminhos pelos quais duas agendas, a princípio distantes, puderam ser articuladas, ainda que em um breve período de tempo. Por fim, nas considerações finais, aproveitamos o espaço para tecer considerações e sugestões à comunidade de agentes, dentro e fora do Estado, que se dedicam à necessária união entre cultura e meio ambiente.

A HORA DE UMA IDEIA

É consenso no campo de estudo das Políticas Públicas que, antes da existência de determinada ação governamental, existe uma etapa de definição da agenda (SECCHI, 2014; CAPELLA, 2018; FARAH, 2018). A formulação, implementação e avaliação de uma política pública, então, é precedida por uma fase na qual esses ou aqueles problemas são identificados e selecionados para fazer parte do rol de questões que concernem ao Estado. Na discussão sobre agenda de políticas públicas, nos perguntamos sobre os diversos fatores que

contribuem para que determinado tema seja colocado na mesa de decisões do governo. No caso ora em análise, a teoria de agenda nos ajuda a entender as flutuações da agenda ambiental e de mudanças climáticas no âmbito das políticas culturais em nível federal.

Em estudo clássico, Cobb e Elder (1971) diferenciam dois tipos de agenda. Em primeiro lugar, a agenda política ou sistêmica envolve todos os temas que a comunidade política e a sociedade em geral percebe como merecedores da atenção da autoridade competente. Em segundo lugar, a agenda formal, governamental ou institucional envolve apenas aqueles temas, problemas e questões ativamente presentes na pauta dos tomadores de decisão.

Em estudo que marcou profundamente o campo, publicado pela primeira vez em 1985, Kingdon elabora outra camada a partir da teoria de Cobb e Elder propondo que o que esses autores chamavam de agenda governamental deve ser dividida entre uma agenda governamental e uma agenda decisória. A primeira compreenderia os temas que o governo e seus agentes entendem como relevantes em determinado momento. A agenda decisória, por sua vez, compreenderia aqueles temas que, efetivamente, são objeto dos tomadores de decisão. Essa proposta de diferenciação é fundamental, pois mostra que existem temas que podem estar presentes na agenda, mas não a ponto de mobilizar a ação governamental. Tanto na esfera do meio ambiente quanto na da cultura, podemos perceber que certas problemáticas podem fazer parte da agenda sistêmica, governamental ou decisória. Para explicar os fatores que explicam como um tema pode ser levado da agenda sistêmica até a agenda decisória, Kingdon (2014) propõe um modelo no qual os processos de definição de problemas públicos, de construção de alternativas de resolução e da dinâmica da política institucional atuam de forma relativamente independente e podem convergir para que um tema faça parte da agenda decisória. Essa perspectiva é conhecida como o modelo de múltiplos fluxos.

No fluxo dos problemas, diversos mecanismos, como indicadores e a existência de um evento crítico, podem fazer com que uma situação

seja entendida como problema. Para o autor, “nem toda condição é vista como um problema. Para que uma condição seja considerada um problema, as pessoas devem se convencer de que algo deve ser feito para mudá-la” (KINGDON, 2014, p. 114). No fluxo das alternativas, o autor chama a atenção para o fato de que certas propostas de ação surgem e desaparecem, são mais ou menos seriamente avaliadas. Para que uma proposta sobreviva e seja entendida como viável por tomadores de decisão, a atuação de especialistas, militantes e advogados pelo tema podem ajudar a estreitar as opções a apenas algumas alternativas que têm mais chance de serem consideradas pelo governo. Longe de ser um consenso, “trata-se de um acordo de que algumas propostas são proeminentes. Ter uma alternativa viável disponível para adoção facilita a colocação de um tema na agenda governamental e aumenta dramaticamente as chances de sua inclusão na agenda decisória” (KINGDON, 2014, p. 144). Por fim, no fluxo da política são as disputas entre atores políticos e os eventos que podem ou não permitir a entrada de um tema na agenda governamental. A essa dinâmica, o autor dá o nome de “clima nacional”, que, somado às mudanças na equipe de servidores, ao resultado de eleições e às alterações legislativas, mostram que “o fluxo da política é um importante promotor ou inibidor do *status* da agenda. Todos os atores importantes no sistema, não apenas os políticos, julgam se o equilíbrio de forças no fluxo político favorece a ação naquele momento” (KINGDON, 2014, p. 163).

Apenas um ou outro fluxo ser favorável à determinada agenda não é suficiente para que um tema seja alçado à agenda decisória. O modelo dos múltiplos fluxos propõe que há uma ocasião específica na qual determinado tema tem a chance de ser tratado pelos tomadores de decisão. Trata-se da convergência dos fluxos dos problemas, das alternativas e da política: “os fluxos se unem em momentos críticos: um problema é reconhecido, uma solução é desenvolvida e disponível, uma mudança política torna o momento adequado para a mudança, e as potenciais restrições não são severas” (KINGDON,

2014, p. 165). Nesse momento específico, surge uma janela de oportunidade, uma chance única na qual defensores de determinadas pautas (nomeados nessa teoria como empreendedores de políticas públicas) podem vocalizar seus problemas e mobilizar suas alternativas para a mesa de decisões do governo. Para Capella (2018, p. 45), esses agentes são imprescindíveis, porque unem “soluções a problemas; propostas a momentos políticos; eventos políticos a problemas. Sem um empreendedor, a ligação entre os fluxos pode não acontecer”. A janela de oportunidade, portanto, é um evento que pode ou não ser aproveitado; com ela, ideias, pautas e temas podem ou não tornarem-se objeto de decisão governamental.

As teorias de agenda e, mais especificamente, o modelo dos múltiplos fluxos nos ajudam a analisar os fatores que incluem ou excluem um problema da agenda decisória. Essa abordagem é especialmente útil para discutir em que medida a agenda das mudanças climáticas teve espaço nas discussões para a construção do novo Plano Nacional de Cultura. No que segue, a análise de uma experiência permitirá associar o modelo teórico apresentado aqui à incerta definição de um espaço, dentro da pauta da Cultura, para as problemáticas socioambientais.

A VEZ DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NA CULTURA

Em março de 2024, teve início a 4ª Conferência Nacional de Cultura, que começou a trazer elementos que viriam a compor a temática do bem-viver e da justiça climática para dentro das discussões de construção do Plano Nacional de Cultura. Entretanto, naquele momento, não havia espaços específicos promovidos pela estrutura da Conferência que se propusessem ao debate desses elementos, ainda que houvesse a participação expressiva de povos indígenas, povos quilombolas e comunidades tradicionais de matrizes africanas responsáveis diretamente pelas discussões iniciais sobre a relação de cultura, clima, meio ambiente, proteção de territórios tradicionais e justiça climática.

Aqui faz-se importante esclarecer o contexto pelo qual a 4ª Conferência Nacional é colocada. Após dez anos sem realização de uma Conferência Nacional de Cultura, muitas eram as demandas represadas por grupos culturais e movimentos sociais ligados à cultura, que se diversificaram, se expandiram, se qualificaram, se fortaleceram. A quarta conferência chegou em um momento em que se proliferam manifestações culturais que passaram por processos de desmonte e violações muito significativas, no governo anterior, que reduziu o MinC à uma secretaria dentro do Ministério do Turismo e passou a criminalizar grupos e políticas culturais como, por exemplo, a Lei Rouanet (CANEDO *et al.*, 2023; GOMIDE *et al.* 2023).

Nesse sentido, sua realização necessitou de uma estratégia ampla de mobilização pelos municípios e estados do Brasil, que se deu ao longo do ano de 2023, para que enfim, em 2024, as delegações de cada estado eleitas em suas territorialidades pudessem representar as demandas culturais e construir 36 propostas coletivas distribuídas em 6 eixos programáticos iniciais. As 36 propostas construídas em torno dos 6 eixos, foram votadas em plenária coletiva e se tornaram então o principal manifesto da sociedade civil organizada da cultura acerca de quais eram suas prioridades políticas para o Sistema Nacional de Cultura – e aqui, chamar atenção ao Sistema e não apenas ao MinC, diz respeito da necessária articulação interfederativa que essas propostas e as responsabilidades por sobre o que virá a ser o novo Plano Nacional de Cultura exigem.

Esse momento também marca a entrada de consultorias externas que são contratadas pelo Ministério da Cultura para garantir a construção de uma política pública mais participativa, que garantiria vozes que extrapolam o que está colocado dentro da estrutura institucionalizada de participação, no caso da cultura a nível federal, o Conselho Nacional de Políticas Culturais (CNPC). Com a contratação de duas consultorias contratadas especificamente para o desenho do processo participativo no Plano Nacional de Cultura, uma dessas consultorias tendo bagagem voltada às temáticas climáticas e socioambientais

para além de uma vasta experiência na participação territorial, passa a exercer um papel de empreendedora de política pública, ao buscar dentro do que havia sido debatido nas propostas da 4ª CNC, apontar a necessidade de criação de um dos eixos do Plano Nacional de Cultura que não estava previsto no momento da 4ª Conferência Nacional de Cultura: o eixo de Cultura, Bem-Viver e Justiça Climática.

Dentre os processos de construção do Plano Nacional de Cultura, a primeira etapa se deu no processo de sistematização e decupagem das propostas que vieram da 4ª Conferência Nacional de Cultura. Essas propostas continham a legitimidade de quase 5 mil participantes e a missão dos servidores da Subsecretaria de Gestão Estratégica do MinC (SGE) – responsável pelo desenho e implementação do PNC – era garantir de que a essência dessas propostas se tornasse a essência do plano base que estruturaria o novo Plano Nacional de Cultura. Entretanto, essa estratégia de decupagem precisou levar em consideração as diversas instâncias internas do Ministério da Cultura e não apenas a SGE, que juntas se reuniram na Escola Nacional de Administração Pública para, a partir de uma série de reuniões estratégicas, decupar essas propostas e transformá-las na estrutura metodológica pactuada para o Plano Nacional de Cultura, que continha princípios e diretrizes, transversalidades, eixos programáticos e objetivos e metas. O desafio era dar conta do que de fato vinha por meio das propostas e o que era desejo desses servidores das demais secretarias, que também tinham demandas represadas por mais de dez anos sem escuta qualificada para a construção dessa política pública guarda-chuva dentro do Ministério da Cultura. Na reunião em que foram decididos quais seriam os eixos estruturantes do Plano Nacional de Cultura, houve debates acerca da pertinência ou não da agenda socioambiental e climática dentro de um Plano Nacional de Cultura. Diante das discussões, as propostas que levavam mais apelo por parte dos secretários e referências do Sistema Nacional de Cultura eram propostas envolvendo a estruturação de um eixo voltado para povos e comunidades tradicionais.

Entretanto, no lugar de empreendedora da política, entendendo que havia uma necessidade de centralizar essa agenda enquanto estrutural e não focalizada nos povos, foi necessário defender a posição de que a agenda de bem-viver e justiça climática precisava ser uma agenda para todos. Tratava-se de constituir uma alternativa transversal. Era necessário que essa agenda fosse internalizada dentro do Sistema Nacional de Cultura para que pudesse reverberar para todas as secretarias do Ministério da Cultura e das instâncias estaduais e municipais, de forma a criar um legado interno. Com esse formato, seria garantido que aquelas ações não fossem apenas um reconhecimento sobre as ações de bem-viver e justiça climática que eram feitas pelos povos. Nesse sentido, essa reunião foi emblemática para centralizar ali uma primeira janela de oportunidade para o bem-viver e justiça climática enquanto agenda interna ao Ministério da Cultura, que seria ecoada para dentro do Sistema Nacional de Cultura. Então, após essa reunião de argumentação sobre a importância de se ter a justiça climática e o bem-viver como centro, parte de uma estratégia transversal, tornou-se possível levar adiante a proposta de um eixo específico para essas temáticas.

Ainda restavam muitas dúvidas em relação ao que emergiria da sociedade civil em relação a esse tema durante as etapas de escuta e participação. Na observação de muitos servidores do Ministério da Cultura, essa não seria uma agenda conectada com a sociedade civil, sendo distante do que esses estratos teriam como preocupações no campo da cultura. Então, foram organizadas as Oficinas Territoriais do Plano Nacional de Cultura, que tinham o objetivo de fazer uma co-construção com a sociedade civil dos objetivos e metas para o novo Plano Nacional de Cultura. Essas oficinas foram realizadas em todas as capitais do Brasil, tendo abertura para participação ampliada de qualquer cidadão interessado em co-construir o novo PNC. A ideia foi levar uma metodologia que permitisse a redação conjunta dessas propostas, focando especialmente nos objetivos e rascunhos de meta para cada um dos eixos ali pactuados.

A programação das Oficinas Territoriais do PNC envolvia 3 momentos principais: i) mapeamento de problemas conectados com os territórios; ii) co-construção dos objetivos para cada um dos eixos do novo PNC; iii) construção de rascunhos de metas para cada um dos eixos do novo PNC. E durante os meses de setembro de 2024 a janeiro de 2025, o Ministério da Cultura disponibilizou diversas formas de participação para a construção do novo Plano Nacional de Cultura, para além das Oficinas Territoriais, apostando na Plataforma Brasil Participativo para colher contribuições da sociedade civil engajada no ativismo digital. Com esse conjunto, tornou-se possível avançar na proposta de Lei do Novo Plano Nacional que está em fase de apreciação no Congresso Nacional.

Com a reestruturação dos eixos advindos da 4ª Conferência Nacional de Cultura, a partir das construções realizadas na ENAP pelos servidores do MinC, houve a pactuação de 8 novos eixos: Gestão e Participação Social; Fomento à Cultura; Patrimônio e Memória; Formação; Infraestrutura, Equipamentos e Espaços Culturais; Economia Criativa; Proteção Social, Emprego e Renda; Bem Viver e Justiça Climática; e Cultura Digital e Direitos Digitais. Com esses eixos, realizamos 27 oficinas territoriais nas quais a sociedade civil dividiu-se entre os eixos para construir o PNC seguindo a metodologia proposta pela Subsecretaria de Gestão Estratégica (SGE-MinC), responsável pela coordenação do processo. Ainda que, para cada estado houve uma dinâmica de divisão e seleção dos eixos que não se replicou igualmente, pode-se obter retornos significativos da sociedade civil diante a pertinência do eixo de Bem-Viver e Justiça Climática para o PNC.

Duas contribuições emblemáticas que exemplificam a demanda da sociedade civil pela internalização das mudanças climáticas na cultura foram observadas pelas empreendedoras de política pública que também estavam atuando enquanto facilitadoras no contexto das Oficinas Territoriais. A primeira contribuição deu-se no estado do Mato Grosso do Sul, no qual a presença de brigadistas indígenas

que preservam seus territórios construiu contribuições para as metas voltadas a salvaguardar territórios indígenas e quilombolas para que o patrimônio cultural material e imaterial dos povos e seus territórios pudessem ser protegidos, diante à crescente devastação causada pelo agronegócio. A relação entre agronegócio, devastação dos territórios e políticas culturais não estava estabelecida internamente para o poder público, e foi a partir dessa construção, que foi possível compreender a relevância dessas intersecções. Já a segunda contribuição deu-se a partir do estado da Paraíba que, diante a presença de movimentos culturais e comunidades impactadas pelos grandes empreendimentos eólicos e solares que têm se tornado soluções climáticas com passivos de direitos humanos, foi possível entender como as multas ambientais e compensações socioambientais deveriam reverter recursos para a proteção das práticas culturais dos povos.

Com tais contribuições sistematizadas, coube à SGE e às demais instâncias do Ministério da Cultura internalizar quais eram as diretrizes principais advindas da sociedade civil que poderiam ser incorporadas na proposta base do projeto de lei do Novo Plano Nacional de Cultura. Nesse processo, tornou-se nítida a relevância de se iniciar, nas metas do PNC, quais seriam as prioridades para os próximos 10 anos no campo do bem-viver e justiça climática nas políticas culturais. A cada nova oficina, novos elementos advindos da sociedade civil eram apresentados, demonstrando que a intersecção entre cultura e mudanças climáticas já estava estabelecida para a sociedade civil e cabia ao Sistema Nacional de Cultura começar a repensar suas estruturas visando criar possibilidades de conduzir novas políticas traduzindo essa intersecção.

Ainda que esse relato de experiência não esgote os pormenores do complexo processo político de promoção de uma agenda de políticas públicas, acreditamos que ele é suficiente para delinear os seus elementos centrais. Sustentados pelas teorias de formação de agenda no interior do campo de Políticas Públicas, somos capazes

de identificar quais foram os pontos fulcrais da inserção da pauta das mudanças climáticas no interior da formulação de políticas culturais. O Quadro 01 sintetiza esse espelhamento entre teoria e prática.

Quadro 01 - Os múltiplos fluxos na construção da agenda de justiça climática no âmbito do novo Plano Nacional de Cultura.

FATOR (MODELO TEÓRICO)	EVENTO	OBSERVAÇÕES
Fluxo dos Problemas	Consolidação da agenda no âmbito internacional. Consolidação da agenda no âmbito nacional.	Na esfera internacional, ressalta-se o engajamento da UNESCO na consolidação de uma agenda que unifique cultura e meio ambiente. Na esfera nacional, ampliação dos estudos e das comunidades de atores interessados na pauta da justiça climática e sua relação com aspectos socioculturais.
Fluxo das Alternativas	Projetos represados no interior do próprio MinC e contexto de ampla participação.	O corpo de servidores do Ministério já vinha com demandas e projetos esperando seu espaço depois de dez anos de desconstrução das políticas públicas. Nos ciclos participativos, as propostas de políticas, ações e projetos levaram à criação de novas alternativas. A decupagem das propostas foi o evento, por excelência, de construção de alternativas de políticas públicas.
Fluxo da Política	Governo Lula 3.	Retorno das pautas ambientais, com Marina Silva como principal liderança, e culturais, com a recriação do Ministério da Cultura e Margareth Menezes como liderança conectada com o debate ambiental e climático.
Janela de Oportunidade	Realização da 4ª Conferência Nacional de Cultura.	Início dos debates na Conferência e o seu aprofundamento em reuniões internas do Ministério e nas Oficinas Territoriais do PNC.
Empreendedores de Política	Consultoras contratadas.	Inicialmente dedicadas à consolidação de metodologias participativas, a ligação anterior com a pauta da justiça climática e bem-viver fez com que o espaço pudesse ser aproveitado.

Fonte: Elaboração própria.

Com essas dimensões evidenciadas, somos capazes de enxergar o relativo grau de acaso, que é enfatizado na teoria de Kingdon (2014), na constituição de uma pauta ambiental no interior do Ministério da Cultura. No entanto, esse acaso é povoado e aproveitado por agentes engajados. Tais agentes transitaram entre os fluxos da política, das alternativas e dos problemas para serem capazes de mobilizar uma rede e aproveitar a abertura de uma estreita e singular janela de oportunidade. Foi o horizonte da aprovação da nova Lei do Plano Nacional de Cultura que alertou a comunidade de pessoas e organizações interessadas para a chance de colocar a justiça climática como conceito central para esse marco legal, que promete o estabelecimento de novos paradigmas no campo das políticas federais de cultura.

Diante desses múltiplos fluxos mapeados, é possível identificar um caminho de maior abertura para que a intersecção entre mudanças climáticas e cultura se estabeleça dentro do Ministério da Cultura e demais instâncias do governo federal. Exemplo contextual dos caminhos futuros dessa intersecção deu-se na participação da ministra da Cultura, Margareth Menezes, no encerramento da 5ª Conferência Nacional do Meio Ambiente, realizada em Brasília (DF) em maio de 2025. Na ocasião, a ministra reforçou que sem meio ambiente, não há cultura. A cultura emana das comunidades e territórios que habitamos; ela é a expressão viva do nosso povo e, portanto, deve ser protegida e valorizada. Foi também, nesse evento, que a ministra apontou seu interesse na COP 30 a ser realizada no Brasil, buscando continuidade das ações estabelecidas na parceria com o Ministério da Cultura dos Emirados Árabes Unidos no Grupo de Amigos da Ação Climática Baseada em Cultura, apresentado na COP 28. No contexto do Plano Nacional de Cultura, de certo, a continuidade de um eixo voltado ao Bem-Viver e Justiça Climática trará para todo o Sistema Nacional de Cultura, nos próximos 10 anos, metas a serem cumpridas em âmbito nacional, estadual e municipal. Cabe à sociedade civil organizada e às diversas instâncias de participação social institucionalizadas, acompanhar a execução dessas metas que

obrigarão a construção de estruturas públicas capazes de responder ao pactuado no novo PNC.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se há certo consenso de que a cultura é um campo aberto e que, no âmbito das suas políticas públicas, a inspiração e a vocação transversal são seus pontos fortes, é preciso refletir os limites de entender a política cultural como aquela capaz de abraçar todos os temas. Nesse artigo, procuramos demonstrar como são os caminhos tortuosos, erráticos e imprecisos da inserção de uma nova pauta no interior da agenda das políticas federais de cultura.

Acompanhados pela teoria dos múltiplos fluxos, fomos capazes de evidenciar quais foram os fatores indispensáveis para a relativa entrada do problema da justiça climática no âmbito das políticas culturais. Após anos de ataque e desconstrução, o novo governo federal fez renascer o Ministério da Cultura e a figura emblemática de Margareth Menezes como chefe da pasta rapidamente criaram uma imagem de um MinC novamente engajado e sensível à diversidade cultural brasileira. Em paralelo, o governo não poupou esforços para se recolocar, nacional e internacionalmente, como portador de uma bandeira de alerta para as mudanças climáticas e a urgente construção de respostas locais e globais de seu enfrentamento; nesse esforço, a figura de Marina Silva foi igualmente emblemática. Tanto na esfera nacional quanto internacional, a temática das mudanças climáticas vem ganhando força de forma exponencial – em resposta aos impactos socioambientais, também exponenciais.

Assim, o fluxo dos problemas e o fluxo da política se mostraram bastante favoráveis. Na constituição do fluxo das alternativas, é preciso ressaltar a centralidade das ações de participação social. Conceitualmente amplas e territorialmente abrangentes, as Oficinas Territoriais para a elaboração do novo Plano Nacional de Cultura permitiram que as diferentes perspectivas sobre justiça climática (muitas vezes sem que esse título fosse utilizado) e as diversas

estratégias de mitigação dos impactos socioambientais das mudanças climáticas fossem recolhidas pelo Ministério. Foi decupando as propostas e demandas que a justiça climática se consolidou como uma agenda transversal, em contraposição a uma abordagem focalizada em grupos e populações.

No entanto, como exhaustivamente exposto pelas teorias de agenda mobilizadas aqui, a conjunção dos três fluxos não é suficiente para a inserção de um tema na agenda. Nesse aspecto, a presença de uma consultora externa já familiarizada e engajada com a temática da justiça climática foi um elemento indispensável. Na sua atuação, foram essenciais a sensibilidade com a temática e a posição privilegiada durante a constituição do Plano; ao mesmo tempo em que estava inserida nas discussões internas do Ministério, não estava diretamente vinculada às suas lógicas hierárquicas e políticas, que poderiam ser empecilhos para a proposição de conceitos e metodologias inovadoras. Tomando a pauta como bandeira, foi possível direcionar as reuniões e sensibilizar agentes técnicos e políticos para a importância de estabelecer a pauta da justiça climática como eixo transversal.

Com essas observações, somos capazes de lançar alertas e sugestões. Em primeiro lugar, a participação social é imprescindível. Ainda que difícil, complexa, exaustiva e morosa, tal experiência aqui analisada é prova cabal de que, sem ampla participação, não há a qualificação de propostas e alternativas de políticas públicas. O engajamento social, seja de maneira individual e localizada ou de forma coletiva e aberta, dá força àquelas pautas que sofrem com maior resistência no governo e pode superar imbróglis burocráticos e políticos. Em segundo lugar, a identificação de empreendedores de política pública é uma estratégia ainda a ser explorada no campo cultural. Coletivamente, essas figuras devem ser alertadas e mobilizadas em contextos de abertura de uma janela de oportunidade. Como visto, tanto teoricamente quanto empiricamente, as janelas de oportunidade são efêmeras e relativamente inesperadas. É, portanto, forçoso

estarmos alertas a esses espaços; é o seu aproveitamento que pode separar o sucesso ou o fracasso da inserção de uma nova agenda e da constituição de novas políticas.

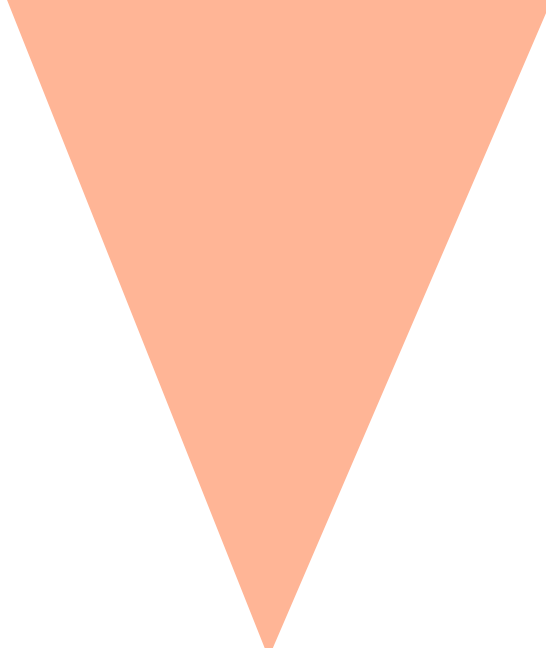
REFERÊNCIAS

- CANEDO, Daniele Pereira; ANDRADE, Carlos Magno Diniz Guerra de; FREITAS, Elizabeth Ponte de; CAMPOS, Luiz Gustavo Santana; CARVALHO, Rosimeri. Políticas culturais emergenciais na pandemia da COVID-19? Demandas e estratégias de enfrentamento e as respostas dos poderes públicos. *Políticas Culturais em Revista*, Salvador, v. 14, n. 1, p. 165–191, 2021.
- CAPELLA, Ana. *Formulação de Políticas Públicas*. Brasília: ENAP, 2018.
- COBB, Roger; ELDER, Charles. The politics of agenda-building: an alternative perspective for Modern Democratic Theory. *Journal of Politics*, [S. l.], v. 33, n. 4, p. 892–915, 1971.
- CUNHA, Eduardo Vivian da; SOUZA, Washington José. O bem viver no Brasil: uma análise da produção acadêmica nacional. *Revista Katálisis*, [S. l.], v. 26, p. 321–32, 2023.
- FARAH, Marta. Abordagens teóricas no campo de política pública no Brasil e no exterior: do fato à complexidade. *Rev. Serv. Público*. Brasília, [S. l.], v. 69, edição especial Repensando o Estado Brasileiro 53–84, 2018.
- G20 CULTURE MINISTERS. Salvador da Bahia Declaration of the G20 Ministers of Culture. G20, 2024. Disponível em: <https://g20.gov.br/en/tracks/sheep-track/culture>. Acesso em: 16 maio 2025.
- GOMIDE, Alexandre; SÁ E SILVA, Michelle; LEOPOLDI, Maria (ed.). *Desmonte e reconfiguração de políticas públicas (2016–2022)*. Brasília: IPEA. 2023.
- ICOMOS. International Co-Sponsored Meeting on Culture, Heritage, and Climate Change (ICSM CHC). *Culture Climate Meeting*, 2025. Disponível em: <https://www.cultureclimatemeeing.org/about/>. Acesso em: 16 abr. 2025.
- INSTITUTO C DE CULTURA. CULTURA E CLIMA. 2025. Disponível em: <https://culturaeclima.com.br>. Acesso em: 16 maio 2025.

KINGDON, John. *Agendas, Alternatives, and Public Policies*. Londres: Pearson, 2014.

LOUBACK, Andréa; LIMA, Maria (org.). *Quem precisa de justiça climática no Brasil?*. [S. l.]: Gênero e Clima; Observatório do Clima. 2022.

SECCHI, Leonardo. *Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.



CULTURA E CLIMA

*mais uma agenda para as
políticas culturais?*

CULTURE AND CLIMATE: YET ANOTHER AGENDA FOR CULTURAL POLICY?

Mariella Pitombo Vieira¹

-
- 1 Professora do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (CECULT/UFRB) e dos Programas de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPPGCS/UFRB), do Mestrado Interdisciplinar em Culturas, Linguagens e Territórios (PPGCULT/CECULT/UFRB) e da Especialização em Políticas e Gestão Cultural (CECULT/UFRB). E-mail: mariellapitombo@ufrb.edu.br

RESUMO:

O campo da cultura, assim como as demais esferas sociais, sofre os impactos das crises climáticas. O Brasil experimentou recentemente os efeitos das condições extremas do clima quando o estado do Rio Grande do Sul sofreu uma grande inundação, provocando consequências desastrosas para o campo cultural. Após a experiência de eventos climáticos extremos e de uma pandemia global como a de covid-19, cabe perguntar: o estado de emergência será um traço estruturante para o campo da cultura no Antropoceno? Que políticas e medidas estão sendo tomadas para a prevenção e mitigação dos impactos das mudanças climáticas no campo da produção artístico-cultural? Qual o papel da cultura no enfrentamento à crise climática? O objetivo desse artigo é especular sobre essas questões, buscando contextualizar como as organizações internacionais, o campo da cultura e o poder público estão se preparando para o enfrentamento dessa agenda.

Palavras-chave: Cultura; mudanças climáticas; políticas culturais.

ABSTRACT:

The cultural field, like other social spheres, is affected by the impacts of climate crises. Brazil has recently experienced the effects of extreme weather conditions when the state of Rio Grande do Sul suffered a major flood, causing disastrous consequences for the cultural sector. After experiencing extreme climate events and a global pandemic such as covid-19, one must ask: will the state of emergency become a structuring feature of the cultural field in the Anthropocene? What policies and measures are being taken to prevent and mitigate the impacts of climate change on artistic and cultural production? What is the role of culture in confronting the climate crisis? The aim of this article is to reflect on these questions, seeking to contextualize how international organizations, the cultural field, and public authorities are preparing to address this agenda.

Keywords: Culture; climate change; cultural policies.

INTRODUÇÃO

A instauração do Antropoceno como um novo tempo geológico, marcado pela intervenção humana nas condições biofísicas do planeta, tem sido objeto de inúmeros estudos nas mais diversas áreas do conhecimento desde a Geologia, Ecologia, passando pelas ciências sociais e humanas. Mas se o Antropoceno ainda é alvo de disputas conceituais, o que parece ser uma convenção estabilizada é que vivemos em um novo momento histórico, intensificado por uma transformação radical ocorrida no século XX, qual seja: “absorção do planeta na história humana e da história humana na dinâmica do planeta” (PÁDUA, 2022, p. 189). Com exceção dos negacionistas, já se tornou um truísmo o reconhecimento de que as mudanças climáticas são um fenômeno que atravessa as várias dimensões da vida social. Dada a sua relevância, o tema vem se configurando como uma agenda global e sendo incorporada pelos estados para enfrentar esse desafio que põe em risco o futuro do planeta.

O Brasil é um ator importante no cenário internacional, principalmente por ser um país que possui grandes reservas naturais e que abriga grande parte da Floresta Amazônica, principal bioma regulador do clima no mundo. Com a volta de Lula da Silva à presidência, após quatro anos de um governo sob a liderança do presidente

negacionista Jair Bolsonaro, o Brasil volta a ocupar um lugar central na geopolítica mundial, sobretudo, nas questões relativas ao meio ambiente. Além de ter presidido o G20 no biênio 2023–2024, o país será sede da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025, COP 30, em novembro de 2025.

Ademais, na nova estrutura de governo instituída pelo presidente Lula, o Ministério do Meio Ambiente ampliou sua agenda, dando ênfase à questão climática, materializada na própria denominação da pasta que passou a se chamar Ministério do Meio Ambiente e Mudança Climática, cuja liderança voltou a ser de Marina Silva, uma das principais ativistas da causa ambiental no país. Além disso, o Ministério da Cultura foi recriado, após sua extinção pelo governo Bolsonaro. Há de se destacar também a criação do Ministério dos Povos Indígenas, liderado por Sônia Guajajara, uma relevante ativista indígena do país. Esse novo aparato ministerial aponta para um arcabouço institucional propício para a implantação de políticas públicas transversais que podem entrecruzar questões climáticas e culturais, sobretudo quando se leva em conta a reivindicação do papel dos povos ancestrais como agentes fundamentais na luta pela justiça climática e seu status de guardiões de práticas ancestrais que conjugam preservação da natureza e respeito à vida.

Contudo, se por um lado há o fortalecimento institucional e simbólico por meio da criação dos três ministérios citados, e todos eles liderados por mulheres, condição que delineia um terreno fértil para a agenda da relação entre cultura e mudanças climáticas, há de se reconhecer também que o país enfrenta um cenário político marcado por fortes tensões e disputas de interesse de grupos dos segmentos econômicos e políticos ligados ao agronegócio. Essa condição traz forte desequilíbrio de poder entre os agentes – de um lado movimentos sociais, grupos de povos tradicionais e de outro o poderoso agronegócio – e tem fragilizado o avanço da implementação e políticas para enfrentamento das mudanças climáticas no Brasil.

No que se refere às políticas públicas para a cultura, a incorporação desta agenda nos programas e ações do Ministério da Cultura ainda é muito tímida. Não há na sua estrutura um órgão específico para tratar desse tema, tampouco planos de ação ou programas específicos.

O campo da cultura, assim como as demais esferas sociais, sofre os impactos das crises climáticas. O Brasil recentemente experimentou os efeitos das condições extremas do clima, quando o estado do Rio Grande do Sul sofreu uma grande inundação que submergiu várias cidades, inclusive a capital, Porto Alegre, durante mais de um mês. Várias instituições culturais fecharam durante alguns meses, patrimônios culturais foram destruídos e os artistas tiveram suas condições de trabalho fortemente afetadas. A fim de oferecer algum suporte à classe artística, o Ministério da Cultura criou um auxílio emergencial para os artistas semelhante à política adotada durante a pandemia de covid-19.

Após as inundações no Rio Grande do Sul e da experiência de uma pandemia global como a de covid-19, cabe perguntar: o estado de emergência será um traço estruturante para o campo da cultura no Antropoceno? Que políticas e medidas estão sendo tomadas para a prevenção bem como mitigação dos impactos das mudanças climáticas para a produção artística e cultural e o patrimônio no Brasil? Qual o papel da cultura no enfrentamento à crise climática?

Em uma perspectiva um tanto ensaística esse artigo pretende colocar em evidência a emergência da agenda do clima para as políticas culturais, ressaltando três aspectos: a) o modo como as organizações internacionais, especialmente a Unesco, vêm pautando essa agenda; b) os princípios, as medidas e as soluções que o segmento cultural e alguns governos vêm implantando em direção à ação climática; c) as ações, ainda esparsas, do Ministério da Cultura, e os desafios que pode enfrentar na construção da agenda, tendo em vista a diversidade cultural do país.

CULTURA E CLIMA NA AGENDA INTERNACIONAL

Há de se reconhecer que a construção da agenda em torno da relação entre cultura e clima vem se dando recentemente em maior medida no âmbito das agências internacionais, notadamente a Unesco. Ela emerge em decorrência da urgência da pauta da crise climática no cenário internacional e sua correlação incontornável com o tema do desenvolvimento sustentável, que a Unesco encampou desde a década de 1980.

A questão ambiental vem sendo pautada na pelo Sistema ONU desde a década de 1970, quando a organização realizou sua primeira Conferência sobre Meio Ambiente em Estocolmo, cujo resultado final foi a produção do relatório intitulado “Limites do crescimento econômico”. Nesse documento já se anunciava os limites da relação entre recursos naturais, crescimento populacional e produção industrial. Desde então, a ONU realizou uma série de conferências e elaborou um suntuoso arcabouço normativo sobre a relação entre meio ambiente e desenvolvimento.

A título de ilustração, pode-se destacar algumas dentre as inúmeras ações realizadas pela ONU. Entre 1982 e 1987 esteve em atividade a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento cujo propósito era discutir as questões relativas ao meio ambiente e reformular propostas concretas para enfrentá-las. O trabalho realizado pela Comissão teve como resultado a elaboração de um relatório intitulado “Nosso futuro comum”, também conhecido Relatório Bruntland. Nesse documento, o conceito de desenvolvimento sustentável, que vinha sendo formulado desde a década de 1970, ganha centralidade e definição mais aperfeiçoada, sendo entendido como “aquele atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (COMISSÃO, 1991, p. 46). O documento avança na formulação chamando a atenção para as “necessidades essenciais dos pobres do mundo”, população que deveria ser priorizada nos planos de desenvolvimento e para os limites do meio ambiente. Portanto,

o que sobressai dessa formulação a dimensão social do desenvolvimento e seu comprometimento com as gerações futuras. Na década de 1990 é realizada no Rio de Janeiro Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a ECO/92. Nessa conferência histórica, consolidou-se a noção de desenvolvimento sustentável e foi estabelecida a Agenda 21 – um conjunto de princípios orientadores sobre o desenvolvimento sustentável que preconizava a preservação dos recursos naturais renováveis e não renováveis, buscando a conciliação entre meio ambiente e desenvolvimento econômico. Em 2015, a ONU lança a Agenda 2030, um plano global de desenvolvimento fundamentado em uma nova interpretação do desenvolvimento sustentável que integra as dimensões social, econômica e ambiental, incorporando também os aspectos político e cultural. Nesse plano estão previstos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável a serem alcançados pelos países membros até 2030.

E o que a cultura tem a ver com essa agenda? Ora, sendo a Unesco uma agência onusiana, suas pautas e ações se coadunam aos princípios gerais da instituição-satélite, bem como sinalizam para o alinhamento com as questões que orientam o espírito do tempo. Desde a década de 1980, a Unesco elabora uma virada conceitual em torno da ideia de cultura, deslocando-a de uma noção mais restrita, vinculada às belas artes, para uma perspectiva antropológica. E, nesse compasso, passa amalgamar o conceito de cultura à noção de desenvolvimento, que, por sua vez, também vai ser ampliado para além da noção de progresso econômico.

É em 1982, durante a antológica Conferência Mundial sobre Políticas Culturais (Mondiacult), que tal rotação conceitual será efetivada. Como resultado da Mondiacult, em 1988, a Unesco lança o projeto Década Mundial para o Desenvolvimento Cultural (1988-1997) com o propósito de discutir a dimensão cultural do desenvolvimento. Como ação decorrente do projeto, em 1991, a Unesco institui Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento, destinada a elaborar um Relatório Mundial sobre Cultura e Desenvolvimento. O referido

relatório é lançado em 1996, sob o título *Nossa diversidade criadora*, contendo reflexões e propostas de ação que levam em consideração as bases culturais do desenvolvimento humano. O informe institucional estende ainda mais a fronteira da concepção de cultura ao compreendê-la não somente como um meio que viabiliza o desenvolvimento, mas sobretudo como sendo seu fim último (PITOMBO, 2011).

Dando continuidade à consolidação da agenda em torno do binômio cultura e desenvolvimento, a agência onusiana realiza em 1998 a Conferência Intergovernamental de Estocolmo sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento; em 2001 adota a *Declaração Universal da Diversidade Cultural*; em 2005, promulga a *Convenção sobre a Promoção e a Proteção da Diversidade das Expressões Culturais*. Todos esses eventos constituíram-se em momentos paradigmáticos para discutir o papel da cultura como uma dimensão central nos projetos de desenvolvimento, tecendo uma fórmula axiológica que amalgama diversidade cultural e desenvolvimento sustentável.

Mais recentemente, em 2022, a Unesco realizou a Conferência Mundial sobre Políticas Culturais e Desenvolvimento Sustentável (MONDICAULT, 2022), como celebração pelos 40 anos da célebre conferência realizada no México em 1982. Mais uma vez, a relação entre a cultura e desenvolvimento sustentável compareceu como princípio orientador das ações da instituição, reforçado, inclusive, pelo título que nomeou o fórum. Como de praxe, os resultados dos debates dessas reuniões foram reunidos em uma declaração que sintetiza os princípios e os compromissos exaltados bem como estabelecidos entre os países-membros. Na declaração da referida conferência, a relação entre cultura e mudanças climáticas compareceu expressamente em um dos seus artigos, como se segue:

Salientamos a importância de integrar o patrimônio cultural e a criatividade nos debates internacionais sobre as mudanças climáticas, dado o seu impacto multidimensional na salvaguarda de todas as formas de patrimônio e

das expressões culturais, e do reconhecimento do papel da cultura na ação climática, especialmente por meio de sistemas de conhecimento tradicionais e indígenas (UNESCO, 2022, p. 5).

Esse trecho do documento é ilustrativo pois condensa as principais tendências de abordagem da relação entre cultura e clima, como discutiremos mais adiante: as expressões culturais sendo alvo do potencial destrutivo ocasionado pelas mudanças climáticas; como meio de ação para ação climática, e como reserva de conhecimento de saberes tradicionais que pode servir como saída para o drama civilizacional que a crise climática impõe.

Pelo exposto, a Unesco vem se aproximando do tema da mudança climática, no rastro da sua longa trajetória de vincular a dimensão da cultura ao desenvolvimento sustentável. Na sua próxima Conferência Mundial para as Políticas Culturais, a ser realizada em Barcelona, em agosto de 2025, e tendo no horizonte a conclusão da Agenda 2030, a Unesco anuncia como propósito elevar a cultura com objetivo independente nas próximas estratégias para o desenvolvimento da ONU. Ademais, o tema cultura e clima passa a figurar como um dos seis eixos de discussão que vão estruturar fórum.

Em que pese todas as iniciativas encampadas, as organizações internacionais têm sido alvo de muitas análises que colocam em xeque seu papel e sua efetividade. Muitas das críticas são pertinentes, principalmente quando se analisa os efeitos imediatos das suas intervenções. Há de reconhecer os esforços das organizações internacionais na discussão da questão ambiental, elevando-a a uma pauta central para a agenda política internacional contemporânea. Mas algo parece não estar tendo êxito satisfatório, seja nas concepções sobre o enfrentamento, seja pelos modelos propostos em tais fóruns de debates. Os limites ambientais do planeta atingiram um ponto quase sem retorno no que se refere à sua intensa degradação. Os sinais apontam para um cenário pouco animador em relação à consecução dos objetivos do desenvolvimento sustentável propostos

pela ONU. Evidentemente, que aqui não se tem a intenção responsabilizar a escassez dos resultados apenas pelas ações dos organismos internacionais. Sabe-se que essa é mudança de caráter coletivo e que devem ser promovidas de forma mais localizada possível, tendo os governos nacionais e locais papel fundamental.

Mas há também de se questionar: a saída se daria mediante a reiteiração de práticas e políticas das instituições modernas (o Estado, as agências internacionais) que formulam suas ações, geralmente de caráter generalizante, a partir de gabinetes da tecnocracia global? (PITOMBO, 2022). De acordo com análises de autores como Kothari (2021) e Krenak (2019), as teorias críticas do desenvolvimento apontam para o esgotamento do modelo de uma governança global gestado pelas agências internacionais, uma vez que partem de premissas universalizantes, impondo padrões genéricos de mudança em detrimento da consideração de matrizes alternativas já postas em práticas sobretudo nas periferias do mundo.

O CAMPO DA CULTURA E AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Os estudos e pesquisas sobre os efeitos das mudanças climáticas na cultura ainda são escassos. De modo geral, essa agenda vem sendo pautada em maior medida pela sociedade civil, pelos fazedores de cultura e, como já destacado pelas organizações internacionais. Por consequência, a produção de conhecimento sobre o tema vem sendo alimentada em maior medida por esses agentes do que pelas universidades, por exemplo. No entanto, é uma discussão que vem se ampliando pela própria urgência que a temática impõe. Dos debates e pesquisas que vem sendo difundidos, destacam-se três grandes tendências como chave de compreensão da relação entre cultura e clima, são elas: a) o imperativo da descarbonização da cultura (IRLE *et al.*, 2021), mediante a reivindicação para que o segmento cultural *stricto sensu* – mais especificamente as atividades de criação, a produção e a circulação de bens e serviços artístico-culturais – reveja suas práticas de modo a torná-las mais ambientalmente

responsáveis; b) o discurso em torno da cultura como agente para a conscientização sobre a mudança climática e c) o reconhecimento dos saberes e práticas de povos tradicionais como acervo de conhecimento no tocante à preservação do meio ambiente.

O que a produção de um filme, a realização de um festival ou uma bienal de artes visuais, a difusão de músicas por plataformas digitais tem a ver com o aquecimento global? Se comparado a outros setores, há se reconhecer que a cultura não é dos segmentos produtivos mais poluentes do globo. Por seu caráter simbólico e um tanto quanto imaterial, não é comum pensarmos sobre as pegadas de carbono que as produções artísticas e culturais são capazes de gerar. Em estudo realizado sobre o conjunto das atividades mundiais das artes visuais, constatou-se que esse segmento foi capaz de gerar cerca de 70 milhões de toneladas de CO₂, algo equivalente a emissão de quatro usinas de carvão (IRLE, 2023). O recente lançamento, pela OpenIA, de um gerador de imagens que se apropria dos recursos estilísticos do Studio Ghibli, além de levantar questões cruciais sobre apropriação cultural e direitos autorais, trouxe à tona os impactos ecológicos que as tecnologias de inteligência artificial podem gerar. Segundo algumas projeções divulgadas por especialistas, calcula-se que foram gastos 216 milhões de litros de água em apenas uma semana, devido ao elevado número de usuários que lançaram mão dessa ferramenta (REVISTA FÓRUM, 2025). O fato esquentou os debates e recolocou no centro das atenções a questão sobre o risco ambiental que as tecnologias digitais podem provocar na sua aparente imaterialidade encoberta pelas nuvens de armazenamento de informação. Para gerar, processar e guardar um volume inimaginável de dados, é necessária uma mastodôntica estrutura material composta por servidores que, por sua vez, necessita de um enorme volume de energia para poder funcionar.

Diante desse cenário, a agenda da descarbonização da cultura vem se impondo como imperativo ecológico, normativo e moral sobre as práticas de produção da cultura e das artes. O tema vem orientando

a formulação de políticas culturais de alguns países e também vem sendo paulatinamente incorporada como práticas de produção do campo artístico-cultural. Descarbonizar a cultura significa transformar as práticas de produção cultural, atentando-se para as pegadas de carbono que essas atividades deixam no rastro da sua criação e circulação.

No que se refere às políticas públicas para a cultura, alguns países já vêm adotando medidas concretas de forma a incorporar a questão climática. A partir de uma estratégia nacional de transição ecológica da sua economia, a França, por exemplo, colocou em prática algumas medidas baseadas sobretudo nos princípios da descarbonização das práticas culturais e da sobriedade do uso de recursos naturais pelas estruturas culturais (equipamentos, espaços e estruturas administrativas) do próprio Ministério da Cultura. Apoiado em um plano robusto de transição ecológica, o Ministério prevê um orçamento de 35 milhões de euros para implantação de medidas ecologicamente responsáveis para o setor cultural. As iniciativas incluem desde realização de estudos sobre balanços de carbono das atividades culturais; o financiamento de projetos culturais que prevejam em suas ações medidas para descarbonizar suas atividades; além de estimular a oferta de formação específica (a partir de cursos e da adaptação de currículos de cursos já existentes) sobre os desafios da transição ecológica para a cultura para as agentes culturais.

Do lado dos produtores culturais, segmentos específicos como os festivais já vêm também adotando iniciativas que orientam suas práticas organizativas. Em uma relevante pesquisa, Calvano (2024) analisa como os festivais de música na Europa estão adotando práticas e estratégias de sustentabilidade ambiental. Dentre os principais resultados, a investigadora aponta que variáveis como território, orçamento, gênero musical e estrutura organizacional influenciam a incorporação da agenda da sustentabilidade, apontando para o fato de que festivais de grande porte e com maior aporte de recursos têm maior probabilidade de adotar práticas ambientais mais robustas.

Alguns dos eventos, inclusive, já lançam mão de certificações internacionais (como ISO 20121 e A Greener Future) para profissionalizar a adoção de práticas ecológicas na sua organização. No campo das artes cênicas, o Festival d'Avignon, um dos mais antigos e importantes da Europa, por exemplo, já coloca em prática um conjunto de medidas que incorporam a questão ecológica. O evento já possui uma estrutura administrativa específica que se ocupa em planejar e implementar ações ecologicamente responsáveis, que incluem iniciativas tais como: o incentivo ao deslocamento por meio da chamada mobilidade sustentável (trens, bicicletas, veículos elétricos); a redução no consumo de energia ao adaptar, por exemplo, os horários de trabalho e dos espetáculos para evitar os períodos de calor intenso; o consumo responsável reutilizando, por exemplo, figurinos e evitando materiais de alta pegada ecológica.

Uma outra tendência que tem emergido das discussões sobre a agenda cultura e clima é a de convocar o campo da cultura como meio para conscientizar a população sobre os riscos ambientais e para promover mudanças comportamentais em direção a posturas ambientalmente responsáveis. O argumento por detrás dessa convocação se sustenta na ideia de que as produções artístico-culturais, pelo conteúdo simbólico que mobilizam, têm maior capacidade de comunicar e sensibilizar corações e mentes sobre a grave crise climática. Dessa forma, a cultura assume um papel instrumental, como um vetor para alcançar outros fins, tais como a transformação de comportamentos e conscientização da urgência ao enfrentamento dessa questão. Um dos achados de uma pesquisa inaugural sobre a relação entre cultura e clima, realizada pelas organizações sociais C de cultura e Outra Onda, confirma esta tendência. Dentre os vários artigos destaca-se a compreensão de que:

A cultura tem o potencial de traduzir informações complexas para narrativas acessíveis, muitas vezes de forma lúdica, transformando mentalidades e comportamentos. É elemento crucial para a qualificação da

consciência coletiva sobre a mudança do clima, suas causas e consequências. Coloquemos a cultura no lugar que merece ocupar: como plataforma essencial de ação climática (TONI, 2024, p. 42)

Um outro eixo de argumentação acerca da relação cultura e clima diz respeito à ênfase dada aos saberes e práticas culturais de povos originários e tradicionais como um fundo de conhecimento a ser considerados como estratégia para enfrentamento da crise climática. Ao tempo em que se denunciam os impactos que as mudanças climáticas podem trazer para as práticas e saberes tradicionais, especialistas e pesquisadores também apontam que a chave para uma saída para crise é justamente voltar-se para as práticas e conhecimentos que os povos tradicionais portam na sua relação com a natureza.

Esta é uma tendência argumentativa que figura sobretudo nos discursos dos agentes oriundos dos países do chamado Sul Global. Um conjunto de autores filiados aos estudos críticos decoloniais e contracolônias (FERDINAND, 2022; KRENAK, 2022; SANTOS, 2023), denunciam que a crise ecológica é fruto também do processo de colonização, tornando-se inescapável abordar a questão sem considerar as heranças da colonização, da escravidão e do racismo. No Brasil, pensadores e lideranças das comunidades indígenas e de povos tradicionais passam a ter um espaço importante na esfera pública quando o assunto é o enfrentamento à crise climática. O discurso que se enuncia é o esgotamento da ideia de progresso e de desenvolvimento que o sistema capitalista engendrou, promovendo a separação entre natureza e cultura, a destruição de formas de vida coletivas e o apagamento dos saberes tradicionais, gerando o fenômeno do epistemicídio. Como alternativa, defende-se a ideia de que o futuro é ancestral (KRENAK, 2022), ou seja: os modos de vida dos povos tradicionais e sua profunda conexão com os seres vivos das florestas (rios, matas e animais) pode ser um caminho para se reinventar a vida no planeta, fazendo reformular as formas de produção, consumo e convivência.

POLÍTICAS CULTURAIS E MUDANÇAS CLIMÁTICAS

NO BRASIL: AÇÕES E DESAFIOS

Como já mencionado, a agenda da ação climática conjugadas às políticas culturais ainda são escassas no Brasil. A construção dessa pauta vem se dando em maior medida por agentes outros tais quais as organizações não governamentais, produtores culturais, pelas comunidades mais diretamente afetadas e mesmo pela iniciativa privada. As adaptações das produções culturais às questões ambientais têm sido em maior medida uma resposta a uma condicionalidade colocada pelo mundo corporativo do que pelo poder público. Em interessante estudo sobre o discurso da sustentabilidade nas práticas de patrocínio cultural, a partir da Lei Rouanet, Lopes (2024) constatou que há uma tendência de as empresas financiarem projetos alinhados à gramática da responsabilidade social e ecológica em consonância à ascensão da pauta da sustentabilidade, consubstancializada pelos princípios e práticas da agenda ESG², recentemente adotada pelo universo empresarial. Na contrapartida de tal tendência, os produtores culturais começam a elaborar seus projetos buscando contemplar nos seus discursos a temática ambiental pois torna-se mais um ativo para o êxito de encontrar um potencial financiador. Nesse sentido a gramática da sustentabilidade tem servido tanto para legitimar os investimentos das empresas, como também orientado as narrativas e propósitos dos produtores culturais na proposição dos seus projetos culturais.

Diante desse contexto, o poder público no Brasil parece estar a um passo atrás de uma agenda social que vem emergindo com certa força nos últimos anos. Diferentemente de alguns países, o Ministério da Cultura ainda não apresentou diretrizes ou um plano de ação específico para tratar da questão entre cultura e mudanças climáticas. As iniciativas encampadas pelo MinC ainda são pontuais e respondem

-
- 2 A ESG (Environmental, Social, Governance) é um conjunto de indicadores criado pelo mundo corporativo para medir o engajamento das empresas aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

em certa medida às injunções configuradas pelo protagonismo que o Brasil vem ganhando nos últimos dois anos no cenário internacional. Em 2023, durante a COP28, o Brasil, junto com os Emirados Árabes Unidos, assumiu a copresidência de um fórum internacional intitulado Amigos da Ação Climática Baseada na Cultura. Tal iniciativa decorre do fato do Brasil presidir a COP30 em 2025. Essa coalização internacional, composta por estados-membros da ONU tem por propósito mobilizar o setor cultural para engendrar ações voltadas para conscientização e mudança comportamental sobre a crise climática. Segundo o próprio Ministério da Cultura:

O grupo vai advogar pela ação climática baseada na cultura; desenvolver intervenções, soluções e ações multilaterais demonstrando os benefícios da integração da cultura na ação climática; e oferecer um espaço para todas as nações e comunidades, independentemente de sua origem ou localização, compartilharem conhecimento, experiência e melhores práticas (BRASIL, 2023, não paginado).

Adicionalmente, em 2023, o Brasil assumiu a presidência do G20 e a pauta da relação entre cultura e desenvolvimento sustentável passou a figurar – junto com o combate à fome, a pobreza e a desigualdade – como um dos temas a serem debatido nesse fórum internacional. Liderado pelo Ministério da Cultura, o Brasil presidiu o Grupo de Trabalho de Cultura do G20, cujas ações envolveram a realização de uma série de encontros para debater temáticas em torno das questões sobre diversidade cultural e inclusão social; cultura, ambiente digital e direitos autorais; economia criativa e desenvolvimento sustentável; preservação, salvaguarda e promoção do patrimônio cultural e da memória. Decorrente dessas iniciativas, foi realizado em novembro de 2024, em Salvador, o Seminário Internacional sobre Cultura e Mudança do Clima, cujo objetivo foi debater temas diversos como a criação de setores culturais ambientalmente responsáveis em relação às emissões de carbono, justiça climática para artes e cultura e o

papel das artes e da cultura para a mobilização social a favor do clima. Desse encontro saiu a *Declaração de Ministros da Cultura do G20 de Salvador da Bahia*, um documento que tem como princípio norteador o entendimento do papel da cultura “como fonte e promotora de desenvolvimento sustentável, inovação, criatividade e justiça social” e que reconhece “o potencial da cultura para promover ações que atenuem os efeitos das mudanças climáticas” (BRASIL, 2024, não paginado).

Em virtude dos impactos e efeitos mais visíveis que os desastres ecológicos podem provocar em monumentos e sítios históricos, e indiretamente, ao conjunto de tradições e acervos de memórias de expressões culturais vinculados a determinados biomas, o patrimônio histórico talvez seja um dos temas que ganhem maior destaque quando se discute a relação entre cultura e clima no Brasil. No âmbito mais específico do patrimônio cultural, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) vem se antecipando na tomada de iniciativas que colocam na pauta os impactos das mudanças climáticas sobre o patrimônio material e imaterial. Na esteira das discussões promovidas pelo ICOMOS³ Brasil, o IPHAN passou a promover desde 2023, uma série de encontros para discutir medidas e ações de defesa do patrimônio cultural em relação às crises climáticas. Sendo o mais longo órgão de gestão cultural do país, o IPHAN parece tomar a dianteira em termos de planejamento de ações se comparado às iniciativas encampadas pelo próprio Ministério da Cultura.

O conceito de cultura que orienta as políticas do Ministério da Cultura desde o primeiro governo Lula já traz uma dimensão mais ampliada, de caráter antropológico, não reduzindo suas ações apenas

-
- 3 O Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) é uma organização não-governamental internacional, associada à Unesco, destinada a discussão técnicas, teóricas e metodológicas sobre preservação, conservação e proteção de monumentos e sítios históricos. O Comitê brasileiro da ICOMOS foi fundado em 1978 e atua em representativamente em várias instâncias de participação social dos órgãos de gestão cultural do estado brasileiro.

ao fomento à produção artística *stricto sensu*. Ou seja, nas políticas implementadas pelo ministério, muitas ações têm sido direcionadas para o reconhecimento e valorização da cultura dos povos tradicionais e originários. Diante de um contexto em que a diversidade da formação cultural do Brasil é uma agenda da sua política cultural, cabe perguntar: de que modo o país deve pautar a agenda das mudanças climáticas e sua relação com a cultura? Levando-se e consideração também o acervo de conhecimentos e práticas dos povos tradicionais que compõem o rico mosaico da cultura brasileira? Ou deve apenas seguir as agendas universalistas que orientam as diretrizes das organizações internacionais?

Pelo exposto, o Brasil ainda padece de um plano mais estratégico de ação que contemple as mudanças climáticas no conjunto de políticas públicas propostas pelo Ministério da Cultura. O país parece estar a reboque de uma circunstância internacional – o fato de estar lidando importantes fóruns internacionais no último biênio – que lhe obrigou a tratar desse tema. Diante desse contexto, a relação cultura e clima parece ter se imposto como uma condicionante vinda de fora e não propriamente como iniciativa do próprio órgão ou como uma resposta a uma demanda ou reivindicação dos agentes culturais brasileiros. O tema não comparece em documentos e políticas estruturantes como o Plano Nacional de Cultura, nem no conjunto de políticas recentemente implementadas como a Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) que, por sua vez, já apresenta avanços importantes na incorporação de pautas sociais (ações afirmativas, gênero, sexualidade), criando condicionalidades para a distribuição de recursos. A exemplo de medidas adotadas por países como a França e a Inglaterra (PERALTA, 2023) e na mesma direção da adoção de critérios de priorização social estabelecido na PNAB, o Ministério da Cultura poderia, por exemplo, adotar como critério o financiamento de projetos que priorizem a ação climática.

Um outro desafio a ser enfrentado na articulação da agenda entre cultura e clima é mobilizar ações transversais entre os ministérios

da Cultura, do Meio Ambiente e Mudança Climática e dos Povos Indígenas. Dada a complexidade que a abordagem do tema exige, o Brasil poderia lançar mão do aparato institucional de que já dispõe. O capital simbólico mobilizado por esses três órgãos – todos eles liderados por mulheres – pode colocar o país como ponta de lança na proposição de ações climáticas, além de demarcar com sua singularidade na abordagem dessa pauta política incontornável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tomando de empréstimo a célebre tese de George Yúdice sobre usos da cultura na contemporaneidade, pode-se considerar que a agenda das mudanças climáticas tem se esboçado como mais uma finalidade que a ser alcançada pelo campo da cultura. Isto porque além de ser convocada para sanar questões sociopolíticas, gerar empregos e produzir riqueza, a cultura agora também é requisitada para ser um meio para conscientização e mobilização de ações que levem a mudança de comportamento frente à crise ambiental que o planeta está enfrentando. Será a agenda climática mais uma conveniência da cultura?

Como se sabe, o campo da cultura, principalmente aqueles segmentos que estão fora de uma escala industrial, é um dos segmentos econômicos mais frágeis. Padece de investimento e financiamento robustos, infraestrutura de espaços e equipamentos culturais, além de ter uma classe trabalhadora predominantemente precária e mal remunerada. Diante dos vários obstáculos e circunstâncias que se impõem aos criadores e produtores de cultura, enfrentar a questão das mudanças climáticas torna-se mais uma contingência a ser enfrentada por esse campo social: rever suas práticas produtivas tornando-as menos poluentes, engajar-se na mobilização para alertar sobre os limites da nossa sobrevivência enquanto espécie e inspirar a reinvenção de outros modos começa a se configurar como mais uma tarefa do campo da cultura. Ironicamente, essa atividade de natureza eminentemente simbólica, logo pertencente à esfera da imaginação, se apresenta como

uma saída à lógica produtivista e devoradora de recursos que o capitalismo impôs como projeto civilizacional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Cultura. *Declaração de Salvador da Bahia é adotada durante reunião ministerial*. Brasília: Ministério da Cultura, 15 maio 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/noticias/declaracao-de-salvador-da-bahia-e-adotada-durante-reuniao-ministerial>. Acesso em: 15 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Cultura. *COP28: Ministra da Cultura lança coalizão internacional para promover ação climática baseada na cultura*. Brasília: Ministério da Cultura, 04 dez. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/cultura/pt-br/centrais-de-conteudo/sala-de-imprensa/aviso-de-pauta/cop28-ministra-da-cultura-lanca-coalizao-internacional-para-promover-acao-climatica-baseada-na-cultura>. Acesso em: 15 abr. 2025.

CALVANO, Giada. *Greening European Music Festivals: Environmental Sustainability Strategies, Practices, and Certification from an Organisational Perspective*. 2024. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura: História, Antropologia, Arte e Patrimônio) – Escola de Geografia e História, Universidade de Barcelona, Barcelona, 2024.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso Futuro Comum*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

FRANÇA. Ministère de la Culture. *Transition écologique. Ministère de la Culture*, [s.d.]. Disponível em: <https://www.culture.gouv.fr/thematiques/transition-ecologique>. Acesso em: 10 maio 2025.

FERDINAND, Malcom. *Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho*. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

FESTIVAL D'AVIGNON. *Une démarche responsable. Festival d'Avignon*, [s.d.]. Disponível em: <https://festival-avignon.com/fr/responsable-15948>. Acesso em: 10 maio 2025.

REVISTA FÓRUM. *Studio Ghibli no ChatGPT: 216 milhões de litros de água foram gastos com 'trend'*. *Revista Fórum*, 7 abr. 2025. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/meioambiente/2025/4/7/studio->

ghibli-no-chatgpt-216-milhes-de-litros-de-agua-foram-gastos-com-trend-177000.html. Acesso em: 10 maio 2025.

IRLE, David; ROESCH, Anaís; VALENESI, Samuel. *Décarboner la culture*. Grenoble: PUF/UGA, 2021.

IRLE, David. Comment agir face au dérèglement climatique? Changer de culture! *Nectart*, [S. l.], v. 16, p. 27-38, 2023

KOTHARI, Ashish et al. *Pluriverso: dicionário do pós-desenvolvimento*. São Paulo: Elefante, 2021.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, Ailton. *Futuro Ancestral*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LOPES, Rafaela Araújo. *A sustentabilidade no mercado de patrocínios culturais incentivados: novas diretrizes, novos discursos*. 2024. 190 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2024.

PÁDUA, J. A. Localizando a história do Antropoceno: o caso do Brasil. In: DANOWSKI, D; VIVEIROS DE CASTRO, E.; SALDANHA, R. *Os mil nomes de Gaia*. Rio de Janeiro: Editora Machado, 2022. p. 187-217.

PERALTA, Trinidad Zaldivar. Os setores culturais e criativos enquanto importante ativo para promover um desenvolvimento sustentável e inclusivo. *Relatório Cultura e Clima*. São Paulo: C de Cultura; Outra Onda Conteúdo; Instituto Veredas, 2024. Disponível em: <https://cdecultura.com.br/cultura-e-clima/>. Acesso em: 15 mar. 2025.

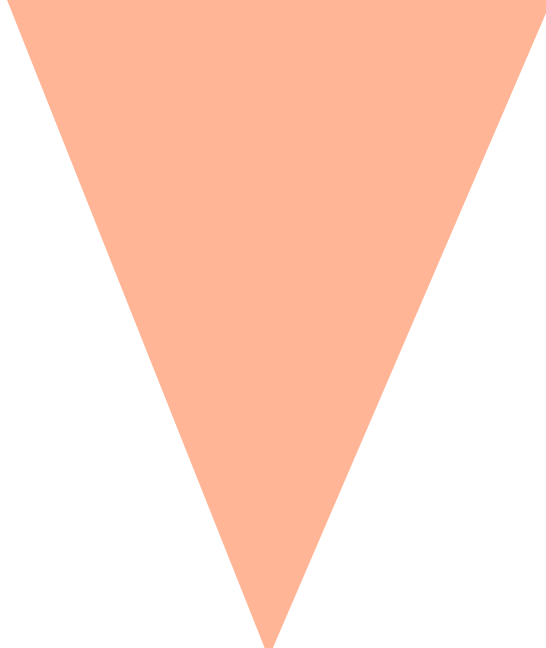
PITOMBO, Mariella. A diferença como bem universal: a noção de diversidade cultural no discurso da Unesco. In: ALVES, Elder P. M. *Políticas culturais para as culturas populares no Brasil Contemporâneo*. Maceió: Edufal, 2011. p.89-124.

PITOMBO, Mariella. Qual o papel da cultura num mundo em mutação? Legados e desafios da Mondiacult 40 anos depois. In: CALABRE, L.; ROCHA, R.; RUBIM, A. A. C. *Mondiacult 40 anos depois: impactos e desdobramentos nas políticas culturais na América Latina*. Salvador, EDUFBA, 2022. p.71-92.

SANTOS, Antonio Bispo dos. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

TONI, Ana. A cultura como plataforma de ação climática. In: RESEGUE, Mariana; CARVALHO, Eduardo (org.). *Relatório Cultura e Clima*. São Paulo: C de Cultura; Outra Onda Conteúdo; Instituto Veredas, 2024. Disponível em: <https://cdecultura.com.br/cultura-e-clima/>. Acesso em: 15 mar. 2025.

UNESCO. *Declaração Final da Conferência Mundial da UNESCO sobre Políticas Culturais e Desenvolvimento Sustentável – MONDIACULT 2022*. Cidade do México, 28–30 set. 2022. Paris: UNESCO, 2022. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000382887_por. Acesso em: 05 maio 2025.



POLÍTICAS CULTURAIS E RESILIÊNCIA CLIMÁTICA

*o licuri como patrimônio
biocultural da Bahia*

Lourivânia Soares Santos¹

Sophia Cardoso Rocha²

-
- 1 Professora da Universidade Federal do Sul da Bahia, pesquisadora do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (CULT/UFBA) e do Loss and Damage Observatory, onde desenvolve estudo sobre mudanças climáticas e patrimônio cultural no semiárido brasileiro, pesquisa vencedora da Bolsa Memorial Saleemul Huq 2024. E-mail: lourivania.soares@ufsb.edu.br.
 - 2 Professora do Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação, da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e pesquisadora e atual coordenadora do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (CULT/UFBA). E-mail: sophia.rocha@ufba.br

RESUMO:

Este artigo visa refletir sobre o reconhecimento e a salvaguarda das práticas culturais e dos saberes ancestrais na perspectiva de suas contribuições para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Para tanto, analisou ações desenvolvidas no bioma caatinga a partir da aplicação da Lei do Patrimônio Biocultural do Licuri e do Umbu. O estudo de caso revelou a necessidade de fortalecimento das políticas culturais nas estratégias de resiliência climática do semiárido. A discussão apresentada reforça, ainda, a centralidade da cultura para a valorização e salvaguarda dos sistemas de conhecimento de povos e comunidades tradicionais, bem como para a promoção da justiça climática e da sustentabilidade.

Palavras-chave: políticas culturais; resiliência; licuri; patrimônio biocultural.

ABSTRACT:

This article aims to reflect on the recognition and safeguarding of cultural practices and ancestral knowledge from the perspective of their contributions to mitigating and adapting to climate change. To this end, actions developed in the Caatinga biome were analyzed based on the application of the Licuri and Umbu Biocultural Heritage Law. The case study revealed the need to strengthen cultural policies in climate resilience strategies for the semi-arid region. The discussion presented also reinforces the centrality of culture in valuing and safeguarding the knowledge systems of traditional peoples and communities, as well as in promoting climate justice and sustainability.

Keywords: cultural policies; resilience; licuri; biocultural heritage.

INTRODUÇÃO

A crise ambiental também é uma crise civilizatória, que nos obriga a repensar nosso lugar no mundo, novas formas de agir, pensar e produzir conhecimento num mundo em crise (LEFF, 2014). Nessa perspectiva, é imprescindível inserir a cultura nas estratégias de enfrentamento à crise climática e de produção de novos imaginários sobre futuros possíveis na relação sociedade e natureza.

Nesse sentido, o Ministério da Cultura do Brasil faz parte da coalizão internacional de Estados Membros da Organização das Nações Unidas (ONU) chamada *Ação Climática Baseada na Cultura*. O objetivo desse coletivo é promover ações para o reconhecimento da cultura como um ativo importante no combate às mudanças climáticas (COP28..., 2023).

O sexto relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, 2023) destaca que a crise climática é uma realidade desafiadora e os eventos extremos terão grande impacto entre as populações mais vulneráveis, em especial as comunidades tradicionais. O semiárido brasileiro, um dos biomas mais ameaçados, enfrenta esses problemas, mas também é território de resistência, onde cultura e sustentabilidade caminham juntas. Dentre os

exemplos emblemáticos estão os sistemas culturais ligados ao licuri e o umbu, considerados ouros verdes do sertão e que envolvem a práticas de manejo, cultura alimentar, celebrações etc.

Diante do exposto, este artigo apresenta discussões sobre o papel das políticas culturais na promoção da resiliência climática, com foco na valorização dos sistemas de conhecimento tradicionais e no reconhecimento do licuri e do umbu como patrimônios bioculturais, capazes de fortalecer a sustentabilidade dos territórios. Assim, utiliza-se o estudo de caso como meio metodológico de compreender o fenômeno da resiliência climática na perspectiva da cultura. Esse estudo tem caráter descritivo e analítico, tendo por referências teóricas principais autores do campo da cultura. Além disso, apresenta breve discussão em torno de normativas, a exemplo da Lei estadual 13.908/2018, que estabeleceu como patrimônio biocultural o licuri, o ariri e o umbu, tornando essas espécies imunes ao corte. Compreendemos esse marco legal como um gesto simbólico fundamental na promoção desses territórios e pessoas. A Lei, sem dúvidas, abre caminhos para a formulação de mais políticas públicas que articulem a cultura em sua dimensão antropológica, que reconhece os modos de vida e saberes ancestrais; e também cidadã e simbólica, que promovam o reconhecimento social, a geração de renda e o acesso a direitos. No entanto, é necessário ampliar o debate sobre as transversalidades das políticas culturais no campo ambiental e a garantia dos povos e comunidades tradicionais na construção do bem viver.

PATRIMÔNIO CULTURAL NA PERSPECTIVA DOS DIREITOS CULTURAIS

Para abordarmos as interseções entre políticas culturais e resiliência climática, é fundamental trazer o conceito de patrimônio cultural presente em normas que direcionam ações nessa perspectiva e atravessam o campo dos direitos culturais.

A Constituição Federal do Brasil de 1988 ampliou significativamente a noção de patrimônio cultural, ao reconhecer a existência de bens culturais tanto de natureza material quanto imaterial.

Expressamente, o artigo 216 afirma que tais bens são “portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 1988, online). De caráter exemplificativo, o artigo inclui nesse rol obras, objetos, documentos, edificações, conjuntos urbanos etc., mas também as formas de expressão, modos de criar, fazer e viver; o que significa que para além desses elementos listados, outros poderão ser adicionados. Nesse sentido, é legal e legítimo a incorporação da cultura alimentar enquanto modo de criar, fazer e viver de um povo ou grupo social.

Outro importante aspecto trazido na Carta Magna é a indicação dos responsáveis pela promoção e proteção do patrimônio cultural brasileiro: o poder público, com a colaboração da comunidade, conforme o parágrafo primeiro do artigo 216 (BRASIL, 1988). Reconhecido enquanto direito fundamental, a proteção ao patrimônio histórico e cultural e ao meio ambiente, por parte da sociedade, está previsto, também, no Art. 5^a, inciso LXXIII, da Constituição que estabelece que qualquer cidadão pode propor ação popular para anular ato lesivo aos mesmos. Tal previsão é tão importante que foi inserida na chamada cláusula pétrea, cuja garantia é de tal nível que não pode ser abolida nem mesmo por meio de Emenda Constitucional. A participação social nas políticas culturais é também prevista por normas institucionais que preveem a presença da sociedade civil em instâncias como conferências e conselhos.

Em geral, a atribuição da garantia dos direitos culturais recai sobre o poder público. A Constituição Federal (1988), em seu artigo 215, estabelece que “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais”. Isso perpassa pela atuação positiva e negativa do Estado, ou seja, ele deve atuar por meio do desenvolvimento de políticas públicas (dimensão positiva), mas também se abster de agir para que direitos de liberdade sejam exercidos pela sociedade, a exemplo da liberdade de expressão e a liberdade religiosa (dimensão negativa). Tal abstenção, segundo Cunha Filho (2000), seria importante

para permitir a manifestação dos princípios do pluralismo cultural e da participação social. Para o autor, as

[...] as expressões culturais devem ficar a cargo da sociedade e dos indivíduos, isto por serem elas, quando exercidas livremente, indicativos dos sentimentos da sociedade e de seus membros para com o *modus vivendi* adotado [...]. Para exercer tal mister, não pode o Estado ser o propulsor, realizador ou controlador das atividades culturais. (CUNHA FILHO, 2000, p. 50)

Os direitos culturais que atravessam o patrimônio cultural, enquanto expressão material e imaterial de grupos sociais, reúnem as duas dimensões citadas em relação ao Estado (positiva e negativa) e mais aquela conhecida como direitos de solidariedade, que preveem a colaboração coletiva para proteger juridicamente bens que são de interesse de todos, enquanto coletividade, e de cada um individualmente (SILVA, 2007). Os direitos ao meio-ambiente, à qualidade de vida, ao patrimônio natural e cultural são, assim, “[...] exercíveis frente à sociedade, a coletividades, a outros indivíduos e, enfim, contra quem quer que os ofenda.” (CUNHA FILHO, 2000, p. 65). O parágrafo primeiro do art. 216, de caráter exemplificativo, afirma que as iniciativas para proteção e promoção do patrimônio cultural se darão por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e outras formas de acautelamento e preservação; mais uma vez deixando em aberto possibilidades outras de instrumentos e mecanismos de atuação conjunta entre Estado e sociedade. O estudo de caso deste artigo envolve a Lei do Patrimônio Biocultural do Licuri, do Ariri e do Umbu, promulgada pelo Estado da Bahia sob o nº 13.908/2018. Destaca-se, de imediato, ser normativa editada por ente subnacional, em total consonância com regra constitucional que prevê o compartilhamento de competência entre os três níveis federados a respeito da edição de normas e de implementação de medidas para proteção do meio ambiente e do patrimônio cultural. De acordo com o art. 24 da Constituição Federal do Brasil (BRASIL,

1988), compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre proteção do meio ambiente; proteção ao patrimônio cultural; sobre a responsabilidade por dano ao meio ambiente e aos bens e direitos de valor histórico. Nesse caso, a União deve editar normas gerais e os Estados suplementá-las ou, na ausência da primeira, exercer competência legislativa plena. No caso dos municípios, o art. 30 da Carta Magna afirma que é de sua competência legislar sobre assuntos de interesse local e promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e ação fiscalizadora federal e estadual. A mobilização do pacto federativo em torno do patrimônio cultural envolve, ainda, instituições como o Ministério Público, a quem cabe promover inquérito civil e ação civil pública em sua proteção.

A lei estadual nº 13.908/2018, composta por apenas cinco artigos, e que proíbe o corte das espécies do Licuri, do Ariri e do Umbu, define *patrimônio biocultural* em seu parágrafo único, do artigo primeiro:

Para efeitos desta Lei, considera-se patrimônio biocultural o acervo que associa biodiversidade, agrobiodiversidade e cultura da população de um território, expressadas pela conservação ambiental, pelos costumes, no uso artesanal para diversos fins, no hábito alimentar, na manutenção da paisagem e conservação de seus recursos naturais.

A lei reconhece, assim, as práticas e modos de fazer que constituem as expressões vivas das comunidades, especificamente as dos povos do semiárido baiano. Sem dúvida tais expressões se enquadram enquanto patrimônio cultural imaterial, conforme *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial*, aprovada em 2003, e que ampliou o conceito estabelecido na *Convenção para Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural*, de 1972, ambas da Unesco. A Convenção de 2003 considera que práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas reconhecidos como parte do patrimônio cultural de comunidades, grupos e/ou indivíduos

são transmitidas de geração em geração e são recriados “em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana” (UNESCO, 2006, p. 04).

A legislação estadual avança ao associar expressamente cultura e meio ambiente, um binômio que, em diversos momentos, esteve separado e, até, contraposto por *cultura* ter sido associada à expressão humana e, o meio ambiente, à natureza. Como nos lembra Raymond Williams, no livro *Palavras-chave*, dentre as três categorias da palavra *cultura* está “[...] o substantivo independente e abstrato que descreve as obras e as práticas da atividade intelectual e, particularmente, artística” (WILLIAMS, 2007, p. 121), capacidade estritamente humana de atribuir sentido e significado aos símbolos. Já *natureza* significou, entre muitas variações, “[...] “os lugares intactos”, as plantas e as criaturas que não o homem. O uso é especialmente corrente nos contrastes entre a cidade e o campo; natureza é o que o homem não fez “[...]” (Ibid. p. 298). Zygmunt Bauman (2022, p. 12) retoma esse debate ao recordar que “Originalmente, na segunda metade do século XVIII, a ideia de cultura foi cunhada para distinguir as realizações humanas dos fatos “duros” da natureza. “Cultura” significava aquilo que os seres humanos podem fazer; “natureza”, aquilo a quem devem obedecer.” (BAUMAN, 2022, p. 12).

No contexto do surgimento do conhecimento científico, caberia ao homem, através da ciência, o estudo teórico e metódico da natureza. Francis Bacon (1561-1625), um dos fundadores da Ciência Moderna, acreditava que a ciência ofereceria o meio de entender a natureza, e com essa compreensão, a humanidade poderia controlar a natureza, exercer seu domínio sobre a mesma. À René Descartes (1596-1650) é atribuída a separação entre mente e corpo, matéria e pensamento, razão e demais formas de conhecimento, que implicou na ruptura da ciência com o sensível, a natureza, a imaginação e o sagrado

(ARAÚJO, 2006, p. 133-134). Esse tipo de dualidade vai marcar a história da sociedade ocidental nos últimos séculos.

É recente a difusão ampliada, se assim pudermos considerar, de perspectivas que questionam essa oposição entre homem-natureza; entre cultura-meio ambiente. Na esteira da requisição de epistemologias não-eurocêntricas, os estudos decoloniais vêm apresentando outras formas de pensar e compreender o mundo. Em *Ideias para adiar o fim do mundo*, Ailton Krenak (2020) comenta a dualidade que rege a compreensão do mundo e outra forma de concebê-lo:

Fomos durante muito tempo, embalados com a história de que somos a humanidade. Enquanto isso – [...] –, fomos nos alienando desse organismo de que somos parte, a Terra, e passamos a pensar que ele é uma coisa e nós, outra: a Terra e a humanidade. Eu não percebo onde tem alguma coisa que não seja natureza. Tudo é natureza. O cosmo é natureza. Tudo em que eu consigo pensar é natureza.

[...]

A ideia de nós, os humanos, nos deslocarmos da terra, vivendo numa abstração civilizatória, é absurda. Ela suprime a diversidade, nega a pluralidade das formas de vida, de existência e de hábitos. (KRENAK, 2020, p. 16-17; 22)

Para o autor, aqueles que ficaram pelas bordas do planeta – caiçaras, indígenas, quilombolas etc. – possuem grande organicidade com a terra, suas florestas, montanhas e rios, e são, frequentemente, apresentados como impeditivos para o pleno “desenvolvimento” e “progresso” do mundo, aí relacionado às atividades industrial e extrativista de grandes intensidades.

A exploração ambiental, que atravessa séculos seguindo o modelo de produção capitalista, teve com o neoliberalismo ascensão sem igual. Empresas transnacionais adentraram territórios de vários

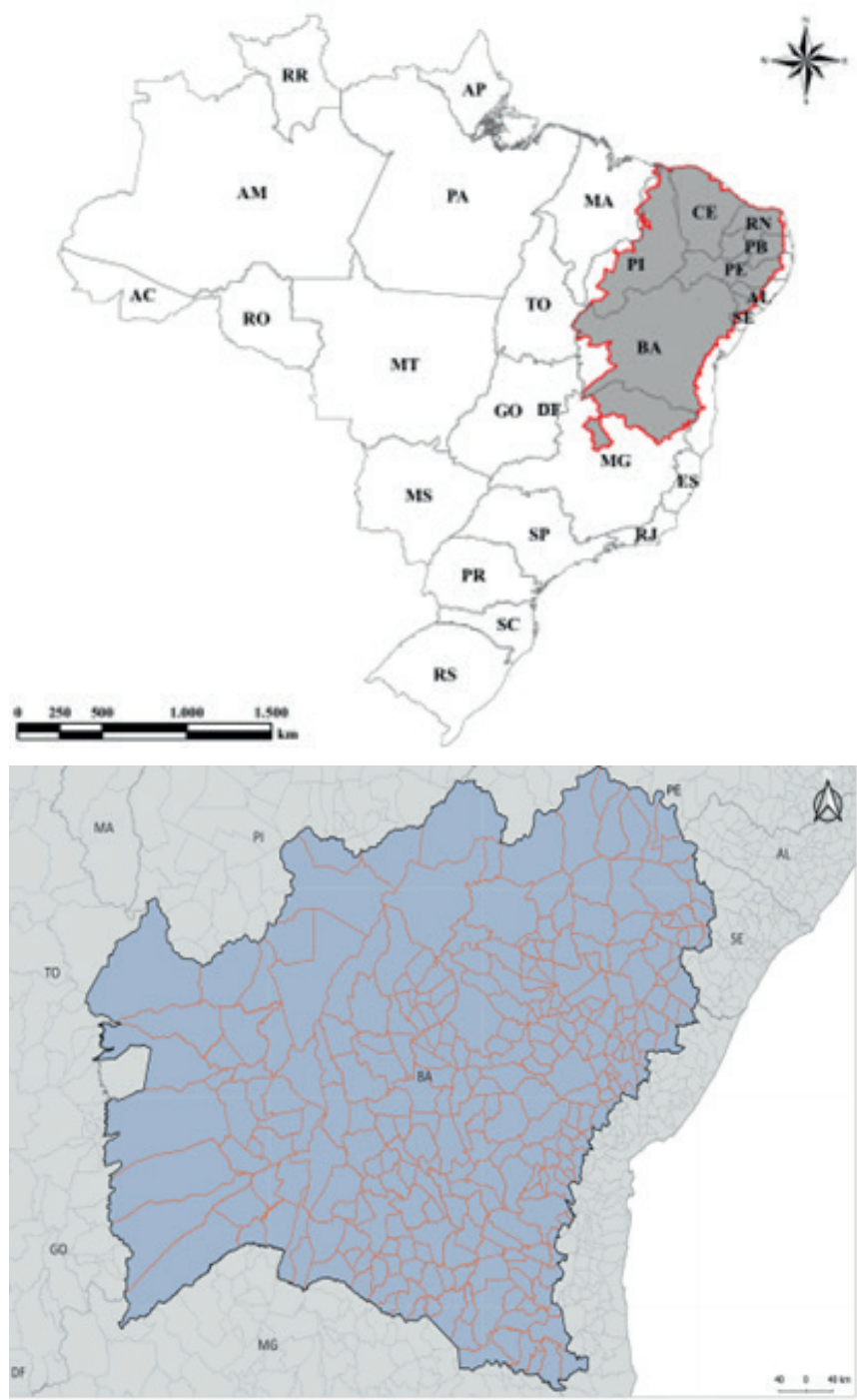
países periféricos, ou do chamado sul global, com permissão dos Estados-nacionais, para aumentarem suas produções e seus ganhos, desmatando florestas, poluindo o ar, os rios e suas nascentes, provocando a perda da biodiversidade e alterações climáticas (SANTOS, 2005).

No caso dos licurizais, embora sejam espécies nativas da caatinga e apresentem grande resistência, a ocorrência de secas prolongadas tem impactado significativamente a produção dos coquinhos, tanto em quantidade quanto em regularidade, conforme aponta Aroucha (2013). Essas secas mais severas afetam diretamente as florações, uma vez que reduzem as populações de polinizadores, o que resulta em menor quantidade de frutos nos cachos. Essa mesma autora sublinha a importância da sociobiodiversidade no ciclo do licuri, evidenciando a interação entre espécies animais e vegetais. Animais como preás e ararinhas têm papel fundamental na semeadura das sementes, funcionando como plantadores naturais. No entanto, o risco crescente de extinção desses animais compromete diretamente esse processo, enfraquecendo a regeneração natural dos licurizais.

O LICURI E SUA IMPORTÂNCIA NO CONTEXTO DO SEMIÁRIDO BAIANO

Enquanto o semiárido ocupa 12% do território nacional, na Bahia ele predomina em 85,6% do território, o que abrange 287 municípios. Essa região é caracterizada pela caatinga, bioma exclusivamente brasileiro, ameaçado pelas mudanças climáticas e pela ação do homem na natureza, como o desmatamento e as queimadas.

Figura 1 – Mapas de Delimitação do Semiárido Brasileiro (2017) e Delimitação do Semiárido Baiano (2024)



Fonte: Instituto Nacional do Semiárido (INSA).

De acordo com o Instituto Nacional do Semiárido (INSA), essa região abriga uma rica diversidade de espécies vegetais nativas que representam uma fonte essencial de sustento para milhões de famílias. O umbu, o ariri e o licuri, por exemplo, são plantas que não apenas garantem a sobrevivência das comunidades locais, como também fazem parte das expressões culturais da região.

Em se tratando de licuri, é importante destacar os distintos usos dessa espécie pelas comunidades tradicionais, como na culinária, artesanato e alimentação animal. Suas palmeiras podem ser encontradas em partes de Minas Gerais, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, mas a maior ocorrência é no território baiano (CARVALHO, 2019). De forma preconceituosa, já foi considerado como comida das populações pobres, como no trecho abaixo:

[...] o licuri já consta como o salvador da vida de muito sertanejo durante as secas prolongadas. O broto dela é adocicado muito comestível e a parte mais dura dele, contudo ainda de tecido mole, depois de ser recortada, seca, pisada e peneirada, é utilizada na comida como farinha. Boa coisa não é, mas pelo menos daria para encher as barrigas vazias e afastar da fome e a morte pelo menos por mais um dia (NOBLIK, 1939, p. 106)

O que é encarado como símbolo de carência para alguns, é fonte de riqueza para outros. O licuri faz parte da cultura alimentar e da convivência com o semiárido, desempenhando um papel importante para a segurança alimentar das suas populações. Mas o que pode ser chamado de cultura alimentar? Embora ainda não exista uma definição única e consolidada, adotamos aqui a concepção utilizada por grupos culturais durante a 4ª Conferência Nacional de Cultura. Na ocasião, foi apresentada uma moção em defesa do tema, em que se afirma que cultura alimentar é “conjunto de práticas, manifestações e expressões culturais alimentares, a cultura alimentar articula-se com dimensões produtivas, socioeconômicas, de saúde, direitos humanos, justiça socioambiental e climática, além

de estar profundamente ligada à luta pela terra e pelo território” (BRASIL, 2024, p. 104).

Nesse sentido, podemos destacar que o licuri é usado em receitas novas, mas também figura em usos tradicionais em celebrações, conforme Aroucha (2013), tais como a Festa de Reis, Semana Santa, Quaresma, os festejos juninos (Santo Antônio, São João e São Pedro), além do Natal, festas de fim de ano e comemorações de padroeiros e padroeiras. Além disso, em ocasiões familiares tem valor simbólico e afetivo, como nascimentos, aniversários, batizados e casamentos. Nos últimos anos, o licuri vem ganhando valorização, a partir da luta das organizações sociais do semiárido e dos movimentos de Economia Solidária. No entanto, é importante destacar a crescente preocupação com as mudanças climáticas e ameaças de extinção, em razão da devastação ambiental e da prática recorrente das queimadas. Daí a mobilização pela aprovação de lei analisada neste artigo, sobretudo das mulheres, principal segmento envolvido na coleta, beneficiamento e comercialização do licuri. São elas as verdadeiras guardiãs dessa sociobiodiversidade.

A LEI ESTADUAL DO PATRIMÔNIO BIOCULTURAL E AS POLÍTICAS CULTURAIS

O que é patrimônio biocultural e como o desenvolvimento desse conceito contribui para pensar o fortalecimento das políticas culturais, no atual contexto das mudanças climáticas? Para início de conversa, é preciso reconhecer que essa concepção está muito ligada aos povos indígenas, na sua relação com a natureza e os territórios. Contudo, aqui buscamos ampliar esse olhar ao enfatizar que as comunidades tradicionais do semiárido brasileiro também são guardiãs de territórios, portadoras de um saber ancestral e profundamente conectado ao bioma.

O patrimônio biocultural, para García et al. (2022, p. 1):

é a soma daquelas manifestações culturais, econômicas, artísticas implícitas nisso que se chama conhecimento

tradicional, encontram-se exteriorizadas em um território e que se relacionam com seu contexto ambiental natural, formando práticas culturais associadas à natureza. Seu principal objetivo é a conservação, reprodução e preservação dos recursos naturais.

Ainda em relação às comunidades que atuam na preservação do licuri e do umbu, é possível afirmar que a manutenção das práticas extrativistas e das celebrações³ que buscam a valorização das espécies, também se configuram como formas de resistência, de construção do desenvolvimento sustentável e fortalecimento da identidade cultural.

A primeira edição da Festa do Licuri ocorreu em 2007, sob a coordenação da Cooperativa de Produção da Região do Piemonte da Diamantina (COOPES), fundada em 2005, a partir do Projeto Conviver, da Escola Família Agrícola de Jaboticaba, em Quixabeira. Desde então, a festa vem se consolidando como uma referência estadual na promoção das tradições, sendo realizada ininterruptamente até 2018, quando sofreu uma pausa entre 2019 e 2022, em razão da pandemia do Covid e outros fatores. Foi retomada em 2023 na sua 13ª edição e agora, em 2025, será celebrada a 14ª edição do evento. A atividade festiva se inscreve não somente no campo das expressões do patrimônio cultural imaterial, a qual mobiliza rituais ancestrais, estéticas sertanejas e práticas agroecológicas que sustentam e afirmam os modos de vidas das comunidades, como também demonstra o potencial social e de geração de renda para as inúmeras famílias extrativistas. Podem ser destacadas as oficinas de manejo do licuri, plantio de mudas, realização de trilhas do licuri, concurso de comidas, desfiles com roupas e artesanato das palmeiras, além de cantorias, quebras de licuri, celebração religiosa e comercialização de produtos.

-
- 3 Além da Festa do Licuri, que é destacada neste texto, o semiárido baiano, também abriga outra importante manifestação cultural: o Festival do Umbu. A 11ª edição foi realizada em 2024 pela Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá (Coopercuc).

Figuras 2 e 3 – Cacho de licuri e Concurso de quebra do licuri.



Fonte: Lourivânia Soares.

Desde a sua concepção, esse espaço de cunho político-cultural tem se afirmado um processo de valorização da cultura lizurizeira, o que se materializou também na criação de diversas leis municipais de proteção da espécie (municípios de Mairi, Capim Grosso, Quixabeira) e na aprovação da já referida Lei 13.908/2018.

A construção da Lei estadual do Patrimônio Biocultural do Licuri e do Umbu (BAHIA, 2018) atendeu a uma reivindicação de cooperativas, movimentos agroecológicos, redes de economia solidária e centros de pesquisa dedicados à preservação dessas espécies, entre os quais se destaca a Coopes. O marco legal foi construído num processo de participação social a partir da constituição de um Grupo de Trabalho composto por representantes da Coopes, de pesquisadores de diversas instituições de ensino e pesquisa, como o Instituto Federal da Bahia (IFBA), o Instituto Federal Baiano (IFBAIANO), a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), as redes que representam as escolas famílias agrícolas e a equipe do mandato da deputada estadual Neusa Cadore, proponente da mencionada lei.

Nesse processo, foram realizadas diversas agendas públicas para debater a proposta e dar visibilidade ao tema, como a audiência realizada em 06 de julho de 2015, em Capim Grosso, com representantes de 17 municípios; a audiência de 11 de agosto de 2016, em Quixabeira, durante a 9ª Feira do Licuri, com representantes de 32 municípios; e o seminário realizado em 19 de agosto de 2017, em Caém, durante a 10ª Feira do Licuri. Também, foi realizado o I Fórum Baiano de Integração e Fortalecimento da Cadeia Produtiva do Licuri, em 2015, que contribuiu para a realização de investimentos, como os primeiros editais do governo baiano voltados para essa espécie. Em todos esses momentos, foi destacada a importância do reflorestamento das espécies, a valorização das culturas tradicionais por sua relevância na cultura alimentar e no empoderamento de mulheres e jovens, necessidade de fortalecimento das agroindústrias e maior articulação com o poder público para promover políticas de proteção e educação ambiental.

Nesse contexto, a Assembleia Legislativa aprovou a lei que declara imunes de corte o licurizeiro, o ariri e o umbuzeiro, excetuando-se os casos de interesse social ou de utilidade pública, desde que autorizados pelos órgãos estaduais competentes.

O marco legal prevê o fortalecimento da convivência com o semiárido, garantindo a conservação dessas espécies nativas e promovendo estratégias sustentáveis de desenvolvimento socioeconômico nos diversos territórios de identidade da Bahia. Nesse sentido, se alinha ao que trata o documento *Perdas não econômicas: com perda de território e habitabilidade, serviços de ecossistema e biodiversidade e patrimônio cultural*. Reforça ainda a importância da preservação do patrimônio cultural para a resiliência cultural e resiliência das comunidades (United Nations Framework Convention on Climate Change, 2024, p. 05):

A proteção e salvaguarda do patrimônio cultural é, em si, uma ação climática significativa. Integrar o patrimônio cultural na gestão de riscos abrangente, bem como em planos e políticas climáticas em todos os níveis, desde o nacional até o local, é essencial. Reforçar a resiliência cultural é urgente, incluindo a criação de inventários e o fortalecimento dos sistemas de governança e da legislação, além de garantir o engajamento total das comunidades locais e dos Povos Indígenas, assim como de outras partes interessadas, nos processos.

Observa-se nesse breve histórico o pouco ou nenhum envolvimento de instituições públicas de cultura em torno da elaboração da lei e de ações vinculadas à mesma. As festas e feiras do Licuri, por exemplo, são cofinanciadas por outros órgãos públicos, com pouca ou quase nenhuma participação dos setores responsáveis pela Cultura. Uma sinalização do afastamento da pasta em relação às ações do campo da biodiversidade.

De fato, tal relação, ou melhor, a falta dela não decorre apenas na esfera estadual. Uma rápida revisão do histórico das políticas

culturais em âmbito federal também revela o seu afastamento de pautas conectadas com o meio ambiente. Basta observar as normativas, as instituições e instâncias (inclusive as de participação social), os eventos e as políticas desenvolvidas nas últimas décadas. Parece que ao requerer a tal centralidade da cultura e reunir forças para se constituir enquanto campo autônomo, a área da cultura foi se isolando e reduzindo o diálogo com outros setores fundamentais. Foi somente nos últimos anos, com o ingresso da pauta da crise climática na agenda mundial, que a cultura em sua institucionalidade passou a incorporar, ainda timidamente, a dimensão ambiental. Exemplo disso é o processo de elaboração do novo Plano Nacional de Cultura, que deve ir para o Congresso Nacional ainda em 2025, e que criou um eixo chamado Bem viver e Justiça climática, englobando dois objetivos:

Fortalecer, valorizar e fomentar conhecimentos e modos de vida dos povos indígenas, povos e comunidades de matrizes africanas e demais povos e comunidades tradicionais como estratégias de promoção do bem viver, enfrentamento da injustiça climática e do racismo ambiental e cultural.

Desenvolver e implementar estratégias para fortalecer a resiliência climática dos agentes, grupos e espaços culturais e reduzir o impacto ambiental de sua atuação, com protocolos para mitigar os impactos de desastres e emergências ambientais, reconhecendo as diversidades culturais e socioambientais locais. (MINC, 2024, online)

Apesar da 4ª Conferência Nacional de Cultura não ter criado um eixo específico para tratar da relação cultura-meio ambiente, a partir das 30 propostas priorizadas na mesma, o Ministério da Cultura instituiu esse novo eixo, que juntamente com os demais, totalizou oito (ver Quadro 01).

A partir de então, o MinC realizou 27 oficinas presenciais, uma em cada Estado e no Distrito Federal, para reunir contribuições da

sociedade civil. O resultado das oficinas está disponível no portal *Brasil Participativo*, e revela que em alguns estados o eixo 7 – *Bem Viver e Justiça climática* sequer foi objeto de discussão, foram eles: Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Rio de Janeiro, Rio Grando do Norte, São Paulo e Sergipe. Tal fato decorreu, em parte, pela metodologia implementada pelo MinC, que passava pela seleção dos eixos a serem discutidos a depender da quantidade de pessoas presentes na oficina. Quanto menos público houvesse, menor seria a quantidade de eixos discutidos. Ainda assim, chama atenção o fato de que em onze estados o eixo do *Bem Viver e Justiça climática* não foi considerado prioritário para a organização dos debates para o novo Plano Nacional de Cultura, diferente do que aconteceu com o eixo 2–*Fomento à cultura*, que contou com 100% de adesão.

A baixa repercussão do eixo 7 também pode ser observada nas contribuições advindas do processo de consulta online dos eixos e objetivos do novo PNC, o menor dentre os oito eixos, conforme Tabela 01.

Tabela 01 - Contribuições online para os 8 eixos do novo Plano Nacional de Cultura.

Eixo	QUANTIDADE TOTAL DE CONTRIBUIÇÕES POR EIXO
Eixo 1 – Gestão e Participação social	13
Eixo 2 – Fomento à cultura	46
Eixo 3 – Patrimônio e Memória	43
Eixo 4 – Formação	26
Eixo 5 – Infraestrutura, Equipamentos e Espaços Culturais	24
Eixo 6 – Economia criativa, Proteção social, Emprego, Trabalho e Renda	29
Eixo 7 – Bem viver e Justiça climática	8
Eixo 8 – Cultura digital e Direitos digitais	9

Fonte: Elaboração própria a partir da plataforma *Brasil Participativo* (2025).

Para além da observada baixa participação social nessa etapa de formulação do novo PNC, o que já sinaliza um certo esgotamento desse tipo de consulta pública e da necessidade de impulsionar novos mecanismos de participação direta na democracia, o pouco interesse pela pauta em torno do meio ambiente é evidente. Isso significa que é preciso um intenso trabalho por parte de diversos atores – Estados, organizações internacionais, organizações sociais, coletivos, instituições de ensino, meios de comunicação etc. – para dar visibilidade a essa pauta tão importante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Integrar as políticas culturais na centralidade das estratégias de promoção da justiça ambiental e climática é uma virada de chave que ainda precisa acontecer. Alguns passos já estão sendo dados nesse sentido. O caso tratado neste estudo, que resgata a criação da Lei do Patrimônio Biocultural do Licuri e do Umbu em articulação com as práticas culturais, demonstra o protagonismo das comunidades sertanejas na reivindicação do reconhecimento de sua contribuição para a sustentabilidade, convivência com o semiárido e valorização cultural do território em toda a sua diversidade.

O que foi abordado nesse estudo reflete a luta das comunidades pela valorização do seu território, a defesa do meio ambiente em consonância com a preservação das tradições culturais que afirmam suas identidades e pertencimento. Do ponto de vista das políticas culturais, ainda é necessário fortalecer a transversalidade e os sistemas de apoio e fomento, reconhecendo efetivamente a contribuição desses povos para uso sustentável dos ecossistemas, considerando-se os diversos instrumentos normativos, nacionais e internacionais, que reforçam a importância das políticas públicas de salvaguarda.

Como ressaltamos com o eixo 07 do Plano Nacional de Cultura, o avanço nas políticas públicas que integrem cultura e meio ambiente é um caminho necessário e em construção. Nessa direção, pontuamos ainda a importância de fortalecer as instâncias participativas que

articulem diferentes saberes e dimensões culturais e ambientais. É nesta sintonia, cultura e natureza, memória, povo e território, que poderemos imaginar e trilhar futuros sustentáveis e resilientes.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. A. A. A ciência como forma de conhecimento. *Ciências & Cognição*, Rio de Janeiro, v. 8, p. 127-142, 2008. Disponível em: <http://www.cienciasecognicao.org/revista/index.php/cec/article/view/572>.

Acesso em: 18 maio 2025.

BAHIA. *Lei nº 13.908, de 29 de janeiro de 2018*. Estabelece como patrimônio biocultural as espécies de Licuri, do Ariri e do Umbu, torna essas espécies imunes ao corte e dá outras providências. [S. l.], 2018.

Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/ba/lei-ordinaria-n-13908-2018-bahia-estabelece-como-patrimonio-biocultural-as-especies-do-licuri-do-ariri-e-do-umbu-torna-essas-especies-imunes-ao-corte-e-da-outras-providencias> Acesso em: 18 maio 2025.

BAUMAN, Z. *Ensaio sobre o conceito de cultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 18 maio 2025.

CARVALHO, A. J. A. *Licuri, Syagrus coronata (Mart.) Becc.: associações micorrízicas, estrutura de desenvolvimento populacional e epifitismo como subsídios ao manejo sustentável*. 2019. Tese (Doutorado em Ciências Agrárias) – Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cruz das Almas, 2019.

COP28: Ministra da Cultura lança Coalizão internacional para promover ação climática baseada na cultura. *Governo, Ministério da Cultura*, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/cultura/pt-br/centrais-de-conteudo/sala-de-imprensa/avisos-de-pauta/cop28-ministra-da-cultura-lanca-coalizao-internacional-para-promover-acao-climatica-baseada-na-cultura>. Acesso em: 10 maio 2025.

CUNHA FILHO, F. H. *Direitos culturais como direitos fundamentais no ordenamento jurídico brasileiro*. Brasília: Brasília Jurídica, 2000.

GARCÍA, S. A.; MENDIETA RAMÍREZ, A.; BOTELLO, F. Y. Promover el patrimonio biocultural y conocimiento tradicional ancestral desde la dimensión educativa. *Habitus: Revista de Estudos da Cultura*, Goiânia, [S. l.], v. 20, n. 1, p. 1-20, 2022. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/12348>. Acesso em: 10 maio 2025.

INSTITUTO NACIONAL DO SEMIÁRIDO (INSA). *O Semiárido Brasileiro*. INSA, XXXX. Disponível em: <https://www.insa.gov.br/o-semiarido-brasileiro/>. Acesso em: 02 maio 2025.

INSTITUTO NACIONAL DO SEMIÁRIDO (INSA). *Mapas de delimitação do Semiárido Brasileiro*. INSA, XXXX. Disponível em: <https://www.insa.gov.br/insa/pt-br/centrais-de-conteudo/mapas>. Acesso em: 17 maio 2025.

KRENAK, A. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LEFF, E. *La apuesta por la vida: imaginación sociológica e imaginarios sociales en territorios ambientales del sur*. México, DF: Siglo XXI Editores, 2014.

MINISTÉRIO DA CULTURA (MINC). Conheça como foi o processo participativo do novo Plano Nacional de Cultura. *Presidência da República*, 2025. Disponível em: <https://brasilparticipativo.presidencia.gov.br/processes/planocultura>. Acesso em: 18 maio 2025.

NOBLICK, L. R. Palmeiras das caatingas da Bahia e suas potencialidades. *Embrapa*, [S. l.], 1939. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/32206/1/Artigo-LARRY-P1.pdf>. Acesso em: 09 maio 2025.

PAINEL INTERGOVERNAMENTAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS (IPCC). *Relatório do IPCC 2023: Análise das Secas no Brasil: Diagnóstico e Projeções Futuras*. Tradução: SJR Assessoria e Tradução LTDA. Brasília: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/sirene/publicacoes/relatorios-do-ipcc/arquivos/pdf/copy_of_IPCC_Longer_Report_2023_Portugues.pdf. Acesso em: 10 maio 2025.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SILVA, V. P. *A cultura a que tenho direito: direitos fundamentais e cultura*. Coimbra: Almedina, 2007.

UNESCO. *Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial*: Paris, 17 de outubro de 2003. Tradução do Ministério das Relações Exteriores. Brasília: UNESCO, 2006.

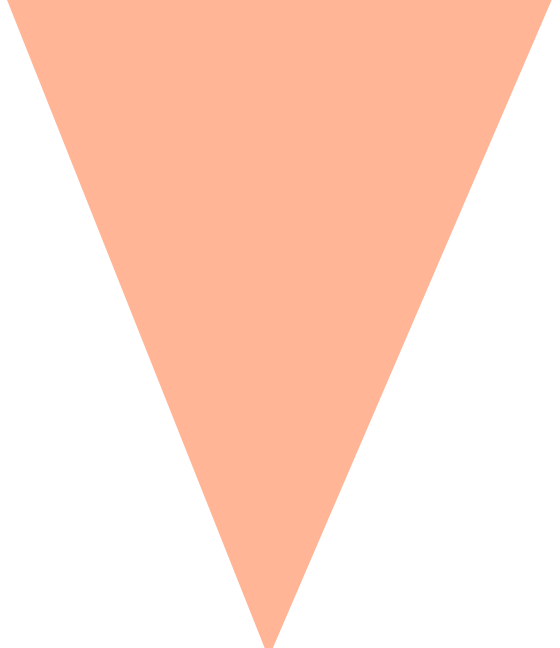
United Nations Framework Convention on Climate Change – UNFCCC

United Nations Framework Convention on Climate Change – UNFCCC

United Nations Framework Convention on Climate Change – UNFCCC

UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE (UNFCCC). *Non-economic losses: featuring loss of territory and habitability, ecosystem services and biodiversity, and cultural heritage*. Bonn: United Nations Framework Convention on Climate Change, 2024.

WILLIAMS, R. *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2007.



CINEMA PARA TODOS

*cultura e educação ambiental como
ferramentas de transformação
diante da crise climática*

*CINEMA FOR ALL: CULTURE AND ENVIRONMENTAL EDUCATION AS
INSTRUMENTS OF TRANSFORMATION IN RESPONSE TO THE CLIMATE CRISIS*

Helber Henrique Guedes¹

Paula Neumann Novack²

-
- 1 Discente do curso de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista (FCT/Unesp), helber.guedes@unesp.br
 - 2 Doutora em Geografia, Professora do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará, paulanovack@gmail.com

RESUMO:

O projeto *Cinema para Todos* surgiu como uma iniciativa de extensão universitária voltada à democratização do acesso ao cinema e à promoção da educação crítica em escolas públicas de Presidente Prudente (SP). Em sua edição de 2024, promoveu exhibições do documentário *Antes do Prato*, em parceria com a Greenpeace Brasil e a Taturana Mobilização Social, abordando temas como agroecologia, consumo e os impactos ambientais da produção de alimentos. O cinema foi utilizado como linguagem acessível e sensível para discutir a crise climática, estimulando reflexões sobre o papel individual e coletivo na construção de um futuro sustentável. Ao integrar cultura e educação ambiental, o projeto demonstrou como práticas culturais podem ser ferramentas potentes de mobilização frente aos desafios socioambientais contemporâneos.

Palavras-chave: Cinema; Educação ambiental; Escola pública; Agroecologia.

ABSTRACT:

The *Cinema for All* project emerged as a university outreach initiative aimed at democratizing access to cinema and promoting critical education in public schools in Presidente Prudente (SP). In its 2024 edition, it promoted screenings of the documentary *Antes do Prato*, in partnership with Greenpeace Brazil and Taturana Mobilização Social, addressing topics such as agroecology, consumption, and the environmental impacts of food production. Cinema was used as an accessible and sensitive language to discuss the climate crisis, encouraging reflections on the individual and collective role in building a sustainable future. By integrating culture and environmental education, the project demonstrated how cultural practices can be powerful tools for mobilization in the face of contemporary socio-environmental challenges.

Keywords: Cinema; Environmental education; Public school; Agroecology.

INTRODUÇÃO

A intensificação das crises climáticas e socioambientais no século XXI tem exigido respostas cada vez mais urgentes e inovadoras no campo da educação, da cultura e das políticas públicas. Nesse contexto, a busca por formas alternativas de sensibilização, formação crítica e mobilização social tem ganhado destaque, sobretudo em iniciativas que dialogam com as realidades territoriais e buscam democratizar o acesso ao conhecimento e à cultura. Dentre essas iniciativas, as práticas de educação ambiental que integram arte, cultura e pedagogias críticas emergem como ferramentas potentes para fomentar reflexões e estimular o engajamento comunitário diante dos desafios socioambientais contemporâneos.

O cinema, enquanto linguagem artística e expressão cultural de grande impacto, desempenha um papel importante nesse processo. Sua capacidade de narrar histórias, evocar emoções e provocar questionamentos o torna um instrumento poderoso para a formação de percepções e atitudes sociais, especialmente em ambientes escolares. Nesse espaço, o uso do cinema como ferramenta educativa tem se mostrado eficaz na abordagem de temas como agroecologia, justiça climática, sustentabilidade e direitos ambientais, promovendo

a conscientização crítica entre estudantes e educadores (TEIXEIRA; LOPES, 2017; GUIMARÃES, 2019). Como enfatiza bell hooks (2023), os filmes não apenas refletem a cultura, mas a criam, servindo como canais de experiência compartilhada e pontos de partida para discussões profundas sobre diferentes temas como raça, classe, gênero, poder, onde também podemos incluir a crise climática. Ao reconhecer que muitos estudantes aprendem mais com filmes do que com textos teóricos, hooks defende o uso do cinema como ferramenta pedagógica crítica, capaz de mobilizar pensamento e ação. É nesse cenário que se insere o projeto *Cinema para Todos*, uma das ações do Coletivo Projeta.Cine, criado em 2022 por estudantes da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP de Presidente Prudente. O coletivo atua na intersecção entre cinema, educação e território, desenvolvendo projetos de difusão cultural e formação crítica, especialmente em comunidades periféricas e instituições públicas. Inspirado por experiências populares e comunitárias, o *Cinema para Todos* propõe um cinema itinerante voltado à democratização do acesso à cultura e à promoção da justiça climática. As sessões gratuitas são realizadas em escolas públicas, praças, instituições e organizações sociais, utilizando plataformas como a Ecofalante Play e promovendo rodas de conversa e atividades culturais que estimulam reflexões críticas sobre os grandes desafios ambientais contemporâneos.

Uma das ações de maior destaque do projeto foi a exibição do documentário *Antes do Prato*, realizada em uma escola pública da cidade, em parceria com o Greenpeace Brasil e a Taturana Mobilização Social. A sessão foi seguida por um debate com estudantes, representantes da organização e educadores populares, fomentando reflexões críticas sobre os impactos dos sistemas alimentares contemporâneos, a relação entre consumo e meio ambiente e o papel da juventude na transformação socioambiental. A escolha do filme, pautada por critérios de relevância temática e potencial pedagógico, possibilitou uma experiência educativa envolvente, que transcendeu o entretenimento

e se consolidou como um momento de aprendizagem significativa (CZEKALSKI; UHMANN, 2022).

Entre 2023 e 2024, o projeto se consolidou como uma relevante prática de extensão universitária, expandindo sua atuação com a realização da 1ª Mostra de Cinema Ambiental “EcoSaúde: Conexões Vitais”, em parceria com o Sesc Thermas, e com ações educativas em escolas públicas da região. As sessões passaram a contemplar recursos de acessibilidade, como audiodescrição, além de atividades com instituições que atendem pessoas com deficiência visual, reafirmando o compromisso do projeto com a inclusão e a justiça social.

Historicamente, as questões ambientais têm sido marginalizadas nos currículos escolares, embora ganhem cada vez mais importância nas pautas internacionais, como exemplificado na Agenda 2030 da ONU e nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Nesse sentido, destacou-se o Projeto de Lei nº 80/2023, aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, que propunha a inclusão da temática de “Educação Climática” no currículo das escolas estaduais. No entanto, em outubro de 2024, o governador Tarcísio de Freitas vetou integralmente a proposta, alegando que programas já existentes já abordavam questões semelhantes, mas, tais iniciativas não substituem a necessidade de um currículo dedicado a preparar as futuras gerações para um planeta em transformação. A relevância dessa proposta se alinha à necessidade de preparar as novas gerações para lidar com os desafios das mudanças climáticas, por meio de práticas educativas que articulem sustentabilidade, justiça social e consciência crítica (SATLER; MACHADO, 2021).

A proposta desse estudo, portanto, é analisar a trajetória do projeto *Cinema para Todos*, com ênfase na experiência pedagógica proporcionada pela exibição do documentário *Antes do Prato*, articulando seus fundamentos educativos com os impactos gerados nos espaços escolares. O objetivo principal é avaliar a contribuição do cinema como ferramenta pedagógica na promoção da conscientização

ambiental, compreendendo como a exibição de filmes com temáticas socioambientais pode influenciar percepções, atitudes e práticas dos alunos em relação à agroecologia, à sustentabilidade e à justiça climática.

Para isso, adota-se uma abordagem engajada e territorializada, inspirada em perspectivas críticas da educação ambiental. Pretende-se analisar a recepção dos estudantes ao conteúdo cinematográfico, identificar as reflexões e emoções despertadas, bem como verificar possíveis transformações nas dinâmicas escolares, nas interações sociais e nas práticas pedagógicas a partir da experiência fílmica. As sessões foram acompanhadas de rodas de conversa, observações em sala de aula, questionários e entrevistas com alunos e professores, permitindo uma avaliação ampla dos efeitos da intervenção educativa.

Outro aspecto central do estudo é compreender o papel dos professores e gestores escolares nesse processo. A participação ativa de diretores, coordenadores e docentes foi fundamental para viabilizar as exibições e garantir um ambiente de aprendizagem colaborativo. Nesse sentido, busca-se também avaliar como o cinema pode ser integrado de forma mais eficaz às práticas pedagógicas, por meio da capacitação docente e do desenvolvimento de metodologias que aliem o audiovisual ao ensino de temas ambientais (FU, 2022).

Em última instância, esse artigo propõe-se a contribuir para a construção de um ambiente escolar mais atento às questões ambientais, onde a diversidade seja valorizada e a educação climática ocupe um lugar de destaque. Ao documentar os processos e impactos do projeto *Cinema para Todos*, pretende-se oferecer subsídios para a formulação de políticas públicas, programas educativos e ações culturais que tenham no cinema não apenas uma linguagem estética, mas uma ferramenta potente de formação crítica, cidadã e transformadora, capaz de mobilizar comunidades na construção de um futuro mais justo, sustentável e enraizado nas realidades locais (BARROS *et al.*, 2019; HOOKS, 2023).

CINEMA, EDUCAÇÃO CRÍTICA E CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL

A análise do projeto *Cinema para Todos* exige uma fundamentação teórica que articule os campos da educação ambiental crítica, das pedagogias libertadoras, da justiça climática e da cultura como prática transformadora. A obra de bell hooks (2020) é central nesse debate, ao propor uma pedagogia engajada que mobilize o pensamento crítico e promova a construção coletiva do conhecimento: “O foco central da pedagogia engajada é capacitar estudantes para pensar criticamente” (p. 33). Para hooks, a experiência estética proporcionada pelo cinema pode ser um ponto de partida comum e acessível para debater temas complexos como raça, classe e gênero, tornando o aprendizado mais significativo.

Essa percepção é reforçada quando hooks (2023) relata sua própria experiência como educadora, observando que muitos estudantes aprendem mais sobre questões sociais através do cinema do que por meio da leitura de textos acadêmicos: “foi somente há cerca de dez anos que comecei a perceber que meus alunos aprendiam mais sobre raça, sexo e classe com filmes do que com a bibliografia teórica que eu pedia que lessem” (p. 19). Segundo ela, os filmes funcionam como canais de experiência compartilhada, despertando interesse, debate e engajamento, mesmo entre estudantes inicialmente resistentes a temas críticos.

Além disso, hooks (2023) destaca o poder das imagens cinematográficas não apenas como representação, mas como criação cultural: “os filmes não oferecem meramente a oportunidade de reimaginar na tela a cultura que conhecemos de forma íntima; eles criam a cultura” (p. 30). Portanto, ao serem utilizados como instrumentos pedagógicos, os filmes não apenas ilustram conteúdos, mas participam ativamente da formação de subjetividades, valores e imaginários sociais. Isso torna o cinema uma ferramenta estratégica para uma educação que pretende ser crítica, afetiva e transformadora.

A autora também adverte para os desafios desse processo: “a maioria dos estudantes resiste ao processo do pensamento crítico; ficam mais

à vontade com o aprendizado que lhes permite permanecer passivos” (hooks, 2020, p. 35). Nesse sentido, a pedagogia engajada demanda envolvimento ativo, tanto de professores quanto de estudantes, em uma comunidade de aprendizagem que valorize a escuta, o diálogo e a construção coletiva de sentido. Como ela afirma: “quando todas as pessoas na sala de aula, professores e estudantes, reconhecem que são responsáveis por criar juntos uma comunidade de aprendizagem, o aprendizado atinge o máximo de sentido e utilidade” (p. 36). Tal concepção dialoga diretamente com o pensamento de Paulo Freire (1987), para quem a educação deve ser um ato de liberdade e conscientização. Ao propor uma pedagogia do oprimido, Freire defende que o processo educativo deve partir das experiências concretas dos sujeitos, valorizando suas vivências e saberes locais: “Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção” (FREIRE, 1987, p. 47). Nesse sentido, o cinema pode ser compreendido como uma prática pedagógica potente para a problematização das realidades vividas. O cinema também se insere na disputa simbólica e cultural, como destaca Eduardo Galeano (2012), ao afirmar que a arte latino-americana tem o poder de subverter as narrativas dominantes e afirmar vozes subalternas. Em *As veias abertas da América Latina*, Galeano critica os processos históricos de exploração e marginalização que ainda se reproduzem em nossas sociedades, reforçando a importância de práticas culturais críticas como forma de resistência. No campo da geografia crítica, autores como Milton Santos (2006) e Carlos Walter Porto-Gonçalves (2006) contribuem para o entendimento do território como construção social, atravessado por relações de poder, desigualdades e disputas simbólicas. Para Santos (2006) o espaço é o lugar da vida e da práxis, devendo ser considerado em sua totalidade e complexidade. Porto-Gonçalves (2006), por sua vez, destaca a centralidade dos saberes locais e das práticas populares na construção de alternativas à lógica dominante do desenvolvimento, apontando o território como espaço de resistência e de reexistência.

Dessa forma, o projeto *Cinema para Todos* articula diversos fundamentos teóricos e metodológicos que o posicionam como uma prática educativa crítica, estética e territorializada. O uso do cinema como ferramenta pedagógica contribui não apenas para a formação de uma consciência ambiental, mas também para a criação de espaços de diálogo, escuta e construção coletiva do conhecimento, com base nas realidades locais e nas urgências planetárias. Como lembra bell hooks (2023), “muito da magia do cinema reside em seu poder de nos oferecer algo que vai além da vida como ela é” (p. 30), e é justamente esse potencial de encantamento e transformação que o projeto busca mobilizar.

METODOLOGIA

O presente estudo propõe uma reflexão sobre os impactos do cinema como ferramenta educativa crítica na promoção da conscientização ambiental diante da crise climática. Para isso, foi realizado um estudo empírico conduzido em seis instituições de ensino localizadas no município de Presidente Prudente, interior de São Paulo, entre os meses de abril e junho de 2024. A seleção das escolas considerou critérios de viabilidade socioeconômica, especialmente a localização dos bairros e sua representatividade frente às desigualdades ambientais e sociais. As figuras 1 e 2 apresentam, respectivamente, a localização geográfica do município e dos bairros contemplados pela iniciativa.

Figura 1 – Localização do município



Fonte: IBGE, 2021 - Elaborado por João Gabriel Menezes Luz da Silva.

Figura 2 – Localização dos bairros em Presidente Prudente



Fonte: Coletivo Cultural Projeta Cine - - Elaborado por João Gabriel Menezes Luz da Silva.

As instituições participantes foram: Associação Filantrópica de Proteção aos Cegos de Presidente Prudente, Escola Estadual Fernando Costa, Escola Estadual Florivaldo Leal, Escola Estadual Arlindo Fantini, Escola Estadual Francisco Pessoa e a Praça da Juventude, totalizando aproximadamente 1.300 alunos do ensino fundamental e médio.

A implementação ocorreu em três etapas principais. A primeira etapa consistiu em reuniões com o Greenpeace Brasil, mediadas pela organização Tatuana Mobilização Social, para a escolha do documentário *Antes do Prato*, dirigido por Flavio C. Von Sperling. O filme foi selecionado por sua abordagem crítica sobre os impactos da alimentação industrializada e da agricultura convencional no meio ambiente. Exibições cinematográficas e mediação pedagógica.

Na segunda etapa, foram realizadas exibições do documentário nas escolas, como ilustrado nas figuras 3 e 4. As sessões ocorreram em auditórios ou salas adaptadas, com equipamentos de projeção e recursos de acessibilidade — incluindo audiodescrição para alunos com deficiência visual na Associação Filantrópica. Após as exibições, ocorreram rodas de conversa mediadas por professores e pelo coordenador do projeto, estudante de Geografia da Unesp, utilizando roteiros com perguntas norteadoras.

Figura 3 – Apresentação do filme na E.E. Antônio Fioravante de Menezes - Presidente Prudente



Fonte: Acervo dos autores (2024).

Figura 4 – Aluno do curso de Geografia explicando sobre o projeto aos estudantes antes da exibição do filme na E. E. Francisco Pessoa.



Fonte: Acervo dos autores (2024).

Figura – 5 Apresentação do filme na Associação Filantrópica de Proteção Aos Cegos de Pres. Prudente



Fonte: Acervo dos autores (2024).

Na terceira etapa, foram aplicados questionários com os alunos para identificar mudanças nas percepções e atitudes em relação às questões ambientais, como mostra a figura 6. Complementarmente, foram feitas observações em sala antes e depois das sessões, com foco nas interações e no surgimento de reflexões sobre sustentabilidade, registradas em diários de campo.

Figura 6 – Questionário relacionado ao tema respondido por um aluno.



**CIDADE DE
PRESIDENTE
PRUDENTE**
CULTURA



**LEI
PAULO
GUSTAVO**



unesp
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JULIO DE MESQUITA FILHO"



**GOVERNO FEDERAL
BRASIL**
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Escola EE E. Arlindo Fontini

Discente: Maria Eduarda Greire

Turma: 1ªel Data 25 / 04 / 24



Projeto: cinema na escola

Documentário: Antes do prato

Questões para reflexão



1 – Qual o tema do filme? O que os realizadores do filme tentaram nos contar? Eles conseguiram passar sua mensagem? Justifique sua resposta.

O tema é sobre educação alimentar, tipo, o filme ensina a cultivar o próprio alimento de forma saudável. Eles tentaram nos contar, nos mostrar que devemos parar de ingerir produtos com muitos agrotóxicos, podemos começar a cultivar o nosso alimento. Sim eles conseguiram passar a mensagem, a maneira que eles nos mostraram foi bem claro, a explicação de como os alimentos processados podem afetar nossa saúde foi muito bem feita, a maneira que explicaram sobre cultivar o próprio alimento foi clara e objetiva.

2 – Quais são as lições que podemos extrair do filme e como podemos aplicá-las em nossas vidas?

A diminuição de alimentos processados, e que esse alimento pode causar na nossa saúde. Devemos procurar cultivar os nossos alimentos para evitar possíveis problemas de saúde.

3 – Algum elemento do filme não foi compreendido?

Não, acredito que não.

Ficha técnica

Título Original: Antes Do Prato **Autor:** Carol Quintanilha, Juliana Borges

Direção: Carol Quintanilha **Roteiro:** Adriana Charoux, Bernardo Camara, Carol Quintanilha, Marina Lacorte

Elenco: Dona Jacira Roque, Elisabetta Kocine, Paola Carosella, Rogério Dias

Gênero: Meio ambiente, Documentário **Ano de lançamento:** 2022 **País:** Brasil **Autoclassificação etária:** Livre

Fonte: Os autores (2024).

Por fim, realizou-se uma conversa com professores das escolas participantes para avaliar o impacto percebido no comportamento dos estudantes e no ambiente escolar como um todo. As discussões foram registradas por escrito, fornecendo subsídios para uma análise qualitativa mais ampla sobre o alcance do projeto. Esses registros, juntamente com os demais instrumentos utilizados ao longo da intervenção, compuseram a base da análise metodológica adotada neste estudo, que se concentrou na avaliação da eficácia do cinema

como ferramenta educativa, na qualidade das mediações pedagógicas realizadas após as exhibições, na acessibilidade das atividades para diferentes públicos – especialmente alunos com deficiência visual – e na articulação entre os conteúdos do documentário e os contextos socioambientais vivenciados pelos estudantes. Também foram considerados, como objetos de análise, os questionários aplicados, os diários de campo produzidos e as formas de registro e sistematização das percepções e interações dos alunos, bem como o envolvimento de professores e gestores escolares nas diversas etapas do projeto. A proposta metodológica foi examinada ainda quanto à sua capacidade de promover uma abordagem interdisciplinar e participativa, integrando diferentes saberes e estimulando a reflexão crítica em torno das relações entre alimentação, meio ambiente e justiça social.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL ATRAVÉS DO CINEMA: REFLEXÕES E RESULTADOS DO PROJETO CINEMA PARA TODOS

Os resultados do projeto *Cinema para Todos* evidenciam o impacto significativo do uso do cinema como ferramenta educativa na promoção da conscientização sobre agroecologia e sustentabilidade entre os alunos das escolas participantes. A parceria com a Greenpeace Brasil, mediada pela Taturana Mobilização Social, foi fundamental para garantir que o filme *Antes do Prato* fosse escolhido de forma criteriosa, permitindo que os alunos tivessem uma experiência educativa imersiva e relevante sobre os impactos ambientais da produção de alimentos.

Após as exhibições do filme, observou-se um aumento significativo no interesse dos alunos em discutir questões ambientais, tanto dentro quanto fora da sala de aula. Esse envolvimento foi confirmado pelos questionários aplicados após as exhibições, que indicaram uma mudança positiva nas atitudes dos alunos em relação à sustentabilidade e à preservação ambiental. As discussões mediadas pelos professores foram fundamentais para aprofundar essas reflexões,

pois permitiram que os alunos conectassem os temas abordados no filme com suas próprias realidades cotidianas.

De acordo com os dados coletados, a receptividade dos alunos foi amplamente positiva, com muitos relatando uma mudança em suas práticas cotidianas, especialmente no que diz respeito à alimentação e ao consumo sustentável. Alunos começaram a questionar suas escolhas alimentares, com muitos expressando uma nova conscientização sobre os impactos ambientais relacionados à produção e ao desperdício de alimentos. Este comportamento reflete a ideia de que o cinema pode ser uma poderosa ferramenta para a formação de cidadãos mais críticos e engajados nas questões ambientais (GUIMARÃES; OLIVEIRA; TEIXEIRA, 2024).

Além disso, as observações em sala de aula mostraram uma mudança comportamental notável. Professores relataram uma redução no desperdício de alimentos, maior preocupação com o uso de materiais recicláveis e uma atenção mais cuidadosa às práticas sustentáveis no dia a dia escolar. Esse comportamento renovado é indicativo de que o projeto não apenas sensibilizou os alunos, mas também promoveu uma mudança prática em seus hábitos, o que é fundamental para a criação de um ambiente escolar mais responsável e comprometido com a preservação ambiental (DIAS SILVEIRA, 2020).

Um dos aspectos mais importantes do projeto foi a inclusão de alunos com deficiência visual. A implementação da audiodescrição nas exibições foi um passo fundamental para garantir que todos os alunos, independentemente das suas limitações, pudessem participar plenamente da experiência. Essa abordagem inclusiva não só garantiu o acesso ao conteúdo, mas também sensibilizou a comunidade escolar sobre a importância da igualdade de oportunidades e da acessibilidade em atividades educacionais e culturais.

Outro ponto importante foi o feedback obtido de professores e gestores escolares, que destacaram o impacto do projeto em suas práticas pedagógicas. Muitos relataram que as discussões iniciadas nas sessões de cinema continuaram em outras aulas, abrangendo

temas como agroecologia, escolhas alimentares e sustentabilidade. Esse efeito multiplicador demonstrou o potencial do cinema como um agente de transformação social, capaz de engajar toda a comunidade escolar — professores, alunos e até famílias — em torno de um tema de extrema relevância para o futuro da sociedade.

A abordagem interdisciplinar do projeto, que integrou temas de justiça social e ambiental, ampliou a compreensão dos alunos sobre as interseções entre diferentes áreas de conhecimento e suas implicações para a sustentabilidade. Como observou Gonçalves, Terra e Junior (2020), o envolvimento de professores e gestores escolares é essencial para garantir que as discussões sobre sustentabilidade transcendam o espaço da sala de aula, gerando reflexões no ambiente familiar e comunitário. Essa transversalidade ajudou os alunos a entenderem as complexas relações entre os sistemas alimentares, a agricultura e o meio ambiente, além de promover a conscientização sobre os impactos das escolhas individuais no ecossistema global.

O projeto também demonstrou que, com o apoio de organizações como a Greenpeace Brasil, é possível ampliar o alcance e a profundidade das iniciativas educacionais, ao integrar saberes locais e globais em uma abordagem inclusiva. A participação de instituições parceiras foi determinante para o sucesso da ação, pois permitiu a realização de um trabalho colaborativo que ampliou o impacto das atividades realizadas, como as exposições, os debates e as ações educacionais subsequentes.

A continuidade do projeto, com a possibilidade de expandir o uso do cinema em outros temas relacionados ao meio ambiente, como mudanças climáticas e energias renováveis, é uma das perspectivas mais promissoras. As escolas participantes demonstraram interesse em ampliar essa metodologia pedagógica para novas iniciativas educacionais, o que reflete a eficácia do cinema como ferramenta de sensibilização e mobilização social.

Em termos de avaliação, os dados coletados — tanto quantitativos quanto qualitativos — revelaram que o impacto do projeto foi

profundo e positivo, não só na forma como os alunos perceberam e reagiram às questões ambientais, mas também na transformação das práticas cotidianas e no fortalecimento da educação para a sustentabilidade. O projeto *Cinema para Todos* não só conseguiu engajar uma comunidade escolar em torno de um tema importante, mas também ajudou a solidificar o papel da arte e do cinema como elementos transformadores na educação ambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto *Cinema para Todos* demonstrou a potência do cinema como instrumento de educação crítica e ambiental no espaço escolar. Ao articular linguagem audiovisual, mediação pedagógica e participação ativa dos estudantes, o projeto promoveu não apenas o acesso à cultura, mas também a reflexão coletiva sobre práticas alimentares, sustentabilidade e justiça socioambiental. A exibição do documentário *Antes do Prato*, seguida de atividades reflexivas, permitiu estabelecer conexões concretas entre o cotidiano dos alunos e os grandes desafios ambientais contemporâneos.

O uso do cinema nesse contexto revelou-se estratégico, pois a arte, enquanto expressão cultural, é capaz de sensibilizar de maneira singular, promovendo empatia, questionamento e envolvimento afetivo com temas muitas vezes tratados de forma abstrata no currículo escolar. O audiovisual possibilita o contato com diferentes realidades, amplia repertórios e estimula o pensamento crítico, aspectos fundamentais para compreender a complexidade da crise climática atual. Mais do que informar, o cinema tocou dimensões subjetivas e coletivas da experiência humana, contribuindo para a formação de uma consciência ecológica situada, conectada ao território e à cultura local.

A proposta metodológica também evidenciou a importância da escola como espaço de vivência cultural, capaz de democratizar o acesso a bens simbólicos, muitas vezes restritos a determinados segmentos sociais. A inclusão de estudantes com deficiência visual, por meio

de sessões com audiodescrição, reforça o compromisso com uma educação verdadeiramente inclusiva e acessível. Além disso, a interlocução com professores foi fundamental para aprofundar os debates e garantir a continuidade das reflexões no ambiente escolar.

Em um momento em que os efeitos das mudanças climáticas se intensificam e a crise ambiental assume proporções globais, é urgente repensar as formas de ensinar, aprender e agir. A experiência do projeto indica que iniciativas culturais como esta podem desempenhar papel decisivo na formação de sujeitos mais conscientes, críticos e engajados na transformação de suas realidades. Integrar cinema, cultura e educação ambiental é, portanto, uma estratégia fecunda para fomentar uma ecocidadania ativa e comprometida com a justiça social e climática.

Conclui-se que o *Cinema para Todos*, ao promover o diálogo entre arte, educação e ambiente, representa uma experiência inovadora e replicável, com potencial para fortalecer os vínculos entre escola, cultura e sociedade frente aos desafios da contemporaneidade. Sua continuidade e ampliação podem contribuir significativamente para a construção de um futuro mais justo e ambientalmente responsável.

REFERÊNCIAS

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Projeto de Lei nº 80, de 2023*: institui a Política Estadual de Educação Climática. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000530480>. Acesso em: 10 maio 2025.

BARROS, D. F. de et al. *Educação ambiental crítica: contribuições para a formação de educadores*. São Paulo: Papirus, 2019.

COLETIVO CULTURAL PROJETA CINE. *Mapa dos bairros contemplados em Presidente Prudente*. Presidente Prudente, 2024. (Documento interno).

CZEKALSKI, C.; UHMANN, R. Cinema e juventude: mediação crítica e engajamento social. *Cadernos CIMEAC*, Uberlândia, v. 12, n. 2, p. 23-37, 2022.

CZEKALSKI, M.; UHMANN, R. O cinema ambiental como prática pedagógica: contribuições para o ensino de geografia. *Revista Terra Livre*, São Paulo, n. 59, p. 266–288, 2022.

DIAS SILVEIRA, L. Educação ambiental e práticas sustentáveis no ambiente escolar: um estudo qualitativo. *Revista Educação e Meio Ambiente*, v. 12, n. 1, p. 85–102, 2020.

ECOFALANTE. *Ecofalante Play*: plataforma gratuita de filmes sobre meio ambiente e direitos humanos. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.ecofalante.org.br>. Acesso em: 10 maio 2025.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FU, Y. A experiência fílmica na formação docente: cinema, educação e sensibilização crítica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 47, e131287, 2022. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade>. Acesso em: 10 maio 2025.

GALEANO, E. *As veias abertas da América Latina*. 43. ed. Porto Alegre: L&PM, 2012.

GONÇALVES, C. W.; TERRA, M. T.; JUNIOR, J. F. Educação ambiental e práticas escolares: a importância da participação de professores e gestores. *Cadernos de Educação Ambiental*, [S. l.], v. 15, n. 3, p. 120–138, 2020.

GREENPEACE BRASIL. *Antes do prato*: documentário aborda impactos ambientais da alimentação. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil>. Acesso em: 10 maio 2025.

GUIMARÃES, M. A. A imagem em movimento na educação ambiental: práticas pedagógicas com cinema e sustentabilidade. *Revista Educação Ambiental em Ação*, [S. l.], v. 17, n. 64, 2019. Disponível em: <https://www.revistaea.org>. Acesso em: 10 maio 2025.

GUIMARÃES, M. Educação ambiental crítica. *Revista Brasileira de Educação Ambiental*, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 213–229, 2019.

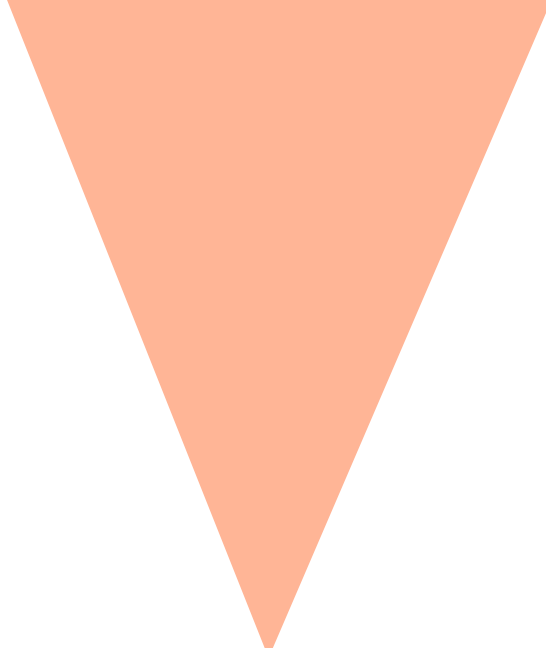
GUIMARÃES, M.; OLIVEIRA, F.; TEIXEIRA, R. *Impactos educativos do cinema ambiental: uma análise da sensibilização para agroecologia em escolas de Presidente Prudente*. Presidente Prudente, 2024. (Relatório de pesquisa, Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP).

HOOKS, b. *Cinema Vivido: raça, classe e sexo nas telas*. Editora Elefante, 2023.

- HOOKS, b. *Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática*. Editora Elefante, 2020.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Mapa municipal de Presidente Prudente*. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 maio 2025.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Tradução oficial. Brasília: Ipea, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 10 maio 2025.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. *O desafio ambiental: o crescimento da globalização e a reinvenção do lugar*. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- SATLER, M. G.; MACHADO, C. A. Educação climática e sustentabilidade: desafios e perspectivas no contexto da Agenda 2030. *Cadernos de Educação Ambiental*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 45–60, 2021.
- SATLER, M. L.; MACHADO, A. S. Educação ambiental e justiça climática: entrelaçamentos e desafios. *Revista Brasileira de Educação Ambiental*, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 44–63, 2021.
- TEIXEIRA, M. E.; LOPES, R. Cinema, educação ambiental e práticas escolares. *Revista Horizontes*, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 155–170, 2017.
- TEIXEIRA, S. M.; LOPES, M. C. Cinema e meio ambiente: uma proposta de educação ambiental crítica no ensino fundamental. *Revista Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 43, n. 3, p. 735–752, 2017.
- VON SPERLING, F. C. *Antes do prato* [documentário]. Brasil: Greenpeace Brasil, 2023.



Críticas e Resenhas



CULTURA E AÇÃO CLIMÁTICA

*uma resenha crítica da síntese de
evidências “cultura e clima” (2024)*

Pedro Gomes¹

Laura Boeira²

-
- 1 Pesquisador do Instituto Veredas. Mestrando em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Contato: pedrodgomes13@gmail.com
 - 2 Diretora-executiva do Instituto Veredas. Doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Contato: laura@veredas.org

RESUMO:

A presente resenha crítica analisa o relatório Cultura e Clima, publicado em 2024, que apresenta uma síntese de evidências sobre a intersecção entre políticas culturais e mudanças climáticas. Com base em metodologia participativa, o documento reconhece a centralidade da cultura na ação climática e propõe a construção de uma governança cultural para a crise ambiental. O texto sistematiza achados sobre impactos climáticos no setor cultural, destaca barreiras institucionais e financeiras, e valoriza iniciativas locais e saberes tradicionais como vetores de transformação. A resenha avalia a metodologia, as lacunas identificadas e os públicos-alvo recomendados, posicionando o relatório como referência para políticas culturais voltadas à justiça climática e ao desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Políticas culturais; Justiça climática; Saberes tradicionais; Governança cultural.

ABSTRACT:

This critical review examines the 2024 report Cultura e Clima, which presents a synthesis of evidence on the intersection between cultural policy and climate change. Based on a participatory methodology, the report highlights the central role of culture in climate action and advocates for the construction of cultural governance to address environmental crises. The text systematizes findings on climate impacts in the cultural sector, institutional and financial barriers, and the value of local initiatives and traditional knowledge as transformative agents. This review assesses the methodological design, identifies key gaps, and discusses the report's relevance for policymakers and researchers engaged with cultural strategies for climate justice and sustainable development.

Keywords: Cultural policy; Climate justice; Traditional knowledge; Cultural governance.

INTRODUÇÃO

O relatório Cultura e Clima (2024)³ é um esforço de articulação entre dois campos consolidados: o das políticas culturais e o da ação climática, a partir do reconhecimento de uma lacuna de integração entre as duas agendas e do impacto significativo da crise climática sobre as práticas culturais e os territórios. Produzido pelo C de Cultura e pela Outra Onda Conteúdo, em parceria técnica com o Instituto Veredas, o relatório foi desenvolvido em 2024, ano marcado por eventos extremos no Brasil. Buscou-se reunir evidências de práticas de integração de cultura e clima existentes e adaptá-las ao contexto brasileiro, de modo a informar políticas públicas integradas, inclusivas e sustentáveis.

ANÁLISE DA METODOLOGIA

A metodologia do relatório é a síntese de evidências, que identifica, organiza e analisa informações existentes sobre as agendas da cultura e da ação climática. Por meio de buscas manuais em repositórios de documentos técnicos e governamentais e de uma

3 Disponível em: <https://culturaeclima.com.br/>. Acesso em: 18 abr. 2025.

revisão sistemática no Google Scholar, identificou-se 127 publicações (CULTURA E CLIMA, 2024). Também foi realizada uma ampla revisão de reportagens e um mapeamento de iniciativas inovadoras. A realização de consultas a especialistas em cultura, meio-ambiente e políticas públicas adotou uma metodologia participativa, sendo complementada por entrevistas e artigos de opinião de lideranças dos campos, buscando evidenciar o caráter dialógico, coletivo e plural das reflexões sobre o tema. Um dos aspectos metodológicos mais notáveis foram as sessões de aprimoramento, realizadas em agosto de 2024, que serviram para tensionar hipóteses, testar achados preliminares e incorporar experiências de importantes atores sociais. Tal estratégia permitiu que as evidências sistematizadas dialogassem com os saberes de atores engajados na interseção entre cultura e ação climática.

PRINCIPAIS ACHADOS DO RELATÓRIO

O relatório Cultura e Clima (2024) sublinha os profundos impactos das mudanças climáticas na cultura que afetam tanto o patrimônio material quanto o imaterial, comprometendo práticas simbólicas, modos de vida e a transmissão intergeracional de saberes, sobretudo em contextos periféricos (CULTURA E CLIMA, 2024).

A cultura é tida como um vetor estratégico para a ação climática, contribuindo para a comunicação de riscos, a sensibilização da sociedade e a mobilização coletiva de novos comportamentos e saberes. Entre os entraves identificados, destaca-se a ausência de uma governança cultural climática. A fragmentação institucional, a falta de marcos regulatórios e a carência de articulação entre governos e agentes culturais são barreiras à integração efetiva entre as agendas. Essa ausência torna-se ainda mais grave diante da escassez e inadequação dos mecanismos de financiamento, o que limita a escalabilidade e a sustentabilidade das ações existentes. O relatório constata a escassez de incentivos e o desconhecimento técnico sobre a intersecção entre essas agendas por parte de gestores

locais, apesar de reconhecer as pontes já existentes entre artistas e organizações culturais com a ação climática (CULTURA E CLIMA, 2024). Também é identificada a necessidade de formação de agentes públicos e gestores culturais em temáticas ambientais, com foco na adaptação climática e na resiliência comunitária, respeitando os territórios e alavancando tecnologias já existentes.

Também se propõe que expressões culturais voltadas à ação climática devem ser multiplicadas, desde que não instrumentalizadas como meras estratégias de *marketing* institucional (CULTURA E CLIMA, 2024). O documento destacar a necessidade de avançarmos em pesquisas e iniciativas que promovam a compreensão e redução do impacto ambiental das próprias indústrias culturais e criativas. Por fim, verifica-se a relativa ausência – especialmente no caso latino-americano – de pesquisas quantitativas e políticas públicas que abordem os impactos das mudanças climáticas na cultura em suas mais diversas formas. Abre-se, dessa forma, um campo para iniciativas futuras que consigam comparar e monitorar os avanços, retrocessos e desafios.

RECONHECIMENTO DE INICIATIVAS LOCAIS E SABERES CULTURAIS

Entre os méritos do relatório Cultura e Clima está o reconhecimento da potência das práticas culturais locais como estratégias concretas de enfrentamento à crise climática. Destaca-se a ação de povos indígenas, comunidades tradicionais, coletivos periféricos e agentes culturais autônomos como produtores de uma epistemologia de justiça ambiental. No Brasil, o relatório menciona episódios recentes – como a enchente de maio de 2024 no Rio Grande do Sul e os incêndios no Pantanal – para ilustrar como as práticas culturais locais têm sido interrompidas, mas também como surgem formas resilientes de reconstrução de vínculos comunitários por meio da arte e das celebrações coletivas, criando pontos entre a sensibilização e a articulação de direitos (CULTURA E CLIMA, 2024). Além disso, o relatório reúne experiências internacionais de práticas culturais

sustentáveis. Embora ainda incipientes, essas referências funcionam como base empírica para o fortalecimento de políticas culturais voltadas à adaptação climática, especialmente quando conectadas aos contextos brasileiros.

RECOMENDAÇÕES E PÚBLICOS INTERESSADOS

O relatório oferece recomendações direcionadas a diferentes públicos, com o objetivo de fomentar uma articulação transversal. No âmbito da gestão pública, destaca-se a importância da criação de instâncias de governança que integrem cultura e clima, já que a ausência de coordenação institucional tem impedido avanços concretos na implementação de políticas integradas. Propõe-se, ainda, a criação de modelos de financiamento que envolvam parcerias entre governo, organismos multilaterais, sociedade civil e setor privado, com especial atenção a projetos de base comunitária e protagonismo popular. Para os pesquisadores do campo da cultura, o relatório evidencia a escassez de dados, mapeamentos e análises sistemáticas, abrindo espaço para novos estudos que busquem integrar essas agendas. Ao propor a cultura como categoria analítica para a ação climática, o documento abre um novo campo de pesquisa, especialmente a partir das perspectivas do Sul Global. Organizações da sociedade civil também são destinatárias diretas do relatório – boa parte das iniciativas que articulam cultura e clima têm origem nesses espaços. Sua sustentação exige políticas de fomento específicas, dispositivos de reconhecimento simbólico e estratégias de difusão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sobretudo por sua capacidade de articular campos historicamente distantes e de fazê-lo com base em um processo participativo, o relatório Cultura e Clima (2024) inaugura um campo aberto de debate – sem a intenção de esgotá-lo, mas, ao contrário, de incentivar o aprofundamento de um campo comum às duas agendas.

A atenção à centralidade simbólica dos territórios e cosmologias muitas vezes marginalizados e a aposta na transversalidade são pontos fortes da abordagem. Ainda assim, persistem desafios na conciliação entre diversidade de vozes e rigor técnico, bem como na definição dos critérios de seleção e hierarquização das evidências que efetivamente embasem políticas públicas informadas. Essas escolhas metodológicas impactam diretamente os achados do relatório, que, embora relevantes, não esgotam a complexidade da relação entre cultura e clima.

Frente à emergência climática, o reconhecimento da cultura como parte da solução — e não apenas como vítima dos impactos — é uma inflexão necessária. O relatório Cultura e Clima contribui para esse deslocamento e se coloca como referência inicial para um campo ainda em consolidação, mas que demanda articulação entre pesquisa, política pública e ação coletiva.

REFERÊNCIA

C DE CULTURA; OUTRA ONDA CONTEÚDO; INSTITUTO VEREDAS. *Cultura e clima*. São Paulo: C de Cultura, 2024. Disponível em: <https://culturaeclima.com.br/pesquisa-completa/>. Acesso em: 23 abr. 2025.